



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 120 - SÁBADO, 15 DE AGOSTO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI) 4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE) Suplentes de Secretário 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 20 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 21 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Raimundo Colombo - DEM¹ Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT		

¹ Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.2 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 506 a 560, de 2009.	36113
2 – ATA DA 132ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE AGOSTO DE 2009	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Comunicação da Presidência	
Recebimento do Aviso nº 1.123 (Seses-TCU-Plenário), do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1788/2009-TCU-Plenário, sobre fiscalização realizada na Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS, do Ministério da Saúde, e na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, com o objetivo de conhecer, avaliar e acompanhar as medidas de prevenção e combate à epidemia do Vírus A (H1N1).	36127
2.2.2 – Ofício da Presidenta e do Vice-Presidente de Governo da Caixa Econômica Federal	
Nº 277/2009, de 29 de julho último, enviando relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro, criada pela Medida Provisória nº 445, de 2008, e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, para conhecimento do Congresso Nacional.	36159
2.2.3 – Pareceres	
Nº 1.299, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2009 (nº 405/2007, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Peru, celebrado em Montevideú, em 30 de novembro de 2005</i>	36159
Nº 1.300, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2009 (nº 2.352/2006, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 16 de maio de 1991, celebrado em Valência, em 14 de maio de 2002</i>	36165
Nº 1.301, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2009 (nº 495/2008, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, adotado em Assunção, em 20 de junho de 2005</i>	36169
2.2.4 – Requerimento	
Nº 1.021, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, <i>solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 16 a 18 de agosto de 2009</i>	36174
2.2.5 – Discursos do Expediente	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Diagnóstico sobre a situação da saúde no país e a ausência de uma política nacional séria para o setor. Comentários sobre matérias publicadas no jornal Correio Braziliense acerca da pirataria na área da medicina, a falsificação e o roubo de medicamentos. Intenção de convocar o Ministro da Saúde para prestar esclarecimentos na Subcomissão de Saúde sobre a “pirataria na saúde”.	36174
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Preocupação com matéria publicada na Folha Online de ontem, intitulada “Bolívia expulsará vinte famílias da fronteira”. Intenção de convocar o Embaixador da Bolívia para prestar esclarecimentos sobre o tema na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	36195
SENADOR MÃO SANTA – Homenagem pelo transcurso hoje, 14 de agosto, do aniversário da cidade de Parnaíba, e, no dia 16 de agosto, dos 157 anos da cidade de Teresina, no Piauí.	36199
SENADOR ALVARO DIAS – Registro da realização, na última terça-feira, da primeira reunião da CPI da Petrobrás, para ouvir o Secretário da Receita Federal, Dr. Cartaxo. Expectativa em relação à oitiva da Dra. Lina Vieira, ex-Secretária da Receita Federal, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	36202

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Aguardo de avanços para solucionar a questão dos aposentados em todo o país. Operação Arco de Fogo, no oeste do Pará, realizada na cidade de Santarém. Intenção de convocar o Ministro Carlos Minc para prestar esclarecimentos no Senado Federal. 36204

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Questionamento sobre a prisão, ontem, nas dependências do Senado Federal, de estudantes que se manifestavam, entre os quais, havia dois menores. Elogios ao papel desempenhado pelo Senador Heráclito Fortes para solucionar a questão. 36207

SENADOR *EFRAIM MORAIS* – Preocupação com a gripe A (H1N1) e perplexidade diante do comportamento do Ministério da Saúde no enfrentamento da epidemia. Manifestação acerca da convocação da Dra. Lina Vieira, ex-Secretária da Receita Federal, e leitura de matéria da jornalista Eliane Cantanhede, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de hoje, intitulada “Mentira tem perna curta”, sobre a questão. 36209

2.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 506, DE 2009**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultural do Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jussara, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 21 de julho de 1992, que renova a concessão outorgada à Rádio Cultural do Araguaia Ltda. para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jussara, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 507, DE 2009**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Ceres Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de agosto de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 22 de junho de 1992, a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Ceres Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 508, DE 2009**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Buriti Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti Alegre, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 431, de 3 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Buriti Alegre a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti Alegre, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 509, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Itauense de Radiodifusão – ACIR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 192, de 9 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Itauense de Radiodifusão – ACIR para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 510, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Iguatama para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguatama, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 452, de 17 de agosto de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Iguatama para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguatama, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 511, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Canoeiros e Pescadores de Aurelino Leal e Ubaitaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurelino Leal, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 733, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação dos Canoeiros e Pescadores de Aurelino Leal e Ubaitaba para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurelino Leal, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 512, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão Bem Querer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiquara, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 691, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão Bem Querer para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiquara, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 513, DE 2009**

Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Integrado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2008, que outorga concessão à Sistema Integrado de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 514, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Comunicação de Manoel Ribas – ACOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Ribas, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 771, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária da Comunicação de Manoel Ribas – ACOMAR para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Ribas, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 515, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Livre e Comunitária de Rio Branco – FM – ARLIRB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Branco, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 65, de 6 de março de 2008, que outorga autorização à Associação da Rádio Livre e Comunitária de Rio Branco – FM – ARLIRB para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Branco, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 516, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Dourado FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 496, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Dourado FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 517, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Morena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guiratinga, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 168, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio FM Morena Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guiratinga, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 518, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à E. F. Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juscimeira, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 166, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à E. F. Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juscimeira, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 519, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Grupo Frajola de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capim Grosso, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 205, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Grupo Frajola de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capim Grosso, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 520, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Recreativa de Lafayette para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lafaiete Coutinho, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 545, de 22 de dezembro de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Recreativa de Lafayette para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lafaiete Coutinho, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 521, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arraias, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 259, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arraias, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 522, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vila Lângaro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Lângaro, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 776, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vila Lângaro para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Lângaro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 523, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Toropi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toropi, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 794, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Toropi para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toropi, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 524, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Santa Cecília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 818, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Santa Cecília para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 525, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Pinhal da Serra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 653, de 21 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Pinhal da Serra para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 526, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Companheira FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 982, de 20 de novembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Companheira FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 527, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Portal da Costa Oeste S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 521, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Portal da Costa Oeste S/C Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 528, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cidadã de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Euclides da Cunha Paulista – SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Euclides da Cunha, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 160, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Cidadã de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Euclides da Cunha Paulista – SP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Euclides da Cunha, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 529, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Nova Era para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 648, de 21 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Nova Era para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 530, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Augustinópolis, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 240, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Augustinópolis, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 531, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananás, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 241, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananás, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 532, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 253, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 533, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miranorte, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 255, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miranorte, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 534, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Cultura e Informação de Pacajá – ACIPA – Emissora Comunitária “Novo Tempo” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajá, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 500, de 2 de abril de 2002, alterada pela Portaria de nº 402 de 30 de julho de 2003, que outorga autorização à Associação de Cultura e Informação de Pacajá – ACIPA – Emissora Comunitária “Novo Tempo” para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajá, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 535, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 249, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 536, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Tele-radiodifusão de São Pedro dos Ferros para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro dos Ferros, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 194, de 17 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Tele-radiodifusão de São Pedro dos Ferros para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro dos Ferros, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 537, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Eco FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Benedito, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 503, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Eco FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Benedito, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 538, DE 2009**

Aprova o ato que outorga concessão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2008, que outorga concessão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 539, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural de Vitória Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Exu, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 375, de 13 de julho de 2007, que outorga permissão à Rádio Cultural de Vitória Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Exu, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 540, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 196, de 17 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 541, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Clube Das Mães São João Batista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Jaguaribe, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 90, de 21 de março de 2007, que outorga autorização à Clube das Mães São João Batista para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Jaguaribe, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 542, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM D.A. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 322, de 19 de junho de 2007, que outorga permissão à Rádio FM D.A. Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 543, DE 2009**

Aprova o ato que outorga concessão à TV Sobral Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobral, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2008, que outorga concessão à TV Sobral Ltda. para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobral, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 544, DE 2009**

Aprova o ato que outorga concessão à Rede Elo De Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Russas, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de abril de 2008, que outorga concessão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Russas, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 545, DE 2009**

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio FM Veneza Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Eusébio, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de abril de 2008, que outorga concessão à Rádio FM Veneza Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Eusébio, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 546, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Assistencial e Educativa Comunidade Solidária de São Manuel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 315, de 19 de junho de 2007, que outorga autorização à Associação Assistencial e Educativa Comunidade Solidária de São Manuel para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 547, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Novo Milênio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 381, de 13 de julho de 2007, que outorga permissão à Rádio Novo Milênio Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 548, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Abadia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 427, de 9 de julho de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Abadia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 549, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Terra F.M. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucumã, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 206, de 14 de março de 2005, que outorga permissão à Terra F.M. Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucumã, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 550, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Rede Norte De Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Pará, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 233, de 24 de abril de 2006, que outorga permissão à Rede Norte de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Pará, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 551, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Bispo & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 311, de 24 de agosto de 2004, que outorga permissão à Bispo & Fernandes Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 552, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora de Copacabana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 93, de 23 de janeiro de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora de Copacabana para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 553, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicações Rocha & Leite Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 495, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Sistema de Comunicações Rocha & Leite Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 554, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Fundão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fundão, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 281, de 5 de junho de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Fundão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fundão, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 555, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à POESIS – Associação Cultural e Artística de Antônio Carlos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 744, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à POESIS – Associação Cultural e Artística de Antônio Carlos para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 556, DE 2009**

Aprova o ato que outorga concessão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parambu, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de abril de 2008, que outorga concessão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parambu, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 557, DE 2009**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Metropolitana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.900, de 20 de setembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de agosto de 1998, a permissão outorgada à Metropolitana FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 558, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 398, de 23 de agosto de 2005, que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 559, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ACCCJAN – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jandaíra-RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 712, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à ACCCJAN – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jandaíra-RN para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 560, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à W.A.C. Rabelo & Cia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itupiranga, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 328, de 11 de junho de 2008, que outorga permissão à W.A.C. Rabelo & Cia Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itupiranga, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de agosto de 2009. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 132ª Sessão não Deliberativa em 14 de agosto de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti,
Mário Couto e Geraldo Mesquita Júnior.*

*(Inicia-se a Sessão às 9 Horas e 6 Minutos,
e Encerra-se às 12 Horas e 11 Minutos)*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Brasília, 14 de agosto de 2009, 9 horas e 6 minutos. Estamos no Senado da República do Brasil. Hoje é uma sexta-feira. É preciso lembrar: na história democrática do Brasil, nunca antes o Senado da República se reunia às sextas-feiras; e estamos aqui.

Declaramos aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Aviso nº 1123-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1788/2009-TCU-Plenário, sobre fiscalização realizada na Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS, do Ministério da Saúde,

e na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, com o objetivo de conhecer, avaliar e acompanhar as medidas de prevenção e combate à epidemia do Vírus A (H1N1).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 1.123-Seses-TCU-Plenário

Brasília – DF, 12 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 010.800/2009-1, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 12-8-2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Respeitosamente, – **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

ACÓRDÃO Nº 1788/2009 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 010.800/2009-1.
2. Grupo II – Classe V – Assunto: Relatório de Auditoria
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgãos: Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária – MS; Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS).
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 4ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-4).
8. Advogado constituído nos autos: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de fiscalização realizada na Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS, do Ministério da Saúde – MS, e na Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA, em atendimento à solicitação do Exmo. Ministro Marcos Vinícios Vilaça, aprovada pelo Plenário desta Corte em 6/5/2009, com o objetivo conhecer, avaliar e acompanhar as medidas de prevenção e combate à epidemia do Vírus A (H1N1).

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Ministério da Saúde que, em articulação com o Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), adote providências com vistas a proporcionar o acesso tempestivo a dados que permitam a identificação de passageiros oriundos de vôos internacionais, dando notícias ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências adotadas;

9.2. com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar à Agência Nacional de Vigilância Sanitária avalie a possibilidade de realocar mão-de-obra com vistas a incrementar a fiscalização sanitária nos pontos de fronteira mais críticos;

9.3. com fundamento no art. 241, inciso II, do Regimento Interno, converter o presente processo em acompanhamento.

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Congresso Nacional e ao Ministério da Saúde.

9.5. restituir os autos à 4ª Secex.

10. Ata nº 32/2009 – Plenário.

11. Data da Sessão: 12/8/2009 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1788-32/09-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymier, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Benicauer Costa.

13.3. Auditores presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

Assinou o original
UBIRATAN AGUIAR
Presidente

Fui presente:
Assinou o original
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

Assinou o original
JOSÉ JORGE
Relator

GRUPO II – CLASSE V– Plenário**TC 010.800/2009-1****Natureza(s): Relatório de Auditoria****Órgãos: Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária – MS; Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS)****Interessado: Tribunal de Contas da União****Advogado(s): não há.**

SUMÁRIO: AUDITORIA DE CONFORMIDADE. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À PANDEMIA DO VÍRUS A (H1N1). AÇÃO TEMPESTIVA E ADEQUADA DO PODER PÚBLICO. OPORTUNIDADES DE MELHORIA. RECOMENDAÇÕES. CONVERSÃO DOS AUTOS EM MONITORAMENTO.

RELATÓRIO

Trata-se de fiscalização realizada na Secretaria de Vigilância em Saúde SVS, do Ministério da Saúde - MS, e na Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA, em atendimento à solicitação do Exmo. Ministro Marcos Vinícius Vilça, aprovada pelo Plenário desta Corte em 6/5/2009, com o objetivo conhecer, avaliar e acompanhar as medidas de prevenção e combate à epidemia do Vírus A (H1N1), também conhecido como “Gripe Suína”.

2. Promovidos os trabalhos de campo, no período compreendido entre 1/6/2009 e 17/6/2009, a equipe da 4ª Secretaria de Controle Externo elaborou o relatório de fls. 14/47, que, devido à importância do tema, transcrevo os principais excertos, com os ajustes de forma que julgo pertinentes:

“[...]”

2. INTRODUÇÃO

[...]

2.1 - Visão geral do objeto

12. As informações contidas no histórico apresentado a seguir foram elaboradas com base em material eletrônico enviado pela Assessoria de Comunicação do Ministério da Saúde (CDR contido no Anexo II dos autos que compõem este processo – fl. 4).

13. Influenza (Gripe) é uma doença infecciosa aguda do sistema respiratório provocada por um dentre três tipos de Vírus: A, B ou C. Além de no homem, o Vírus pode ser encontrado em outras espécies, como aves, suínos, eqüinos e mamíferos aquáticos.

14. Os dois primeiros tipos de Vírus, em especial o ‘A’, devido às pequenas mutações periódicas na estrutura do seu genoma (código genético), têm a capacidade de gerar cepas (variações), que produzem novos subtipos da doença. Este fenômeno explica a ocorrência de surtos ou epidemias anuais de gripe, justificando a vacinação anual dos grupos mais suscetíveis aos seus riscos.

15. As mutações sofridas pelo Vírus podem produzir uma cepa completamente nova, à qual toda a população é sensível, gerando condições para a ocorrência de uma epidemia em escala internacional (pandemia). Geralmente este fenômeno ocorre quando uma cepa, que originalmente só infectava animais, atravessa a barreira das espécies e passa a infectar diretamente humanos e, mais tarde, adquire a capacidade de transmissão inter-humanos.

16. Pesquisas indicam que as mutações que dão origem a pandemias ocorrem num período entre 10 e 50 anos. A primeira da qual se tem registro é a Gripe Espanhola (1918/1919), que provocou de

20 a 40 milhões de mortes. O vírus era similar ao da Influenza Suína (H1N1) e teve como hospedeiros porcos e aves.

17. Em 1957, no norte da China, ocorreu a Gripe Asiática. Iniciada em animais (Vírus H2N2), foi provocada por uma recombinação com o Vírus humano. Em 10 meses, a infecção atingiu Ásia, Europa, África e Estados Unidos. A taxa de mortalidade não foi considerada elevada.

18. Em 1968, uma nova combinação virótica trouxe a Gripe de Hong Kong, que ocorreu devido a uma nova variação do Vírus da Influenza (H3N2). O Vírus se propagou em duas ondas epidêmicas e provocou casos da doença até 1970. Apesar de ter sido um surto importante, atingindo três continentes, apresentou baixa taxa de mortalidade.

19. Em 1977, surgiu a Gripe Russa, que ficou restrita à então União Soviética. A origem do foco permanece desconhecida e o comportamento do Vírus foi similar ao de cepas humanas epidêmicas da década de 50.

20. No final de 2003, foram identificados episódios de transmissão direta ave/homem da cepa H5N1, que ficou conhecida como Gripe Aviária. Essa crise levou a Organização Mundial da Saúde a emitir alertas sobre a necessidade de preparação para uma possível Pandemia de Gripe Aviária. Em dezembro de 2005 ficou pronta a primeira versão do Plano Brasileiro para Enfrentamento de uma Pandemia de Influenza Aviária, objeto de auditoria por parte do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 197/2007 – 1ª Câmara – Relação nº 2/2007 – Ministro Marcos Vileça).

21. Em 24 de abril de 2009, a OMS notificou ao mundo a ocorrência de casos humanos de Influenza A (H1N1) que vinham ocorrendo, desde 18 de março, no México e nos Estados Unidos da América (EUA).

22. Em 25 de abril, a OMS declarou este evento como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Imediatamente, o Governo Brasileiro acionou o Gabinete Permanente de Emergência em Saúde Pública (GPESP), criado em 2005, por decreto presidencial, para combater, na época, uma possível pandemia de gripe aviária.

23. Desde o acionamento do Gabinete, o grupo tem trabalhado, ininterruptamente, no Centro de Informações Estratégicas e Respostas em Vigilância em Saúde (CIEVS) da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), de onde monitora a situação e indica as medidas adequadas ao país, as quais, como acontece no exterior, obedecem às diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS).

24. A gripe A H1N1 é uma doença respiratória aguda. Assim como a gripe comum, a Gripe A (H1N1) é transmitida, principalmente, por meio de tosse, espirro e de secreções respiratórias de pessoas infectadas.

25. De acordo com o Ministério da Saúde, os sintomas da doença são: febre acima de 38° C e tosse, podendo ser seguida de dor nas articulações, garganta, cabeça, prostração e dificuldade respiratória, em pessoas que tenham voltado em até 10 dias de países atingidos pela doença.

26. O primeiro nome dado à doença (gripe suína) foi alterado pela Organização Mundial de Saúde para evitar estigmas e reações exageradas por parte da população. No item 3.3 do presente relatório, apresenta-se comunicado da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre a segurança do consumo de carne suína, tendo em vista os acontecimentos recentes de Gripe A (H1N1).

2.2 - Objetivo e questões de auditoria

27. A presente auditoria teve por objetivo precípua conhecer, avaliar e acompanhar as medidas de prevenção e combate ao Vírus A (H1N1). Além das informações levantadas sobre as atividades das autoridades de saúde, foram constatados alguns achados de auditoria, que serão abordados no Capítulo 4 deste Relatório.

28. *A partir do objetivo do trabalho e a fim de avaliar em que medida os recursos estão sendo aplicados de acordo com a legislação pertinente, formularam-se as questões adiante indicadas:*

1 - *Quais foram as medidas adotadas pelas autoridades de saúde, com vistas à prevenção e combate à possível pandemia de Gripe Suína?*

2 - *Quais são as principais medidas de prevenção e combate à Gripe A (H1N1) realizadas e/ou coordenadas pelo Ministério da Saúde?*

3 - *As medidas constantes da Questão de Auditoria nº 2 estão de acordo com os níveis de alerta emitidos pela Organização Mundial de Saúde – OMS e as respectivas recomendações necessárias? e*

4 - *Quais são as medidas de prevenção e combate à Gripe A (H1N1) realizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa nos aeroportos, portos e fronteiras?*

2.3 - Metodologia utilizada

29. *Esta Equipe de Auditoria, para cumprir os objetivos do trabalho, utilizou as seguintes ferramentas:*

1- *solicitação, por meio de Ofício-Requisição, de informações/dados junto aos diversos órgãos responsáveis por planejar/executar ações de combate ao Vírus A (H1N1), em especial a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Butantan;*

2 - *entrevistas e reuniões com o pessoal técnico desses órgãos;*

3 - *visitas in loco aos Postos da Anvisa no Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, bem como na fronteira do Brasil com o Paraguai (Cidade de Foz do Iguaçu/PR); e*

4 - *análise dos dados/informações colhidos junto aos diversos órgãos auditados/consultados.*

2.4 - Limitações

30. *As principais limitações e dificuldades encontradas pela Equipe de Auditoria no planejamento e execução do presente trabalho foram:*

1 - *complexidade do objeto/tema a ser auditado;*

2 - *pulverização das informações/dados entre diversos órgãos federais e, em alguns casos, até mesmo estaduais, como o Instituto Butantan, que é órgão da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo; e*

3 - *dinâmica do problema a ser auditado, ou seja, enquanto se realizava o levantamento de auditoria, a propagação do Vírus A (H1N1) em território nacional, bem como a declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) obrigaram, por diversas vezes, a Equipe de Auditoria a reavaliar/redirecionar a forma de tratamento dos dados, bem como a própria forma de abordagem junto aos órgãos auditados.*

2.5 - VRF

31. *O volume de recursos fiscalizados alcançou o montante de R\$ 102.400.000,00 – Recursos alocados pelo Governo Federal, por meio da Medida Provisória nº 463/2009, de 20/5/2009, para financiar ações de combate ao Vírus A (H1N1).*

2.6 - Benefícios estimados

32. *Entre os benefícios estimados desta fiscalização, pode-se mencionar a possibilidade de melhoria, aprimoramento e maior tempestividade das ações a cargo quer da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS), quer da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), no que concerne ao enfrentamento da epidemia do Vírus A (H1N1) no País, a partir da alteração de rotinas de trabalho, bem como maior alocação de pessoal em algumas das atividades planejadas/executadas.*

3. INFORMAÇÕES LEVANTADAS JUNTO ÀS AUTORIDADES DE SAÚDE

33. *Conforme informado acima, um dos principais objetivos do presente trabalho consistiu em levantar as informações sobre as atividades que estão sendo realizadas pelas autoridades sanitárias no que se refere ao combate à epidemia de Gripe A (H1N1). Assim, procurou-se conhecer as ações dos principais envolvidos na situação de emergência de saúde pública que ora se configura, quais sejam: Secretarias relacionadas do Ministério da Saúde (de Vigilância em Saúde; de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos; e Assessoria de Comunicação), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Butantan,*

34. *Em atenção aos ofícios enviados por esta Equipe de Auditoria, esses órgãos remeteram uma série de informações sobre as ações que estão sendo tomadas. A seguir, destacam-se os principais dados recebidos de cada órgão mencionado.*

3.1 - Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS/MS - Ofício nº 1844/GAB/SVS/MS, de 4 de junho de 2009 (fls. 19 a 63 – Anexo I) e Instituto Butantan (fls. 64-65 – Anexo I)

35. *De acordo com a SVS, no dia 25 de abril de 2009, mesmo dia em que a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou a situação como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), foi instituído o Gabinete Permanente de Emergência em Saúde Pública (GPESP), no Centro de Informações Estratégicas e Respostas em Vigilância em Saúde (CIEVS) daquela secretaria.*

36. *A SVS esclarece, sobre a compra emergencial de medicamentos, que:*

‘No dia 29 de abril de 2009 o Ministério da Saúde adquiriu 6.250 tratamentos adultos e 6.250 tratamentos infantis, o que correspondia ao quantitativo disponível na empresa Roche a ser disponibilizado a este Ministério naquele momento. A aquisição foi efetivada por meio do Contrato nº 13/2009. O medicamento foi entregue no SEAME dias 29 e 30/4/2009 e o estoque atual corresponde a 5.800 tratamentos.’ (fl. 29 – Anexo I).

37. *Destacou-se também que passou a se reunir diariamente o Grupo Executivo Interministerial – GEI, que foi o responsável pela elaboração da versão atual do Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza e tem como incumbência propiciar as condições para a sua execução. O GEI, formado por representantes dos mais diversos órgãos da Administração Federal, é quem atualmente coordena o processo de elaboração de estratégias e toma as decisões relativas à preparação do país para lidar com uma pandemia de Influenza. Entre as principais ações definidas pelo GEI, estaria o envio de minuta de Medida Provisória à Casa Civil para liberação de crédito extraordinário a ser utilizado nas ações de prevenção à Gripe A (H1N1), que viria, de fato, a ser aprovada no dia 20/5 (MP nº 463/2009).*

38. *De acordo com informações enviadas pela Anvisa, no dia 18 de maio o GEI aprovou o Protocolo para Enfrentamento da Influenza A (H1N1) em Portos, Aeroportos e Fronteiras. O documento foi elaborado pelo Grupo Técnico de Portos e Aeroportos com base nos planos originalmente elaborados para contenção de gripe aviária. O protocolo detalha ações específicas para contenção da entrada do Vírus A (H1N1)*

39. *As principais ações do Gabinete Permanente de Emergência em Saúde Pública (GPESP), de acordo com a SVS, são:*

- *Monitoramento ações de vigilância - realização de reuniões diárias, inclusive sábado e domingo, com a presença de representantes do Ministério da Saúde, Anvisa, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Agricultura;*

- *Monitoramento sistemático dos sites da OPAS, OMS e países afetados para atualização dos casos no mundo;*

- *Elaboração de nota técnica diária para atualização da situação epidemiológica no mundo e no país e orientação aos serviços de vigilância do país, disponibilizado diariamente no site do Ministério da Saúde www.saude.gov.br;*

- *Revisão de todo o site com informações sobre Influenza;*
- *Acionamento das Secretarias Estaduais de Saúde para intensificarem o processo de monitoramento e detecção oportuna de casos suspeitos de Influenza;*
- *Organização do fluxo de envio de amostras para os laboratórios de referência – Laboratórios de Referência Instituto Adolfo Lutz (IAL), Instituto Evandro Chagas (IEC) e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ);*
- *Realização de videoconferências semanais com os coordenadores de Vigilância Epidemiológica, das Unidades de Resposta Rápida e assessores de Comunicação Social de todas as Secretarias Estaduais de Saúde para orientação das ações a serem adotadas, além de videoconferências semanais com países do Mercosul e Unasul;*
- *Sobre os procedimentos de notificação de casos: (i) Organização da rede CIEVS (Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde) para notificação imediata; (ii) elaboração de protocolo de notificação e investigação imediata; (iii) elaboração de rotinas de monitoramento (casos em monitoramento e casos suspeitos) em gráficos, mapas e tabelas disponíveis na sala do CIEVS, a ser disponibilizada também para os Estados e municípios;*
- *Monitoramento de Portos e Aeroportos e Fronteira: (i) distribuição de folders explicativos; (ii) Reforço da vigilância nos pontos de entrada no país (portos, aeroportos e fronteiras) pela Anvisa e Secretaria Especial de Portos da Presidência da República; (iii) Informação para os viajantes em todos os aeroportos;*
- *Assistência aos casos e contatos – elaboração de Protocolo de Procedimentos para o Manejo de Casos e Contatos de Influenza A (H1N1); Instalação de uma rede para capacitar os profissionais de saúde, dos hospitais de referência; portos, aeroportos e fronteiras; SAMU; centrais de regulação e equipes de saúde da família, junto com seus parceiros, a Rede Universitária de Telemedicina (RUTE), Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), Hospitais Universitários Federais e os Núcleos do Tele-saúde Brasil;*
- *Comunicação: acesso da população ao Disque Saúde; veiculação de 53 inserções de lettering em 8 emissoras de televisão; veiculações de spots em rádio; publicação de anúncios de esclarecimentos nos principais jornais do país; Hotsite sobre a doença, com link no portal www.saude.gov.br; produção e distribuição de panfletos trilingue nos aeroportos; veiculação pela Infraero de avisos sonoros sobre os sintomas da doença e os procedimentos a serem adotados pelos passageiros em todos os aeroportos do país;*
- *Estruturação da rede hospitalar: 54 Unidades de Referência Hospitalar; 829 leitos reservados pelas Secretarias Estaduais de Saúde, sendo 199 com pressão negativa.*
- *Aquisição de insumos: aquisição de 80.000 testes rápidos de Influenza; aquisição de 12.500 de tratamentos de Oseltamivir (adulto e infantil) da empresa Roche de forma emergencial; planejamento para nova aquisição de 7.400 tratamentos infantis e 800.000 adultos da empresa Roche; articulação com o Farmanguinhos e Laboratório das Forças Armadas para encapsular os 9 milhões de tratamento (matéria prima já adquirida como estoque estratégico do país). Distribuição de 1.000.000 de kits de EPI para a rede de referência;*

40. *Destaque-se a avaliação da SVS sobre o número de leitos mencionado acima: Para esta fase é suficiente o número atualmente existente, havendo necessidade pode ser ampliado para outras unidades. (fl. 34 – Anexo I).*

41. *Questionou-se, ainda no mesmo ofício enviado à SVS, sobre a meta de expansão do sistema 'rede de Unidades Sentinela e Laboratórios' para 100% das capitais dos estados brasileiros no ano de 2006, conforme noticiado pelo próprio Ministério da Saúde (Nota Técnica nº 4/2006/COVER/CGDT/DEVEP/SVS/MS enviada ao TCU no âmbito do processo TC 005.496/2005 – Acórdão 197/2007 – Primeira Câmara/TCU). Em resposta, a SVS afirma que a meta foi alcançada:*

'Em relação à meta de expandir o sistema de vigilância epidemiológica de Influenza sazonal para todas as capitais dos estados Brasileiros, em 2007 a meta foi cumprida de forma que atualmente existem mais de 60 unidades sentinela em atividade em todo o Brasil, sendo que cada capital conta com pelo menos uma unidade de saúde integrante dessa rede.' Grifou-se. (Fl. 23 – Anexo I).

42. Outra indagação realizada à SVS consistia na revisão da legislação epidemiológica do País, também suscitada no âmbito do processo TC 005.496/2006-5. A SVS se pronunciou da seguinte forma:

'A legislação sanitária foi revisada, em consultoria realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisa em Direito Sanitário da USP, conjuntamente com a SVS. O relatório da consultoria já foi apresentado ao Grupo Executivo Interministerial de Preparação para a Pandemia de Influenza. Algumas medidas de prevenção e controle de uma pandemia, identificadas como eventualmente necessárias à época já vêm sendo adotadas na situação atual, como quarentena de contatos e isolamento domiciliar ou hospitalar de acordo com a classificação e estado clínico do caso.' (fl. 23-24 – Anexo I).

43. Posteriormente, coletou-se a informação de que seria nomeado um grupo de trabalho do GEI para avaliar o texto resultado da consultoria mencionada acima. Paralelamente a isso, parecer da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde considerou suficiente a legislação já em vigor. Assim, o assunto deverá voltar a ser objeto de atenção por parte do Tribunal de Contas da União em futuras auditorias sobre o sistema de vigilância epidemiológica do país.

44. Sobre a possibilidade de produção de vacinas contra o Vírus A (H1N1), coletaram-se informações não somente da SVS, mas também do Instituto Butantan. A manifestação da SVS foi no seguinte sentido:

'A cepa que compõe a vacina contra Influenza sazonal é composta de Vírus humanos, enquanto que o Vírus da presente epidemia é um Vírus de composição mista (humano suíno e aviário). Não há nenhuma evidência de que a vacina sazonal confira alguma imunidade contra a Influenza A (H1N1).

No entanto, até o presente momento, ainda não há indicação pela OMS de quando a vacina poderá ser produzida, portanto, não temos como informar o quantitativo, cronograma previsto e custos envolvidos na fabricação/produção dessa vacina.' (Fls. 24-25 – Anexo I).

45. Por sua vez, em resposta ao Ofício-Requisição nº 4-428/2009 – FISCALIS, o Instituto Butantan, por meio do Ofício OF.DB.636/09, de 29/5/2009, informou o seguinte:

'O Butantan reformou e instalou um laboratório piloto que está sendo utilizado para a produção piloto da Vacina H5N1, onde já produziu alguns lotes que estão sendo testados em animais e dentro de dois meses já estarão disponíveis para os testes clínicos. O referido laboratório foi inspecionado pela Comissão da CTNBIO e classificada como nível de Biossegurança nível III. Desenvolveremos a produção da Vacina H1N1 no mesmo laboratório, assim que a cepa for liberada pela Organização Mundial de Saúde, que as distribuirá a potenciais produtores da vacina. A referida cepa será manipulada para produção do lote semente e depois do lote trabalho que dará origem aos primeiros lotes experimentais para produção da vacina.

O Cronograma e quantidade de produção irão depender da disponibilidade e da produtividade da cepa.

O custo estará diretamente ligado a quantidade da matéria-prima a ser utilizada na produção da vacina que irá depender do rendimento.

A planta piloto tem capacidade estimada para produzir cerca de 100.000 doses se compararmos com a Vacina contra Influenza Sazonal e no laboratório industrial a capacidade produtiva será de vinte milhões de doses.' (fls. 64-65 – Anexo I.)

45.1 Relativamente à possibilidade do Instituto Butantan produzir a Vacina, cabe acrescentar, segundo notícias divulgadas pela imprensa no último dia 17 deste mês, a Organização Mundial de

Saúde (OMS) não disponibilizou a 'fórmula' da referida vacina (Influenza A) fato que inviabiliza que aquele Instituto possa produzir a mesma, ainda, este ano.

46. Indagou-se, também, à SVS sobre a existência de relatórios e informações que avaliem o 'Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza', considerando os casos, já confirmados, de infecção pelo Vírus A (H1N1). Em resposta, a Secretaria enviou estudo realizado pelo Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC) no qual se realizou avaliação de vários aspectos do Plano. Porquanto tenham sido coletadas informações com relação a esse assunto que configurem achado de auditoria, elas serão tratadas em ponto específico do presente relatório (item 4.3).

47. Finalmente, no dia 15 de junho de 2009, após a nova elevação no nível de alerta da Organização Mundial da Saúde – de 5 para 6, ou seja, reconhecimento de PANDEMIA do Vírus A (H1N1) –, questionou-se à Secretaria de Vigilância em Saúde se haveria alguma modificação na estratégia de atuação de contenção da doença. Em resposta, foi explicitado que não houve alterações da estratégia, uma vez que, de acordo com o planejamento do Ministério da Saúde, as ações a serem realizadas no momento da fase 6 são as mesmas da fase 5, conforme a seguinte Tabela de Fases Pandêmicas fornecida pela SVS:

DESCRIÇÃO DAS FASES DE PANDEMIA E PRINCIPAIS AÇÕES POR FASE – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

FASE	DESCRIÇÃO DA FASE	PRINCIPAIS AÇÕES POR FASE
FASE 01	Não há registro de infecção em humanos por uma do tipo animal	
FASE 02	Infecção de tipo animal que poderia causar sintomas semelhantes à gripe, portanto, é uma ameaça pandêmica potencial	Desenvolver, avaliar e potencialmente revisar planos nacionais de resposta e preparação para a pandemia
FASE 03	Vírus de gripe animal de humano-animal causa casos esporádicos ou grupos de casos em pessoas, mas não há transmissão entre humanos que represente surtos em comunidades	Desenvolver estratégias de vigilância em cooperação com as autoridades nacionais de saúde animal e outros setores relevantes
FASE 04	Transmissões entre humanos de nível de gripe animal ou humano-animal capazes de sustentar surtos significativos em comunidades	Conduzir planejamento de contenção rápida e iniciar atividades para estruturar os sistemas de saúde e coletar dados
FASE 05	O mesmo vírus distribuído causou surtos significativos em comunidades em dois ou mais países de uma região da OMS	Prever e implementar estratégias de contenção rápida de pandemia em colaboração com a OMS para iniciar suadar a disseminação de infecção
FASE 06	Além dos critérios definidos na fase 5, o mesmo vírus causou surtos significativos em comunidades em pelo menos um país em outra região da OMS	Aumentar a vigilância, desenvolver planos de contenção, Partilhar descobertas com a OMS e a comunidade internacional
FASE 07	Com o mesmo vírus distribuído, surge uma pandemia	Monitorar e implementar estratégias de contenção em paralelo, sendo aplicadas medidas de mitigação
FASE 08	Com o mesmo vírus distribuído, surge uma pandemia	Continuar a implementar estratégias de contenção em paralelo, sendo aplicadas medidas de mitigação
POSSÍVEL PANDEMIA	Com o mesmo vírus distribuído, surge uma pandemia	Continuar a implementar estratégias de contenção em paralelo, sendo aplicadas medidas de mitigação
CONFIRMADA PANDEMIA	Com o mesmo vírus distribuído, surge uma pandemia	Continuar a implementar estratégias de contenção em paralelo, sendo aplicadas medidas de mitigação

Tabela 1: Descrição das fases de pandemia respectivas ações - OMS

3.2 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa

48. Com o objetivo de tomar conhecimento das ações adotadas pela Anvisa frente ao surto de Influenza A (H1N1), foi enviado a essa Agência o Ofício 2-428/2009, no dia 22 de maio de 2009. Em resposta, a Anvisa expediu o Ofício-MP N. 242/2009-GADIP/ANVISA (fls. 69-156 – Anexo I). A seguir, passa-se a destacar as principais ações realizadas por aquela Agência:

- *Publicação, no dia 24 de abril de 2009, de Nota Técnica com informações e procedimentos a serem adotados nos aeroportos e aeronaves;*

- *No dia 25 do mesmo mês, após a declaração pela OMS do evento como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), a Anvisa passa a participar das reuniões diárias do Gabinete Permanente de Saúde Pública (GPESP);*

- *Publicação, no dia 27 de abril de 2009, de Nota Técnica às Coordenações de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados (Anexo) dando orientações para o controle sanitário da Influenza A (H1N1) nos pontos de entrada, reforçando o monitoramento dos vôos e viajantes procedentes do continente norte americano (México, Canadá e EUA) bem como a distribuição de material informativo sobre a Influenza A (H1N1) e orientações sobre cuidados ao se deslocarem para as áreas afetadas e procedimentos frente a sintomas compatíveis com a doença;*

- *Ampliação, no dia 28 de abril, do monitoramento de vôos provenientes de áreas infectadas por casos de Influenza A (H1N1), de acordo com a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Agora, além de México, EUA e Canadá, a Anvisa irá monitorar a vigilância de casos suspeitos em viajantes de vôos provenientes de Espanha, Reino Unido e Nova Zelândia, além de determinar a obrigatoriedade da veiculação dos informes sonoros a bordo de todas as aeronaves vindas de áreas afetadas e ainda ampliar as ações controle sanitário para as embarcações provenientes das áreas afetadas;*

- *Realização de reunião com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias e empresas aeroviárias para esclarecimentos e padronização das medidas a serem adotadas nas áreas aeroportuárias e aeronaves;*

- *Após o aumento do nível de alerta pela OMS no dia 29 de abril (de 4 para 5) a Anvisa publicou alerta ampliando o monitoramento para todos os vôos internacionais que chegam ao Brasil; publicou, também, Nota Técnica conjunta com a Secretaria Especial de Portos – SEP, orientando as medidas de controle sobre a presente Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional;*

- *Videoconferência em 30 de abril de 2009 com representantes de 12 aeroportos do Brasil. Participaram: Receita Federal, Anvisa, Vigiaagro, Infraero e Polícia Federal objetivando a padronização de procedimentos;*

- *Em 4 de maio de 2009, a Anvisa orienta a abordagem dos veículos terrestres de transporte coletivo de passageiros nas fronteiras de maior movimentação;*

- *Reforço do número de servidores nos aeroportos de maior movimento no país: Guarulhos, em São Paulo, e Galeão, no Rio de Janeiro;*

- *Inspeção para emissão de Livre Prática a bordo de todas as embarcações procedentes de outros países;*

- *Retenção das Declarações de Bagagem Acompanhadas (DBA), preenchidas pelos passageiros de vôos internacionais, como fonte de informações para eventual busca de contatos;*

- *Emissão do Termo de Controle Sanitário de Viajantes (TCSV) diante da identificação de casos suspeitos ou casos para monitoramento;*

- *Encaminhamento dos casos suspeitos identificados nos aeroportos, portos e fronteiras para os hospitais de referência e notificação à SVS/MS;*

- *Atualização diária das orientações aos viajantes no sítio www.anvisa.gov.br/viajante;*

- *Aquisição, em caráter emergencial, de 1 milhão de máscaras cirúrgicas e kits de equipamento de proteção individual – EPI (respirador particulado, óculos proteção, luvas, avental);*

- *Aquisição de 8.400 unidades de 100 ml de álcool gel para higienização das mãos – trabalhadores da linha de frente em portos, aeroportos e fronteiras;*

- Atualização e publicação nos sítios da Anvisa e do MS das 'recomendações para Hospitais de Referência para o Atendimento de Pacientes com Suspeita de Infecção por Nova Cepa de Influenza';

- Publicação de orientações para serviços e profissionais de saúde sobre organização e controle de infecção em serviços de saúde; e

- Produção de 2 (dois) filmes de orientação ao profissional de saúde quanto ao manejo de casos suspeitos, sendo um deles aplicável também a todos os trabalhadores que atuam em linha de frente nos PAF.

49. A Anvisa esclarece que durante a ocorrência da ESPII alguns aeroportos estão recebendo apoio das Secretarias Estaduais/Municipais de Saúde e os servidores destes órgãos estão complementando as inúmeras atividades necessárias na atual fase.

50. Diante do surto da Gripe A (H1N1), foi emitida a Nota Técnica Conjunta Nº 1/2009/ANVISA/SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, que contém recomendações de procedimentos com vistas a conter o avanço da doença por meio dos Portos brasileiros (fls. 74-76 – Anexo I).

3.3 - Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SDA/MAPA

51. A Equipe de Auditoria também teve acesso ao Comunicado SDA Nº 1/2009, de 6 de maio de 2009, em que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informa sobre a segurança do consumo de carne suína brasileira, a despeito do surto da Gripe A (H1N1), inicialmente denominada 'Gripe Suína'.

52. O comunicado afirma que os produtos de origem suína do país não oferecem risco de disseminação da Gripe A (H1N1). De acordo com o comunicado,

'Segundo informações do governo canadense, é 'altamente provável' que os suínos tenham sido infectados a partir de pessoa recentemente regressa do México, apresentando quadro clínico compatível com gripe, embora não tenha sido ainda confirmada a infecção dessa pessoa pelo novo Vírus. Não houve em qualquer outro país, acometido ou não pela Influenza A (H1N1), registro de animais doentes ou infectados pelo agente da doença.

(...)

Não obstante, não haver registro, até o presente, de circulação da Influenza A (H1N1) no Território Brasileiro, a SDA entende que diante de eventual ocorrência dessa natureza, o risco de disseminação do Vírus nos plantéis comerciais brasileiros seria mitigado pelo sistema de produção tecnificado, consideradas as medidas preventivas adicionais que devem ser adotadas, incluindo:

a) a ampliação da frequência de visitas das equipes de assistência veterinária às granjas de suínos, como parte de ações de intensificação das atividades de vigilância;

b) a restrição do acesso aos plantéis de suínos de pessoas que apresentem qualquer sintoma de gripe ou que tenham estabelecido contato com pessoas suspeitas de estarem acometidas ou doentes de gripe;

c) a restrição do acesso aos plantéis de suínos de pessoas que tenha regressado, nos últimos dez dias, de áreas ou zonas de risco para a Influenza A (H1N1); e

d) Intensificação dos já existentes programas de biossegurança nas granjas.' (fls. 157-158 – Anexo I).

53. Afirma também a SDA que o Brasil é pouco dependente de importação de genética suína, o que dificulta a infecção dos animais domésticos por material genético vindo do exterior. A título de prevenção, desde o dia 24 de abril, a SDA centralizou todas as autorizações de suínos vivos ou de material de multiplicação suína na cidade de Brasília. O órgão afirma que:

'O controle efetivo do risco sanitário associado à importação tem logrado assegurar o não ingresso de doenças exóticas de suínos no Brasil como a Síndrome Reprodutiva e Respiratória Suína, doença altamente contagiosa e presente em grande número de países. Todos os animais para transitarem no Território Nacional, com a finalidade de cria, recria, engorda, reprodução ou qualquer outra finalidade, são obrigatoriamente acompanhados da Guia de Trânsito Animal (GTA). Emitida pelo Serviço Veterinário Oficial do Brasil.

[...]

O consumo de produtos de origem suína certificados pelo Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal segue sendo absolutamente seguro.' Grifou-se. (fl. 158 – Anexo II).

3.4 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE/MS

54. Questionou-se à SCTIE/MS, por meio do Ofício de Requisição nº 03-428/2009 - FISCALIS, de 27/5/2009, dados e informações acerca do processo de compra de 800 mil tratamentos prontos de TAMIFLU, remédio utilizado no combate à Gripe A (H1N1).

55. Em resposta, a Secretaria remeteu as seguintes informações:

- O processo SIPAR nº 25000.514283/2009-40 em curso se refere à aquisição de 800 mil tratamentos prontos de Oseltamivir 75 mg cápsula e 7.453 frascos de fosfato de Oseltamivir 12 mg/ml (= 7.453 tratamentos pediátricos);

- Valor estimado para aquisição: - R\$ 34.757.600,00 ao custo de R\$ 4,3447/cápsula;

- No curso da tramitação, a Empresa Roche apresentou proposta de preço para os 800.000 tratamentos adultos, cujo valor estimado é de R\$ 34.757.600,00 e ofereceu por doação ao MS os 7.453 frascos de fosfato de Oseltamivir 12 mg/ml.

- Na ocasião em que se manifestou a SCTIE, o processo encontrava-se em análise no Departamento de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Vigilância em Saúde - DEVEP/SVS para manifestação sobre o cronograma de entrega do medicamento e sobre a doação do medicamento pediátrico;

- Prazo estimado para entrega do medicamento: consta no Termo de Referência como prazo de entrega do medicamento até 120 dias após a assinatura do contrato;

- Validade dos lotes a serem adquiridos: consta no Termo de Referência que da data de fabricação do medicamento até a data de entrega no almoxarifado não poderá ter transcorrido mais de 20% do prazo de validade do medicamento. O medicamento possui registro na Anvisa de 48 meses de validade. Neste processo de aquisição o medicamento deverá ter a sua validade até 2013;

3.5 - Assessoria de Comunicação do Ministério da Saúde – Ascom/MS

56. A Ascom/MS, em atenção ao Ofício de Requisição nº 5-428/2009, de 27 de maio de 2009, enviou vasto material sobre veiculações publicitárias e intervenções na mídia que foram realizados com o objetivo de informar a população sobre o surto de Influenza A (H1N1). Num momento de crise como o que ora se configura, as ações de comunicação oficial do Governo são de extrema importância, no sentido de se informar corretamente a população, de forma que seja evitado situações de pânico, conforme manifestação da própria Ascom/MS:

{...}

A comunicação se reveste de inexorável importância em cenários de epidemias e pandemias. Não é raro que ações precipitadas decorrentes da incerteza e confusão tragam danos superiores à coletividade que a própria ocorrência epidemiológica. O resultado, muitas vezes, são corridas a postos de saúde, hospitais, farmácias e a automedicação. Fatores que, não raramente, produzem desordem social, prejuízos econômicos e calamidades, algumas irreversíveis. Para agravar, sempre

surgem, nesses momentos, variáveis e intervenientes políticos que tentam prevalecer sobre as questões maiores da sociedade. A mídia, na busca de audiência, mantém a excitação da população acima do que seria razoável diante do quadro real.

Maior é a responsabilidade da comunicação quando, diante de um cenário pandêmico, se acrescenta à situação a relação entre os países, pois podem surgir, de forma oportunista, os pedidos de embargos comercial, turístico e econômico.

Cabe à comunicação oficial levar a informação de forma rápida, oportuna, precisa e segura. Não só para influenciar na adoção de comportamentos individuais e coletivos que auxiliem no controle da doença e dos efeitos colaterais decorrentes da falta de informação ou de informações equivocadas, como também para contribuir e manter a confiança nas ações das autoridades responsáveis em resposta à situação epidemiológica apresentada.' (CDR contido no Anexo II – fl. 4).

57. O plano de comunicação elaborado pela Ascom/MS levou em consideração a definição de objetivos e ações específicas para públicos distintos. Abaixo, segue um quadro resumo em que se listam as principais ações definidas por aquela Assessoria, divididas por tipo de público.

Tabela 2: Ações de comunicação da Ascom/MS

Público	Ações de Comunicação
Governo/Gestores	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de comitê de comunicação governamental para planejar, monitorar, acompanhar e executar ações referentes ao tema; - Organização de reuniões periódicas para alinhamento e definição de ações; - Desenvolvimento de instrumentos (informativo on-line, e-mail, marketing, rádio saúde, hotsite etc.) que permitem o envio imediato aos gestores de dados, informações e decisões do Governo; - Utilização da rede de comunicação pública (TVs, rádios e agências de notícias) para enviar mensagens e informações atualizadas sobre a doença no Brasil e no mundo e sobre as ações do governo brasileiro no combate à pandemia; - Promoção de aproximação entre as assessorias de comunicação dos diferentes órgãos de gestão para alinhamento de discurso e desenvolvimento de ações em comum; e - Definição/treinamento de porta-vozes para atendimento à imprensa.
Imprensa e Formadores de Opinião	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilização da direção dos maiores grupos de mídia do país para que informem corretamente a população, evitem abordagens sensacionalistas e divulguem as ações em andamento; - Abastecer a imprensa com informações claras e atualizadas, com a divulgação de boletins diários, releases, entrevistas e outras ferramentas de comunicação; - Disponibilização e atualização permanente do hotsite do MS dedicado ao tema com informações, dados, gráficos, indicadores, notas técnicas, apresentações, material de campanha etc.; e - Oferecimento, por meio do serviço da Agência de Rádio do MS, reportagens e spots para emissoras de rádios de todo país.
Presidência da República, Ministérios, Governos Estaduais e Municipais	<ul style="list-style-type: none"> - Estimulação da aproximação dos gestores com lideranças de associações, organismos, conselhos, sindicatos, universidades, movimentos da sociedade civil por meio de reuniões, correspondências, entre outras estratégias, para informar as ações e decisões do Governo frente ao tema e sensibilizá-los a participar do trabalho;
Jornais, TVs, rádios, sites, agências de notícias, organismos (nacionais e internacionais), universidades, institutos de pesquisa e lideranças da sociedade	<ul style="list-style-type: none"> - Estimulação e organização de ações de comunicação e mobilização junto aos diferentes públicos que podem ser afetados pela pandemia (profissionais da saúde, trabalhadores, empresários, grupos de moradores, organizações não governamentais etc.);
Profissionais de saúde (médicos, enfermeiros) e prestadores de serviço (laboratórios, hospitais, planos de saúde, clínicas, etc.).	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização dos meios de comunicação já existentes (TV Educativa, Rádio e Canal Saúde, Telessaúde etc.) como instrumento de informação e capacitação à distância para diagnóstico, tratamento e manejo de pacientes com Gripe A (H1N1); - Produção e impressão de cartilhas e folheto com informações técnicas, deixando-as também disponíveis em formato digital no hotsite da doença; - Criação de espaço virtual (chat, fórum, blog etc.) onde periodicamente, ou de acordo com a necessidade, técnicos da SVS tirem dúvidas de profissionais de saúde; e - Envio de informes eletrônicos da gestão para as diferentes categorias, sempre com apoio dos sindicatos, conselhos, associações e federações.
Parceiros da Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização dos conselhos e a relação do Ministério da Saúde com os Parceiros da Saúde, colaboradores com a saúde pública, para divulgação nos recursos próprios, veículos internos e nos meios de comunicação ao alcance dos mesmos de ações, informações e medidas determinadas pelo Governo e importantes para o combate a doença;

	<ul style="list-style-type: none"> - Envio de material de divulgação para distribuição e/ou reprodução nos veículos de divulgação e espaços dos Parceiros; e - Produção e impressão de cartilhas e folders com informações técnicas, deixando-os também disponíveis em formato digital para reprodução voluntária.
Sociedade em geral	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação da comunicação com a população através do Disque-Saúde (0800) e da Ouvidoria do MS, através dos quais a população encontrou respostas às suas dúvidas e encaminhou suas questões; - Desenvolvimento de hotsite e manutenção de textos informativos sobre a doença e as medidas de governo, sempre em linguagem acessível; - Produção de spots/reportagens com informações didáticas e distribuição para rádios comunitárias através da Agência do Rádio; - Disponibilização de porta-vozes para entrevistas em canais de comunicação de apelo popular e de massa para esclarecer as dúvidas sobre a doença; - Desenvolvimento e veiculação de campanhas publicitárias de massa; - Realização de ações de comunicação (avisos sonoras, distribuição de folhetos, cartazes) em pontos de grande circulação de pessoas; - Articulação de ações de comunicação a serem realizadas pelos órgãos do Grupo Técnico de Comunicação e Mobilização Social do Grupo Executivo para o enfrentamento a uma Pandemia de Influenza; - Produção de material radiofônico para distribuição nas emissoras de rádio; - Articulação de reunião do Ministro da Saúde com Ministros dos países da América do Sul; - Desenvolvimento de atividades de comunicação junto aos parlamentares federais; e - Realização de ações de divulgação e publicidade nas áreas fronteiriças em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e órgãos que atuam nas fronteiras (Anvisa, Polícia Federal, Receita Federal, Ministério da Agricultura).

58. Além das informações dos diversos órgãos apresentadas acima, separadamente, a Equipe de Auditoria também coletou dados referentes à destinação dos recursos aprovados pela Medida Provisória nº 463/2009, de 20/5/2009, para financiar as ações de combate ao Vírus A (H1N1). No total, a MP 463/2009 aprova o montante de R\$ 102.400.000,00. O quadro a seguir demonstra a destinação da referida verba por órgão e por tipo de gasto:

Tabela 3: Agregação Por Órgão

Detalhamento dos Recursos da MP 463/2009 – Por Órgão (R\$)						
Órgão	UO	Programa	Ação	Custeio	Capital	Total
MS	Anvisa	1289	20BA	1.400.000,00		1.400.000,00
MS	FNS (SCTIE)	1293	20BA	60.000.000,00		60.000.000,00
MS	FNS (SVS)	1444	20BA	15.000.000,00	1.000.000,00	16.000.000,00
MS	FNS (ASCOM)	1444	20BA	25.000.000,00		25.000.000,00
Ministério da Saúde (total)				102.400.000,00		102.400.000,00
Sec Portos (PR)						4.297.000,00
Ministério da Fazenda						8.300.000,00
Ministério do Meio Ambiente						2.197.000,00
Ministério de Desenvolvimento Agrário						5.161.000,00
Ministério da Defesa						7.172.000,00
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (1)						0,0
Total						27.127.000,00
Total Geral						129.527.000,00

59. Já as informações abaixo detalham os R\$ 16 milhões destinados à Secretaria de Vigilância em Saúde/MS:

Tabela 4: Detalhamento: SVS/MS - Custeio

SVS - Despesas de Custeio (R\$)			
Discriminação	Quantitativo	Valor Médio	Valor
Equipamento de Proteção Individual*	110.000	54,00	5.940.000
KIT teste Rápido Influenza	3.200	700,00	2.240.000
Insumos - Biologia Molecular**	66	33.333,33	2.200.000
Embalagem para Transporte de amostras infecciosas	2000	150,00	300.000
Material descartável para coleta e processamento de amostras**	22	193.409,09	4.255.000
Software para realização de teleconferência com Secretarias de Saúde (CIEVS)	1	65.000	65.000
TOTAL			15.000.000,00

*Quantitativo corresponde ao número de unidades

** Quantitativo corresponde ao número de itens

Tabela 5: Detalhamento: SVS/MS - Capital

SVS - Despesas de Capital (R\$)			
Discriminação	Quantitativo	Valor Médio	Valor
Áudio conferência - ÁREAS SVS (CGLAB/COVER/CIEVS/CGDT/DEVEP/GAB)	6	2.500,00	15.000,00
Vídeo + Plasma - SMS 3 e 1 SVS	4	28.500,00	114.000,00
Pirosequenciador	3	280.000,00	840.000,00
Equipamento de Vídeo-Imagem para registro de investigação de campo***			31.000,00
TOTAL			1.000.000,00

***Máquina fotográfica, lente fotográfica e filmadora digital Z7

60. Abaixo segue o detalhamento da verba prevista para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária:

Tabela 6: Detalhamento: Anvisa

Anvisa	Qtd	V. Unit	V. Total
Passagens	-	-	R\$ 418.000,00
Diárias	-	-	R\$ 175.500,00
Avental de tecido	300.000	2,45	R\$ 735.000,00
Respirador purificador de ar tipo peça semi-facial filtrante para partículas: PFF-2 ou N95	38.400	0,72	R\$ 27.648,00
Luvas de látex descartáveis	768	16,00	R\$ 12.288,00
Óculos de proteção incolor anti-risco flexível, em PVC	4.000	4,75	R\$ 19.000,00
Álcool Etilico a 70%: sob a forma gel	9.000	1,35	R\$ 12.150,00
Total			R\$ 1.399.586,00*

* A Anvisa informa que o restante do valor total (R\$ 1.400.000,00) será utilizado para despesas com passagens e diárias para atender força tarefa da Influenza A (H1N1).

4. ACHADOS DE AUDITORIA

4.1. Dificuldades enfrentadas pela Anvisa para ter acesso a informações dos passageiros (vôos internacionais) que tenham algum tipo de contato com outros que estão infectados pelo Vírus A (H1N1) ou com suspeita de contaminação, evitando que aquela Agência cumpra de forma mais célere, eficaz, e tempestiva suas atribuições, especialmente no sentido de evitar/minimizar a propagação do Vírus Influenza no País.

4.1.1. Situação encontrada:

61. Esta Equipe de Auditoria, com o objetivo de avaliar/conhecer a atuação da Anvisa – no que tange às medidas preconizadas para evitar a propagação do Vírus A (H1N1), a partir dos aeroportos e fronteiras –, esteve na fronteira do Brasil com o Paraguai (Foz do Iguaçu/PR), bem como no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo.

62. No que diz respeito especialmente ao Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, além das dificuldades relatadas em item específico deste Relatório (Achado nº 4.2), cabe acrescentar que o pessoal da Anvisa que atua naquele local enfrenta, diuturnamente, dificuldades na identificação/localização de passageiros que, de alguma forma, tenham tido contato com outro passageiro que tenha sido diagnosticado como infectado pelo Vírus A (H1N1) ou como suspeito de infecção.

63. Tal dificuldade advém do fato de a Anvisa, quando da necessidade de 'rastreamento' desses outros passageiros, além de não contar com uma estrutura de pessoal adequada, ser impactada por questões/problemas de ordem técnica e/ou tecnológica.

64. De forma sucinta, o roteiro ora adotado pelo pessoal da Anvisa no Aeroporto de Guarulhos/SP é o seguinte:

a) primeiramente, com base no layout da aeronave onde foi constatada e/ou existe suspeita de passageiro infectado pelo Vírus A (H1N1), são identificados os assentos próximos a esse passageiro, ou seja, 2 (duas) fileiras à frente, 2 (duas) fileiras atrás, a fileira do lado etc.;

b) depois de identificados os números dos assentos, é realizada uma busca manual nos formulários de DBA (Declaração de Bagagem Acompanhada) preenchidos, obrigatoriamente, pelos passageiros dos vôos internacionais, com vistas à identificação de quais seriam os passageiros ocupantes desses assentos. O objetivo de levantar tais informações é proceder ao contato com esses passageiros e alertá-los da situação, para que – no caso de vierem a manifestar os sintomas da gripe A – procurem, de imediato, os serviços de saúde adequados/indicados para realização de exame/tratamento.

65. Além da busca manual demandar tempo e desvio de servidores (já escassos) para essa tarefa, muitas das vezes as empresas aéreas, de um modo ou de outro, dificultam o fornecimento/ acesso à lista de passageiros desses vôos, sob os mais variados pretextos/argumentos (exemplo disso é a resposta de uma empresa aérea à Notificação da Anvisa, à fl. 2 do Anexo I). A Anvisa então é obrigada a lançar mão de solicitar formalmente esses dados, pois tem a obrigação legal de adotar as providências para evitar, quando possível, a propagação de uma epidemia em território nacional.

66. Esse processo de busca manual e solicitação de informações às empresas aéreas vai de encontro à gravidade da situação, bem como à celeridade de ações que a situação requer (saúde pública). A demora no levantamento dessas informações (nome, endereço, telefone de passageiros de vôos internacionais) trabalha em desfavor do interesse público, haja vista que nos casos confirmados de contaminação pelo Vírus A (H1N1), a rapidez no atendimento e monitoramento de pessoas (passageiros) que tiveram contato com esses pacientes (ou suspeitos de contaminação) certamente evitaria/minoraria a propagação da doença no País.

67. Entendemos, portanto, que urge sejam adotadas providências no sentido de garantir a Anvisa de instrumentos (logística) que possibilitem àquela Agência tenha acesso, de forma mais rápida e racional, aos dados (nome, endereço, telefone etc.) dos passageiros oriundos dos vôos internacionais que, de alguma forma, tenham tido contato ou estado próximos de outros com suspeita e/ou confirmação de contaminação pelo Vírus A (H1N1).

68. Ademais, as normas que regem a atuação da Anvisa (arcabouço legal) já prevêm o sigilo desses dados, haja vista a proibição de divulgação, especialmente à mídia, do nome de pessoas (pacientes) contaminados e/ou com suspeita de contaminação pelo Vírus Influenza. Sendo assim, não existe óbice para que as autoridades de saúde, notadamente a Anvisa tenham acesso à lista de passageiros dos vôos internacionais, pois, como já dito, o interesse público é soberano.

69. É importante destacar, por oportuno, que as autoridades mundiais de saúde (OMS), cientistas, epidemiologistas, entre outros, já dão como certa, num futuro próximo, a ocorrência de um novo quadro de Pandemia causado por uma nova cepa do Vírus Influenza. E, considerando que a 'porta de entrada' desse Vírus (Influenza) no País se dá principalmente por meio do desembarque de passageiros oriundos do exterior no Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, responsável por quase 90% (noventa por cento) de todos os vôos internacionais no Brasil (partidas e chegadas), entendemos que devam ser implementadas, desde logo, novas medidas e/ou novo instrumental de atuação da Anvisa naquele Sítio Aeroportuário. Notadamente, é imprescindível o acesso de forma célere/efetiva às informações de passageiros dos vôos internacionais (chegadas) que apresentem risco de contrair a doença, possibilitando que sejam colocadas em prática, tempestivamente, todas as medidas que visem diminuir/evitar a propagação do da nova variante do vírus, a partir do desembarque naquele Terminal Aeroviário.

70. Portanto, o problema não se restringe à situação atual de enfrentamento à Gripe A (H1N1), mas a qualquer ocasião semelhante, que, como mencionado, é questão de tempo para que aconteça.

71. Assim, esta Equipe de Auditoria propõe, ao final deste Relatório, que os Ministérios da Saúde, da Defesa e das Relações Exteriores; bem como as Agências Nacionais de Vigilância Sanitária (Anvisa) e de Aviação Civil (Anac) e, ainda, a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) enviem esforços (tratativas), junto às empresas aéreas que atuam no País e, em especial,

as que operam vôos internacionais no Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, no sentido de que as autoridades de saúde (Anvisa) possam ter acesso à lista de passageiros dos vôos internacionais dessas empresas de forma mais célere e racional, ou seja, através de sistemas informatizados (planilhas/cruzamento de dados/informações) ou qualquer outro meio eletrônico que possibilite o levantamento das informações de forma tempestiva com menor esforço/demanda de pessoal, ensejando possa ser diminuída, quiçá evitada, a propagação do Vírus Influenza em território nacional, a partir do desembarque de passageiros naquele Aeroporto e, ainda, propiciando que os servidores daquela Agência (ANVISA) sejam utilizados/alocados noutras atividades/tarefas existentes tão ou mais importantes naquele Terminal.

4.1.2 Efeitos/Consequências do achado:

72. Demora na identificação de passageiros que tiveram algum tipo de contato com outro que tenha apresentado os sintomas e/ou tenha contraído o Vírus A (H1N1), ensejando a possibilidade (risco) de propagação do Vírus no País (efeito real).

4.1.3. Critérios:

73. Dificuldade da Anvisa em cumprir o que rege o Regulamento Sanitário Internacional (RSI/2005), da Organização Mundial de Saúde – OMS, bem como o que estabelece o Protocolo para enfrentamento da Influenza A (H1N1) em portos, aeroportos e fronteiras elaborado pelo Grupo Executivo Interministerial (GEI).

4.1.4. Evidências:

74. Ofício emitido por Empresa Aérea (nº 6), de 2/6/2009, em face da Notificação da Anvisa – 1001/2009-PA3260740/2009 (fl. 2 do Anexo I), bem como constatação feita por esta Equipe de Auditoria no que tange a busca manual realizada por servidores da Anvisa, a partir dos DBA (Declaração de Bagagem Acompanhada).

4.1.5. Conclusão da equipe:

75. Como já dito anteriormente, entendemos que devam ser adotadas providências urgentes pelos órgãos indicados (Ministérios da Saúde, da Defesa, das Relações Exteriores; Anvisa, Anac e Infraero) no sentido de viabilizar que as autoridades de saúde, em especial a Anvisa, possam ter acesso, por meio de sistemas informatizados e/ou qualquer outro meio, tais como: banco de dados, planilhas, listas, cruzamento de dados, etc.; à lista de passageiros (nome, endereço, telefone, e-mail etc.) dos vôos internacionais que desembarcam no Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, visando à identificação de forma tempestiva e racional desses dados (nome dos passageiros que, de alguma forma, tenha tido contato e/ou tenham viajado em assentos próximos a outros com suspeita e/ou com confirmação de contaminação pelo Vírus Influenza); ensejando a adoção de providências, tempestivas, que possam mitigar/minorar a propagação do Vírus Influenza em território nacional.

4.1.6. Proposta de encaminhamento:

76. Seja determinado aos Ministérios da Saúde, da Defesa e das Relações Exteriores; bem como às Agências Nacionais de Vigilância Sanitária (Anvisa) e de Aviação Civil (Anac) e, ainda, à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) que:

I) promovam tratativas/estudos, conjuntamente com as Empresas Aéreas que operem vôos internacionais no País, e em especial no Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, no sentido de propiciar à Anvisa o acesso, via sistema informatizado (ou qualquer outro meio/sistema eletrônico, cruzamento de banco de dados etc.), às listas de passageiros dos vôos internacionais que cheguem ao Brasil, especialmente quando for necessário identificar passageiros que, de alguma forma, tenham tido contato com outros que apresentem sintomas e/ou confirmação de contaminação pelo Vírus INFLUENZA; de forma a que as ações decorrentes, e necessárias, para minimizar a propagação do Vírus, tornem-se mais céleres e eficazes;

II) por meio do Ministério da Saúde (MS), seja dada notícia ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências porventura adotadas em face do contido no item I acima;

4.2. Insuficiência de servidores da Anvisa no posto de fronteira em Foz do Iguaçu/PR e no Aeroporto Internacional de Guarulhos em São Paulo

4.2.1. Situação encontrada:

A) Déficit de servidores na Anvisa em Foz do Iguaçu

77. Na visita realizada por esta Equipe de Auditoria aos postos da Anvisa em Foz do Iguaçu/PR, constatou-se um sério déficit de servidores daquela Agência para fazer face às suas atribuições, sobretudo no posto que se localiza na fronteira Brasil/Paraguai.

78. Há, na Cidade de Foz do Iguaçu, 5 (cinco) postos da Anvisa: sede administrativa, Porto Seco de Foz do Iguaçu, Fronteira Brasil/Paraguai, Aeroporto e Ponte Internacional da Fraternidade, dos quais foram inspecionados os quatro primeiros.

79. Segundo relatado por servidores da Anvisa naquela cidade (e também constado in loco pela Equipe de Auditoria), há apenas 8 (oito) servidores e alguns poucos estagiários disponíveis para fazer frente ao trabalho nos cinco postos mencionados.

80. A estrutura da Anvisa existente no aeroporto da Cidade de Foz do Iguaçu, pelo que se pode apurar, é relativamente suficiente, uma vez que o fluxo de vôos que chega é baixo (média de 6 a 8 vôos/dia). A ação da Anvisa no local consiste em abordar a tripulação da aeronave, ainda antes do desembarque dos passageiros, e questionar sobre eventuais casos de passageiros que tenham apresentado sintomas que se encaixem na descrição definida pelo Ministério da Saúde como suspeitos de infecção. Também é inquirido se o speech (informações e instruções sobre a epidemia anunciadas no sistema de som das aeronaves) determinado pela Anvisa foi devidamente realizado no decorrer do vôo. A ressalva à situação de relativa tranquilidade no aeroporto consiste na necessidade de se ter um servidor da Anvisa de plantão até o último vôo do dia, que chega por volta das 2 h da manhã, o que compromete a alocação de servidores para outros postos.

81. Entretanto, a situação encontrada no posto da fronteira Brasil/Paraguai (Ponte Internacional da Amizade) foi mais adversa. Nesse lugar, o fluxo de carros e pedestres é intenso, de forma que se torna impraticável a abordagem de todos os entrantes no país. A Anvisa dispõe apenas de um servidor no local. Assim, definiu-se como estratégia de atuação do órgão a abordagem apenas aos ônibus procedentes de cidades mais distantes, que não estão próximas à fronteira (Assunção, Buenos Aires, etc.), nos quais é feito o questionamento sobre eventuais passageiros com sintomas e a sensibilização mediante entrega de panfleto.

82. Por nova orientação do Ministério da Saúde, no dia 25/6/2009 a Anvisa passou a exigir dos passageiros de veículos de transporte coletivo (linhas ordinárias e ônibus de turismo) formulário contendo seus dados pessoais e situação de saúde. Por meio de contato telefônico com esta Equipe, uma vez que nessa ocasião a visita já havia ocorrido, servidores da Anvisa em Foz do Iguaçu ressaltaram a dificuldade para cumprimento das novas orientações, principalmente por motivo de efetivo insuficiente.

83. A necessidade de mais servidores fica ainda mais explícita quando atenta-se para o fato de que, além das atividades de fiscalização de aeroportos e fronteiras, há ainda inúmeras outras funções que precisam ser desempenhadas pela Anvisa na Cidade (controle de medicamentos, alimentos, inspeções sanitárias etc.).

84. Dado que a fronteira com o Paraguai é uma das mais relevantes vias de acesso ao país por meio terrestre, com grande fluxo de pessoas, ficou patente a necessidade de lotação de mais servidores para fazer frente a todo o trabalho de fiscalização sanitária nos cinco postos existentes na Cidade de Foz do Iguaçu, pelo que se propõe determinar à Anvisa que envie esforços no sentido de adotar providências com vistas a aumentar a força de trabalho daquele Escritório Regional, principalmente considerando a Pandemia de Gripe A (H1N1).

B) Déficit de servidores na Anvisa no Aeroporto Internacional em Guarulhos

85. A situação encontrada no posto da Anvisa no Aeroporto de Guarulhos também denotou deficiência no número de servidores para enfrentar a situação atual de Pandemia de Influenza A (H1N1).

86. Em que pese a colaboração da Secretaria de Saúde Estadual do Estado de São Paulo no sentido de ceder à Anvisa servidores para auxílio nas ações no local, ainda assim o efetivo no aeroporto não se mostrou suficiente, dado o massivo tráfego de vôos internacionais.

87. Em esquema de turnos, a equipe chega a contar nos horários de maior efetivo, com 10 pessoas, entre servidores da Anvisa e da Secretaria Estadual de Saúde. O trabalho daquelas equipes consiste em abordar as aeronaves procedentes de outros países, questionar à tripulação sobre realização do speech durante o voo e sobre eventuais ocorrências de passageiros com sintomas da Gripe A (H1N1).

88. Um dos problemas observados ocorre no momento em que chegam vários vôos ao mesmo tempo, ou num intervalo muito breve, dificultando a abordagem da Anvisa. As grandes distâncias entre *fingers* (plataformas de embarque/desembarque) a serem percorridas a pé pelos servidores tornam a logística do trabalho ainda mais complexa.

89. Relatou-se que o momento de concentração de chegadas de vôos internacionais se dá entre as 8 da noite e 5 horas da manhã, fator que também dificulta a alocação dos turnos de trabalho.

90. Ainda que o baixo número de efetivo contribua para uma séria dificuldade enfrentada no local, há um problema ainda maior, conforme levantado junto à responsável pelo Posto da Anvisa no Aeroporto de Guarulhos. Constatado um caso de passageiro com sintomas da Influenza A (H1N1) em um voo qualquer, o procedimento da Anvisa consiste em encaminhá-lo ao atendimento médico para algum hospital de referência. Além disso, é necessário entrar em contato com passageiros que estiveram, no voo em questão, próximos ao assento do passageiro com suspeita. Em virtude de dificuldades para encontrar tais contatos, grande parte do tempo dos servidores da Anvisa consiste nessa tarefa de tentativa de localização dos passageiros. A situação está descrita/tratada em item específico deste Relatório (Achado 4.1).

91. Por todo o exposto, ficou patente a necessidade de que sejam lotados mais servidores da Anvisa naquele Terminal de Passageiros, para fazer frente a todo o trabalho de fiscalização sanitária junto às aeronaves procedentes de outros países. O Aeroporto Internacional de Guarulhos responde pela maior parte do fluxo de passageiros provenientes de outros países com possibilidade de contaminação. Assim, será proposta determinação à Anvisa no sentido de que adote as providências necessárias para aumentar a lotação de servidores no Aeroporto de Guarulhos/SP, enquanto durar a atual crise desencadeada pela Gripe A (H1N1).

4.2.2. Causas da ocorrência do achado:

92. Possível subestimativa do número necessário de servidores da Anvisa nos Postos acima identificados, considerando, principalmente, o volume/tráfego de passageiros, pedestres e veículos em face da Pandemia do Vírus A (H1N1).

4.2.3. Efeitos/Consequências do achado:

93. Possibilidade de baixa efetividade/qualidade das ações de vigilância epidemiológica realizadas pela Anvisa nos Aeroportos e fronteiras com vistas ao enfrentamento da Influenza A (H1N1), considerando o baixo efetivo alocado para essas ações (efeito potencial).

4.2.4. Critérios:

'Protocolo para enfrentamento da Influenza A (H1N1) em portos, aeroportos e fronteiras' (atualizado em 15/5/2009).

4.2.5. Evidências:

94. *Constatação in loco feita por esta Equipe de Auditoria entre os dias 23 e 24/6/2009 no Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP e no Posto da Anvisa na fronteira do Brasil com o Paraguai (Foz do Iguaçu/PR).*

4.2.6. Conclusão da equipe:

95. *O efetivo (pessoal) alocado pela Anvisa para fazer cumprir o 'Protocolo para enfrentamento da Influenza A (H1N1) em portos, aeroportos e fronteiras' (atualizado em 15/5/2009) apresenta-se deficitário, conforme constatado in loco por esta Equipe de Auditoria, razão pela qual entendemos que as ações planejadas/executadas podem estar sendo comprometidas, considerando a gama de atividades/ações a cargo daquela Agência, de acordo com o descrito no citado documento (Protocolo).*

96. *Sendo assim, é necessário que sejam adotadas providências urgentes no sentido de solucionar/mitigar os efeitos advindos do baixo efetivo (pessoal) da Anvisa hoje lotado no Aeroporto de maior movimento de vôos internacionais do País (Guarulhos/SP), bem como no posto fronteiriço com maior fluxo de veículos e pessoas do Brasil (fronteira de Foz do Iguaçu/PR).*

4.2.7. Proposta de encaminhamento:

98. *Seja determinado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que:*

I) adote as providências necessárias no sentido de aumentar a lotação de servidores nos Postos dessa Agência localizados no Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, bem como na fronteira do Brasil com o Paraguai localizado em Foz do Iguaçu/PR, tendo em vista que o pequeno efetivo hoje existente naqueles postos pode vir a comprometer o desempenho das ações constantes do 'Protocolo para enfrentamento da Influenza A (H1N1) em portos, aeroportos e fronteiras' elaboradas pelo Grupo Executivo Interministerial para Implantação do Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza; considerando, principalmente, que esses 2 (dois) postos são os que apresentam o maior fluxo/trânsito de passageiros vindos do exterior (Guarulhos/SP) e de veículos e pedestres (Foz do Iguaçu/PR);

II) dê notícias ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências/medidas, porventura, adotadas em face de determinação constante do item I acima.

4.3. Notas/avaliações baixas atribuídas a alguns parâmetros do 'Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza', conforme estudo realizado pelo Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos da América (CDC)

4.3.1. Situação encontrada:

99. *Na requisição de informações à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), realizada por meio do ofício nº 1-428/2009 (fls. 20-21 – Anexo I), também indagou-se sobre a existência de relatórios ou outros dados que avaliem o 'Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza', considerando os casos já confirmados de infecção pelo Vírus A (H1N1).*

100. *Como resposta, a SVS/MS encaminhou a esta Equipe de Auditoria um estudo do Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (fls. 44 a 63 – Anexo I), que teve por objetivo avaliar o plano mencionado. O documento revelou um importante achado do presente trabalho de auditoria: os itens Capacidade de Comunicação; Capacidade Epidemiológica; Capacidade de Resposta do Sistema de Saúde à Pandemia, avaliados pelo CDC demonstraram notas abaixo do que pode ser considerado ideal, conforme será apontado. Ressalte-se que o referido plano foi elaborado com o objetivo de conter uma eventual pandemia do Vírus H5N1 (Gripe Aviária), entretanto, consoante mencionado pela própria SVS, muitas das ações preconizadas desse plano se aplicam à atual emergência de saúde pública relacionada ao Vírus A (H1N1).*

101. *A avaliação do Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza pelo Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC) foi feita com base em 12 parâmetros que*

medem diferentes capacidades para enfrentamento do eventual surto, pontuados numa escala de 0 a 3. Cada parâmetro foi dividido em 4 ou 5 indicadores que, uma vez pontuados, também na escala de 0 a 3, compõem o total do item avaliado (média aritmética simples). Abaixo, transcreve-se, em livre tradução da equipe de auditoria do original em inglês, o quadro-resumo dos resultados da avaliação realizada.

Tabela 7: Avaliação do Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza – CDC (Quadro Resumo)

Quadro Resumo

Capacidade	Indicador	Nível de Capacidade do Indicador		Nível geral da Capacidade
1 Planejamento do País	Situação do Plano	3		3,00
	Disseminação	3		
	Exercícios	3		
	Coordenação e Recursos para o Plano (Coordenação)	3	3	
	Coordenação e Recursos para o Plano (Recursos)	3		
2 Pesquisa e utilização das descobertas relacionadas à Preparação para Pandemia de Influenza	Colaboração entre áreas de Saúde Humana e Saúde Animal	1		1,75
	Prioridades das pesquisas	2		
	Suporte à pesquisa e utilização das descobertas	3		
	Utilização de dados para subsidiar decisões na preparação para pandemia de Influenza	1		
3 Comunicação	Status da implementação do Plano de Comunicação	1		0,75
	Alertas	0		
	Disseminação	2		
	Corpo de Assistentes	0		
4 Capacidade Epidemiológica	Situação operacional	2		1,25
	Epidemiologistas e Epidemiologistas em Campo	1		
	Qualidade dos Epidemiologistas de Saúde Pública	1		
	Treinamento	1		
5 Capacidade Laboratorial	Rede nacional de laboratórios para detecção de Influenza	3		3,00
	Nível de bio-segurança e rotina de teste de amostras	3		
	Métodos	3		
	Participação no sistema OMS	3		
6 Rotina de Vigilância da Influenza	Integração de Vigilância de Virologia e Epidemiologia	0		1,75
	Publicação de dados	3		
	Tempestividade	2		
	Definição de casos	2		
7 Sistema de Vigilância e Alertas para Doenças Respiratórias	Sensibilidade para necessidade de alerta	1		2,00
	Alerta de rumores	2		
	Notificação Cruzada (Ministério da Saúde e Ministério da Agricultura)	2		
	Tempestividade	3		
8 Capacidade de resposta no início do surto de influenza	Recursos humanos para enfrentamento do surto	3		3,00
	Logística de recursos para enfrentamento do surto	3		
	Capacidade de resposta em exercícios ou situações reais de surto	3		
	Tempestividade na ativação	3		

	das pessoas responsáveis		
9 Recursos para contenção	Disponibilidade de anti-virais	3	2,75
	Instalações de armazenagem	2	
	Práticas e Exercícios	3	
	Distribuição de materiais	3	
10 Intervenções de base comunitária para prevenir a propagação de influenza	Distanciamento social	2	2,25
	Infra-estrutura crítica	2	
	Quarentena e isolamento voluntário	3	
	Porcentagem de municípios com plano	2	
11 Controle da Infecção	Padrões de controle da infecção por nível do sistema de alertas	2	2,50
	Recursos humanos	2	
	Recursos logísticos	3	
	Institucionalização dos esforços para controle da infecção	3	
12 Resposta do Sistema de Saúde à Pandemia	Capacidade de resposta ao surto – recursos humanos	2	1,50
	Capacidade de resposta ao surto – instalações físicas	1	
	Capacidade de resposta ao surto – equipamentos	1	
	Capacidade de resposta ao surto – orientação de manejo clínico	3	
	Capacidade de resposta ao surto – cuidados em caso de óbitos	0	

102. Conforme se depreende da tabela apresentada, os itens 3, 4 e 12 ('Comunicação', 'Capacidade Epidemiológica' e 'Resposta do Sistema de Saúde à Pandemia', respectivamente) obtiveram, na avaliação do CDC, notas iguais ou menores que 1,50, de um total de 3,00 possíveis. Tal avaliação pode indicar fragilidades que devem ser melhoradas no Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza.

103. Para a avaliação do item 3 – 'Comunicação', à fl. 51 do Anexo I –, o CDC dividiu o quesito em outros quatro indicadores:

- Indicador A: Status do Plano de Comunicação. Nível de capacidade: 1. Na avaliação do órgão, o Brasil tem um plano formal de comunicação que cobre as fases 3-4, mas não tem implementado ou planejado um plano para as fases 5-6, em parte pela falta de acesso aos fundos do CDC;

- Indicador B: Alertas. Nível de capacidade: 0. O CDC afirma que enquanto o país não tem alertas formalizados para as fases 3-4, há esses alertas para eventos de Influenza relacionados à migração de aves;

- Indicador C: Disseminação/Distribuição de Materiais. Nível de capacidade: 2. Afirma-se que o Brasil possui identificado e treinado mídias (TV nacional, rádio, e material impresso) para uma situação de pandemia. Citam-se também as comunicações realizadas pelo Ministério da Saúde relacionadas à vacinação contra a Influenza sazonal; e

- Indicador D: Corpo de assistentes. Nível de capacidade: 0. Na avaliação do CDC, o país informou que o porta-voz para atuar em situações de pandemia é o Ministro da Saúde, mas não há treinamento formal de outros porta-vozes, em parte por causa da alta rotatividade de pessoal;

104. Com relação ao item 4 – 'Capacidade Epidemiológica', à fl. 52 do Anexo I –, a avaliação foi dividida nos seguintes itens:

- **Indicador A: Situação operacional. Nível de capacidade: 2.** Entre outras fragilidades apontadas, consta que há, no Brasil, muitos epidemiologistas treinados, mas não estão distribuídos de forma equilibrada pelos mais de 5,5 mil municípios do país;

- **Indicador B: Epidemiologistas e Campo de Epidemiologia. Nível de capacidade: 1.** Na opinião do CDC, todos os municípios têm pessoas na área de epidemiologia (campo), mas a maioria dos epidemiologistas está nas áreas densamente povoadas;

- **Indicador C: Qualidade dos Epidemiologistas de Saúde Pública. Nível de capacidade: 1.** Afirma-se que não há, no país, provas institucionalizadas para medir a capacidade dos epidemiologistas após a graduação; e

- **Indicador D: Treinamento. Nível de capacidade: 1.** Afirma-se que o país possui um programa de treinamento para epidemiologistas em campo;

105. Por fim, o item 12 – ‘Resposta do Sistema de Saúde à Pandemia’, à fl. 62 do Anexo I) – avaliou os seguintes indicadores: Recursos Humanos (Nota: 2); Recursos Logísticos (Nota: 1); Orientação de Manejo Clínico (Nota: 2) e Cuidados em Caso de Óbitos (Nota: 0).

106. Cumpre também registrar a revisão ao Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza, atualmente em curso, que culminará da edição da sua 4ª versão. Dada a riqueza de informações oriundas dos eventos desencadeados pelo surto da Gripe A (H1N1) no mundo, trata-se de ação extremamente oportuna, em que se poderá corrigir eventuais falhas identificadas, bem como acrescentar as expertises adquiridas recentemente.

4.3.2 Causas da ocorrência do achado:

107. As causas da ocorrência do presente achado não foram objeto de estudo por parte da Equipe de Auditoria.

4.3.3. Efeitos/Consequências do achado:

108. Falta de estrutura suficiente (recursos humanos e materiais e outros) para enfrentamento tempestivo e eficiente de problemas advindos de uma possível epidemia de Influenza no País (efeito potencial).

4.3.4. Critérios:

109. Plano brasileiro de preparação para uma pandemia de Influenza (Ministério da Saúde).

4.3.5. Evidências:

110. Ofício nº 1844/2009/SVS/MS - Anexo IV – Avaliação do Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC) - (fls. 44/63 do Anexo I - Principal)

4.3.6. Conclusão da equipe:

111. A análise do material constante do Anexo IV do Ofício N.º 1844 remetido a esta Equipe pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde (SVS/MS) – tratando da avaliação feita pelo Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC), em 2008, sobre o Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza – revela que os seguintes parâmetros (aptidões/capacidades) avaliados pelo Órgão dos EUA obtiveram notas que podem ser consideradas baixas, conforme explanação acima:

Parâmetro avaliado	Nota atribuída pelo CDC
Capacidade de Comunicação	0,75 (de 3)
Capacidade Epidemiológica	1,25 (de 3)
Capacidade de Resposta do Sistema de Saúde à Pandemia	1,50 (de 3)

112. Tal quadro é preocupante se levarmos em conta que a Pandemia de Influenza é hoje uma realidade, especialmente no que tange ao Vírus A (H1N1). Sendo assim, acreditamos que a avaliação

feita, ainda em 2008, pelo Órgão dos EUA deva ser sopesada pelas autoridades da área de Saúde do Governo Brasileiro e, caso necessário, sejam adotadas providências no sentido de reverter as baixas notas (avaliações) feitas para as 'aptidões/capacidades', conforme acima explicitado, de forma a tornar o 'Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza' mais executável, sustentado e equilibrado.

4.37. Proposta de encaminhamento:

113. Seja determinado ao Ministério da Saúde que:

I - adote providências, se ainda não o fez, no sentido de reavaliar e readequar o 'Plano Brasileiro de preparação para uma Pandemia de Influenza', considerando que a avaliação feita em 2008 pelo Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC) atribuiu notas/avaliações baixas (numa escala que vai de 0 a 3) aos seguintes parâmetros:

Parâmetro avaliado	Nota atribuída pelo CDC
Capacidade de Comunicação	0,75 (de 3)
Capacidade Epidemiológica	1,25 (de 3)
Capacidade de Resposta do Sistema de Saúde à Pandemia	1,50 (de 3)

II - dê notícias ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre a(s) providência(s), porventura, adotada(s) em face da determinação constante do item I acima;

CONCLUSÃO

114. As seguintes constatações foram identificadas neste trabalho:

- Dificuldades enfrentadas pela Anvisa para ter acesso a informações dos passageiros (vãos internacionais) que tiveram algum tipo de contato com outros que estão infectados pelo Vírus Influenza ou com suspeita de contaminação, evitando que aquela Agência cumpra de forma mais célere, eficaz e tempestiva suas atribuições, especialmente no sentido de evitar/minimizar a propagação do Vírus Influenza no País (item 4.1);

- Insuficiência de servidores da Anvisa no Posto de Fronteira em Foz do Iguaçu/PR e no Aeroporto Internacional de Guarulhos em São Paulo (item 4.2); e

- Não atingimento de algumas das metas preconizadas pelo 'Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza', conforme diagnóstico feito pelo Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos – CDC (item 4.3).

115. Entre os benefícios estimados desta fiscalização, pode-se mencionar a possibilidade de melhoria, aprimoramento e maior tempestividade das ações a cargo quer da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS), quer da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), no que concerne ao enfrentamento da epidemia do Vírus A (H1N1) no País, a partir da alteração de rotinas de trabalho, bem como maior alocação de pessoal em algumas das atividades planejadas/executadas.

116. Com base nas informações prestadas pelos diversos órgãos auditados, bem como nas análises feitas por esta Equipe de Auditoria, pode-se dizer que as ações planejadas e que vem sendo realizadas pelos diversos órgãos do Governo Federal para enfrentamento da atual Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – Pandemia de Gripe A (H1N1) – são compatíveis com a gravidade que a situação requer.

6. ENCAMINHAMENTO

117. Ante todo o exposto, submetemos os presentes autos à consideração superior, ressaltando que o Ministro-Relator destes é o Exmo. Ministro JOSÉ JORGE, propondo que sejam feitas as seguintes determinações:

I) aos Ministérios da Saúde, da Defesa e das Relações Exteriores; bem como às Agências Nacionais de Vigilância Sanitária (Anvisa) e de Aviação Civil (Anac) e, ainda, à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), que:

I.1) promovam tratativas/estudos, conjuntamente com as Empresas Aéreas que operem vôos internacionais no País, no sentido de que as autoridades de saúde, em especial a Anvisa, possam ter acesso, via sistemas informatizados, banco de dados, planilhas eletrônicas, Internet (ou qualquer outro meio informatizado), às listas de passageiros dos vôos internacionais que chegam ao Brasil, especialmente quando for necessário identificar passageiros que, de alguma forma, tenham mantido contato e/ou viajado próximos a outros identificados como com suspeita e/ou confirmação de contaminação pelo Vírus Influenza, de forma a que as ações decorrentes e necessárias, para minimizar a propagação do Vírus, tornem-se mais tempestivas, eficazes e, sejam realizadas com menor esforço (trabalho/demanda/alocação de pessoal), quando da análise/busca desses dados;

I.2) por meio do Ministério da Saúde (MS), seja dada notícia ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências porventura adotadas em face do contido no subitem I.1 acima;

II) Seja determinado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que:

II.1) adote as providências necessárias no sentido de aumentar a lotação de servidores nos Postos dessa Agência localizados no Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, bem como na fronteira do Brasil com o Paraguai localizado em Foz do Iguaçu/PR, tendo em vista que o pequeno efetivo hoje existente naqueles postos pode vir a comprometer o desempenho das ações constantes do 'Protocolo para enfrentamento da Influenza A (H1N1) em portos, aeroportos e fronteiras' elaboradas pelo Grupo Executivo-Interministerial para Implantação do Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza; considerando, principalmente, que esses 2 (dois) postos são os que apresentam o maior fluxo/trânsito, quer de passageiros vindos do exterior (Guarulhos/SP), quer de veículos e pedestres (Foz do Iguaçu/PR);

II.2) dê notícias ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências/medidas porventura adotadas em face da determinação constante do item II.1 acima;

III) ao Ministério da Saúde:

III.1) que adote providências, se ainda não o fez, no sentido de reavaliar e readequar o 'Plano Brasileiro de preparação para uma Pandemia de Influenza', considerando que a avaliação feita em 2008 pelo Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC) atribuiu notas/avaliações baixas (numa escala que vai de 0 a 3) aos seguintes parâmetros:

Parâmetro avaliado	Nota atribuída pelo CDC
Capacidade de Comunicação	0,75 (de 3)
Capacidade Epidemiológica	1,25 (de 3)
Capacidade de Resposta do Sistema de Saúde à Pandemia	1,50 (de 3)

III.2) dê notícias ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre a(s) providência(s) porventura adotada(s) em face da determinação constante do subitem III.1 acima; e

IV) Sejam levadas ao conhecimento do Tribunal as providências/informações prestadas pelas Secretarias de Vigilância em Saúde (SVS/MS); de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS); e Assessoria de Comunicação (Ascom/MS); pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e pelo Instituto Butantan, no que tange ao enfrentamento da Pandemia do Vírus A (H1N1), conforme descrito no Capítulo 3 deste Relatório e, ainda, o que consta do Capítulo 4 (Quadros), também, deste Relatório.”

3. Submetidos os autos ao titular da 4ª Secex, o Sr. Secretário, por intermédio do despacho de fls. 57/62, ponderou sobre a importância dos trabalhos realizados e trouxe a destaque o papel fundamental dos gestores municipais e estaduais de SUS no combate integrado à Gripe A (H1N1). Destacou, também, a importância de um acompanhamento por este Tribunal das ações que virão a ser adotadas pelo poder público e propôs um pequeno ajuste na proposta da equipe técnica, in verbis:

“30.1) Determinar ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 43, inc. I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 250, inc. II do RI/TCU, que:

a) em articulação com os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, bem como com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e com a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), desenvolva sistema informatizado para uso das autoridades públicas de saúde, com o objetivo de proporcionar o acesso tempestivo a dados que permitam a identificação de passageiros oriundos de vôos internacionais, dando notícias ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências porventura adotadas;

b) adote providências, se ainda não o fez, no sentido de readequar o ‘Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza’, dando notícias ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências porventura adotadas;

30.2) Determinar à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com fundamento no art. 43, inc. I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 250, inc. II do RI/TCU, que:

a) reavalie a necessidade de se alocar mais servidores nos Postos dessa Agência localizados no Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, bem como na fronteira do Brasil com o Paraguai localizado em Foz do Iguaçu/PR, dando notícias ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as providências porventura adotadas;

30.3) Converter, com base no art. 241, inciso II, do Regimento Interno, o presente processo em acompanhamento.”

É o relatório.

VOTO

Cuidam os autos de fiscalização realizada na Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS, do Ministério da Saúde - MS, e na Agência de Vigilância Sanitária - ANVISA, em atendimento à solicitação do Exmo. Ministro Marcos Vinícios Vilaça, aprovada pelo Plenário desta Corte em 6/5/2009, com o objetivo conhecer, avaliar e acompanhar as medidas de prevenção e combate à epidemia do Vírus A (H1N1).

2. Antes de adentrar no mérito da presente fiscalização, ressalto que o trabalho em apreço é de grande relevância, seja pelo seu desenrolar, tempestivo e concomitante à pandemia ora vivenciada, seja pelo seu conteúdo, o qual traz informações relativas às medidas adotadas pelos órgãos competentes pelo tratamento e pela prevenção da disseminação da Gripe A (H1N1) em território nacional.

3. É de se destacar, todavia, que o enfoque dos trabalhos foi direcionado pelo momento em que foi aprovada a solicitação de fiscalização pelo Pleno deste Tribunal, época na qual se buscava conter o ingresso do Vírus A (H1N1) em território nacional. Àquela altura, imaginava-se ser possível adotar ações destinadas a obstruir a introdução do vírus no Brasil. Dessa forma, a auditoria teve por resultado conclusões que, em boa parte, se relacionam a medidas, então adotadas pelo governo, cujo objetivo era impedir, ou pelo menos retardar, a entrada da doença no país. Ocorre que, de acordo com as informações de que dispomos atualmente, a doença já está instalada em nosso país. Portanto, na minha avaliação, tais medidas perderam a importância que detinham quando da solicitação da auditoria, mais pela dinâmica dos acontecimentos relacionados à Gripe “A”, do que por eventual morosidade (inexistente, neste caso) no andamento dos trabalhos.

4. Ademais, a análise empreendida por este Tribunal se restringiu, dada a escassez de prazo para o planejamento da fiscalização e a especificidade do tema, apenas aos aspectos sobre os quais esta Corte possui expertise para apresentar contribuições aos órgãos fiscalizados. Não foram abordados, portanto, os tipos de tratamento, diagnóstico ou mesmo a metodologia empregada para uma melhor compreensão da doença, entre outros temas. Essas questões encerram matéria de extrema complexidade, controversas até mesmo para a comunidade científica, refugindo às competências deste Tribunal e recaindo, por completo, na esfera de discricionariedade do gestor.

II

5. Passando ao exame das medidas adotadas com esse desiderato, a unidade técnica identificou que as ações empreendidas pelos órgãos fiscalizados são adequadas ao fim que se destinam, e fomentaram a prevenção e o combate à Gripe A (H1N1).

6. Nesse sentido, consoante se verifica no relatório que antecede a este voto, a SVS instituiu, em 25 de abril deste exercício, no mesmo dia em que a situação foi declarada como Emergência Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, o Gabinete Permanente de Emergência em Saúde Pública – GPESP no Centro de Informações Estratégicas e Respostas em Vigilância em Saúde daquela Secretaria.

7. Passaram a ser realizadas, então, reuniões diárias do Grupo Executivo Interministerial – GEI, a quem compete coordenar o processo de revisão do Plano Brasileiro para uma Pandemia de Influenza, criado na época do alerta relativo à gripe aviária, bem como coordenar o processo de elaboração de estratégias e tomar decisões relativas à preparação do país para o combate da doença. Foi aprovado por este Grupo, em 18 de maio, o protocolo destinado à contenção da Influenza A em portos, aeroportos e fronteiras.

8. Quanto ao GPESP, foram verificadas, até o término dos trabalhos de campo da equipe de auditores da 4ª Secex, as seguintes ações:

- Monitoramento ações de vigilância - realização de reuniões diárias, inclusive sábado e domingo, com a presença de representantes do Ministério da Saúde, Anvisa, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Agricultura;

- Monitoramento sistemático dos sites da OPAS, OMS e países afetados para atualização dos casos no mundo;

- *Elaboração de nota técnica diária para atualização da situação epidemiológica no mundo e no país e orientação aos serviços de vigilância do país, disponibilizado diariamente no site do Ministério da Saúde www.saude.gov.br;*

- *Revisão de todo o site com informações sobre Influenza;*

- *Acionamento das Secretarias Estaduais de Saúde para intensificarem o processo de monitoramento e detecção oportuna de casos suspeitos de Influenza;*

- *Organização do fluxo de envio de amostras para os laboratórios de referência – Laboratórios de Referência Instituto Adolfo Lutz (IAL), Instituto Evandro Chagas (IEC) e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ);*

- *Realização de videoconferências semanais com os coordenadores de Vigilância Epidemiológica, das Unidades de Resposta Rápida e assessores de Comunicação Social de todas as Secretarias Estaduais de Saúde para orientação das ações a serem adotadas, além de videoconferências semanais com países do Mercosul e Unasul;*

- *Sobre os procedimentos de notificação de casos: (i) Organização da rede CIEVS (Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde) para notificação imediata; (ii) elaboração de protocolo de notificação e investigação imediata; (iii) elaboração de rotinas de monitoramento (casos em monitoramento e casos suspeitos) em gráficos, mapas e tabelas disponíveis na sala do CIEVS, a ser disponibilizada também para os Estados e municípios;*

- *Monitoramento de Portos e Aeroportos e Fronteira: (i) distribuição de folders explicativos; (ii) Reforço da vigilância nos pontos de entrada no país (portos, aeroportos e fronteiras) pela Anvisa e Secretaria Especial de Portos da Presidência da República; (iii) Informação para os viajantes em todos os aeroportos;*

- *Assistência aos casos e contatos – elaboração de Protocolo de Procedimentos para o Manejo de Casos e Contatos de Influenza A (H1N1); Instalação de uma rede para capacitar os profissionais de saúde, dos hospitais de referência; portos, aeroportos e fronteiras; SAMU; centrais de regulação e equipes de saúde da família, junto com seus parceiros, a Rede Universitária de Telemedicina (RUTE), Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), Hospitais Universitários Federais e os Núcleos do Telesauze Brasil;*

- *Comunicação: acesso da população ao Disque Saúde; veiculação de 53 inserções de lettering em 8 emissoras de televisão; veiculações de spots em rádio; publicação de anúncios de esclarecimentos nos principais jornais do país; Hotsite sobre a doença, com link no portal www.saude.gov.br; produção e distribuição de panfletos trilingue nos aeroportos; veiculação pela Infraero de avisos sonoros sobre os sintomas da doença e os procedimentos a serem adotados pelos passageiros em todos os aeroportos do país;*

- *Estruturação da rede hospitalar: 54 Unidades de Referência Hospitalar; 829 leitos reservados pelas Secretarias Estaduais de Saúde, sendo 199 com pressão negativa.*

- *Aquisição de insumos: aquisição de 80.000 testes rápidos de Influenza; aquisição de 12.500 de tratamentos de Oseltamivir (adulto e infantil) da empresa Roche de forma emergencial; planejamento para nova aquisição de 7.400 tratamentos infantis e 800.000 adultos da empresa Roche; articulação com o Farmanguinhos e Laboratório das Forças Armadas para encapsular os 9 milhões de tratamento (matéria prima já adquirida como estoque estratégico do país). Distribuição de 1.000.000 de kits de EPI para a rede de referência;*

9. No que toca à Anvisa, a quem compete coordenar o sistema de vigilância sanitária nacional, foram adotadas diversas ações, dentre as quais merecem destaque as que se seguem:

- *Publicação, no dia 24 de abril de 2009, de Nota Técnica com informações e procedimentos a serem adotados nos aeroportos e aeronaves;*

- Publicação, no dia 27 de abril de 2009, de Nota Técnica às Coordenações de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados mediante a qual foram expedidas orientações para o controle sanitário da Influenza A (H1N1) nos pontos de entrada, reforçando o monitoramento dos vôos e viajantes procedentes do continente norte americano (México, Canadá e EUA) bem como a distribuição de material informativo sobre a Influenza A (H1N1) e orientações sobre cuidados ao se deslocarem para as áreas afetadas e procedimentos frente a sintomas compatíveis com a doença;

- Ampliação, no dia 28 de abril, do monitoramento de vôos provenientes de áreas infectadas por casos de Influenza A (H1N1), de acordo com a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Passaram a ser monitorados, também, os vôos provenientes de Espanha, Reino Unido e Nova Zelândia;

- Determinação de serem veiculados em todas as aeronaves vindas de áreas afetadas de informes sonoros;

- Ampliação do controle sanitário das embarcações provenientes das áreas afetadas;

- Realização de reunião com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias e empresas aeroviárias para esclarecimentos e padronização das medidas a serem adotadas nas áreas aeroportuárias e aeronaves;

- Após o aumento do nível de alerta pela OMS no dia 29 de abril (de 4 para 5) a Anvisa publicou alerta ampliando o monitoramento para todos os vôos internacionais que chegam ao Brasil; publicou, também, Nota Técnica conjunta com a Secretaria Especial de Portos – SEP, orientando as medidas de controle sobre a presente Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional;

- Videoconferência em 30 de abril de 2009 com representantes de 12 aeroportos do Brasil. Participaram: Receita Federal, Anvisa, Vigiaagro, Infraero e Polícia Federal objetivando a padronização de procedimentos;

- Em 4 de maio de 2009, a Anvisa orienta a abordagem dos veículos terrestres de transporte coletivo de passageiros nas fronteiras de maior movimentação;

- Reforço do número de servidores nos aeroportos de maior movimento no país: Guarulhos, em São Paulo, e Galeão, no Rio de Janeiro;

- Retenção das Declarações de Bagagem Acompanhadas (DBA), preenchidas pelos passageiros de vôos internacionais, como fonte de informações para eventual busca de contatos;

- Emissão do Termo de Controle Sanitário de Viajantes (TCSV) diante da identificação de casos suspeitos ou casos para monitoramento;

- Encaminhamento dos casos suspeitos identificados nos aeroportos, portos e fronteiras para os hospitais de referência e notificação à SVS/MS;

- Atualização diária das orientações aos viajantes no sítio www.anvisa.gov.br/viajante;

- Aquisição, em caráter emergencial, de 1 (um) milhão de máscaras cirúrgicas e kits de equipamento de proteção individual – EPI (respirador particulado, óculos proteção, luvas, avental);

- Aquisição de 8.400 unidades de 100 ml de álcool gel para higienização das mãos – trabalhadores da linha de frente em portos, aeroportos e fronteiras;

- Atualização e publicação nos sítios da Anvisa e do MS das 'recomendações para Hospitais de Referência para o Atendimento de Pacientes com Suspeita de Infecção por Nova Cepa de Influenza'.

- *Publicação de orientações para serviços e profissionais de saúde sobre organização e controle de infecção em serviços de saúde; e*

- *Produção de 2 (dois) filmes de orientação ao profissional de saúde quanto ao manejo de casos suspeitos;*

10. Além dos órgãos supra mencionados, também foram instadas a se manifestar no decorrer dos trabalhos de campo a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SDA, a Assessoria de Comunicação do Ministério da Saúde – Ascom/MS e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde – SCTIE/MS.

11. A SDA, provocada a se manifestar em razão da possibilidade de o plantão suíno do Brasil ser contaminado pelo Vírus A (H1N1), confirmou que o risco de as criações de suínos serem infectadas pelo novo vírus, em decorrência do contato dos animais com humanos portadores do vírus, é baixo, tendo em vista o sistema de produção adotado e as medidas de prevenção instituídas.

12. A Assessoria de Comunicação do Ministério da Saúde, por seu turno, enviou ao Tribunal informações sobre as intervenções que foram realizadas na mídia com o objetivo de esclarecer a população sobre o surto de Influenza A (H1N1). Submeteu ao TCU, também, o Plano de Ações de Comunicação daquela assessoria, o qual visa atingir, de forma segmentada e efetiva, os mais diversos públicos que necessitam informações acerca da transmissão e do tratamento da doença.

13. Neste material, chamou-me atenção a preocupação daquele órgão de comunicação social com a fidedignidade das informações veiculadas pela imprensa e com o pânico que pode se instalar na sociedade em razão de medidas adotadas, oportunistas, ou mesmo pela produção de informações que não buscam esclarecer ou mesmo prevenir a contaminação pela doença, mas que possuem fim diverso. Nesse sentido, é o excerto da nota da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Saúde, abaixo transcrito:

“Não é raro que ações precipitadas decorrentes da incerteza e confusão tragam danos superiores à coletividade que a própria ocorrência epidemiológica. O resultado, muitas vezes, são corridas a postos de saúde, hospitais, farmácias e a automedicação. Fatores que, não raramente, produzem desordem social, prejuízos econômicos e calamidades, algumas irreversíveis. Para agravar, sempre surgem, nesses momentos, variáveis e intervenientes políticos que tentam prevalecer sobre as questões maiores da sociedade. A mídia, na busca de audiência, mantém a excitação da população acima do que seria razoável diante do quadro real.

Maior é a responsabilidade da comunicação quando, diante de um cenário pandêmico, se acrescenta à situação a relação entre os países, pois podem surgir, de forma oportunista, os pedidos de embargos comercial, turístico e econômico.”

14. Em relação à SCTIE/MS, foram encaminhadas ao Tribunal informações relativas à aquisição de tratamentos para a Gripe A (H1N1), que, por hora, dada a dinâmica do tema, se encontram desatualizadas, por apenas retratarem a primeira compra de medicamentos destinados ao combate da Gripe A (H1N1) pelo Ministério da Saúde, mediante a qual foram adquiridos 800 (oitocentos) mil tratamentos.

15. Quanto a essa aquisição, registro que após o término dos trabalhos de campo foi entregue ao Ministério da Saúde, em 21/7/2009, o primeiro lote de medicamentos, com 50 mil tratamentos, o qual foi distribuído aos 68 hospitais de referência localizados em todo território nacional. Há previsão, consoante notícia contida no sítio do Ministério da Saúde, que um segundo lote de remédios, com 50 mil tratamentos, será entregue em 15/8/2009 e que os tratamentos remanescentes serão disponibilizados até o dia 30/9/2009.

16. Somada a essa aquisição, tem-se a distribuição, pelo Ministério, de lotes de medicamentos produzidos no Laboratório Framanguinhos (Fiocruz/RJ), com matéria-prima adquirida em 2006, que correspondem a 210 mil tratamentos.

III

17. Não obstante as ações adotadas pelos órgãos envolvidos no combate e na prevenção da Gripe A (H1N1) serem consideradas adequadas aos fins que se destinam, foram identificadas pela unidade técnica oportunidades de melhora em 3 (três) aspectos distintos, os quais foram classificados pela 4ª Secex como achados de auditoria.

18. O primeiro achado, o qual deu ensejo à proposta de que fossem exaradas determinações corretivas aos entes envolvidos, refere-se às *“dificuldades enfrentadas pela Anvisa para ter acesso a informações dos passageiros (vôos internacionais) que tenham algum tipo de contato com outros que estão infectados pelo Vírus A (H1N1) ou com suspeita de contaminação, evitando que aquela agência cumpra, de forma mais célere, eficaz e tempestiva suas obrigações”*.

19. Tal situação decorre, consoante explicitado pela unidade técnica, da constatação de que problemas de ordem técnica ou tecnológica impactam sobremaneira a identificação dos passageiros que ingressam em território nacional com indícios de contaminação, pois, conforme descrito no item 64 do relatório de auditoria, o rito de identificação dos passageiros é manual e demasiadamente moroso, esbarrando, em alguns casos, na carência de informações detalhadas pelas próprias empresas transportadoras de passageiros.

20. Ilustra este problema o expediente contido à fl. 2 (anexo 1) dos autos, por meio do qual a empresa Iberia, em resposta a solicitação de lista de passageiros submetida pela Anvisa, afirma que não pode atender ao pedido da Anvisa por não possuir informações detalhadas sobre os passageiros. Veja-se:

“ [...] apesar de nossos esforços, não temos como disponibilizar para a Anvisa os dados para contato dos passageiros, tendo em vista que tal informação quando fornecidas pelos passageiros, são fornecidas para as agências de viagem que são responsáveis pelas vendas de mais de 90% das passagens aéreas; e os formulários de imigração ou de alfândega e qualquer outro documento oficial são entregues diretamente pelos passageiros às autoridades brasileiras competentes.”

21. Sobre este tema, comungo do sentimento de que o acesso rápido às informações relativas aos passageiros é essencial ao desempenho das atribuições da ANVISA, pois, de outra forma, as ações sanitárias, realizadas a destempo, perdem a efetividade em razão de pessoas contaminadas ingressarem em território nacional e continuarem a disseminar as doenças.

22. Mostra-se razoável, portanto, recomendar aos entes envolvidos que, no âmbito de suas atribuições, envidem esforços para que sejam franqueadas à Anvisa, tempestivamente, as informações necessárias para a identificação de passageiros contaminados ou que possuam risco de portar doenças infecto-contagiosas.

23. No pertinente ao segundo achado de auditoria, relativo à insuficiência de empregados da Anvisa no Aeroporto Internacional de Guarulhos e no posto de fronteira de Foz de Iguaçu, os elementos contidos nos autos denotam que o efetivo de empregados da agência é pequeno e, por certo, não basta para que suas atribuições sejam desempenhadas a contento.

24. Contudo, tal situação, constatada nas duas localidades nas quais foi promovida vistoria in loco pela equipe de auditoria, não é suficiente para que este Tribunal exare determinação para que sejam promovidos incrementos no número de servidores destes dois locais específicos, pois a análise de alocação de mão-de-obra deve ser mais abrangente e contemplar o atendimento, dentro do limite do possível, a todas as competências da agência previstas na Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

25. Além disso, a política de alocação de mão-de-obra da Anvisa deve ser ágil e, em face das limitações de mão-de-obra que possui, ponderar informações atualizadas sobre a transmissão de doenças infecto-contagiosas em território nacional. E nesse particular, deve se ter em mente que as últimas informações apresentadas pelo Ministério da Saúde demonstram que a transmissão do Vírus A (H1N1) já se dá de forma sustentada dentro do território nacional, tornando-se imperativa, também, que a atuação da Anvisa se volte ao público interno.

26. Assim, considerando as variáveis acima apresentadas, mostra-se mais adequado ao TCU apenas recomendar à ANVISA que analise a possibilidade de realocar mão-de-obra com vistas a incrementar a fiscalização sanitária nos pontos de fronteira mais críticos.

27. O terceiro e último achado de auditoria refere-se às baixas notas atribuídas pelo Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos – CDC para algumas atividades previstas no Plano Brasileiro de Preparação para uma pandemia influenza, que demonstrariam que o país estaria mal preparado em relação à capacidade de comunicação, à capacidade epidemiologia e à capacidade de resposta do Sistema de Saúde à Pandemia.

28. Quanto a este tópico, algumas ponderações se fazem necessárias.

29. Em primeiro lugar, destaco que o plano avaliado pelo CDC em 2008 não foi criado para o enfrentamento da presente pandemia de Gripe A (H1N1), mas se destinou, originariamente, ao combate de uma possível pandemia de gripe aviária, doença que possui características distintas e consequências mais severas em razão de sua alta taxa de letalidade.

30. Dessa maneira, dadas as particularidades daquela doença, o plano em apreço contempla ações, as quais foram mal avaliadas pelo CDC, que não se fazem necessárias no presente momento, tais como “cuidados no caso de óbitos”, pois a taxa de letalidade da presente pandemia é, consoante divulgado pelo Ministério da Saúde, inferior ao da gripe aviária e semelhante ao da gripe comum.

31. Especificamente quanto à comparação com a gripe comum, destaco excerto de nota divulgada pelo Gabinete Permanente de Emergências em 31/7/2009, *in verbis*:

“Das pessoas infectadas pelo A (H1N1), 19% tiveram algum sinal de agravamento da doença. Nas pessoas infectadas pela influenza sazonal, a proporção foi de 18,5%. Os números reforçam a tendência já presente no boletim epidemiológico da semana passada, evidenciando a semelhança entre a gravidade dos casos de influenza A (H1N1) e de gripe comum no Brasil. Os dados reforçam que a abordagem clínica para diagnóstico, tratamento e internação deve ser a mesma para os casos de síndrome gripal.” (grifos acrescentados)

32. Além disso, o exame do conjunto das ações empreendidas até o presente momento demonstra que os órgãos responsáveis pela prevenção e controle da Gripe A (H1N1) têm logrado relativo êxito, levando a taxa de mortalidade no Brasil a patamares inferiores aos observados em diversos países que enfrentam a Gripe A (H1N1). Para ilustrar, destaco tabela contida na referenciada nota do Gabinete Permanente de Emergência:

País	Óbitos	População	Taxa de mortalidade
Argentina	165	39.934.109	0,41
Austrália	53	20.950.604	0,25
Canadá	58	33.169.734	0,17
México	142	107.801.063	0,13
Chile	19	16.802.953	0,11
EUA	302	308.798.281	0,09
Reino Unido	30	61.018.648	0,04
Brasil	56	191.481.045	0,02
Espanha	06	44.592.770	0,01

33. Em acréscimo, os autos noticiam que está em curso a revisão de Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza, que dará ensejo à 4ª edição do Plano Brasileiro, tornando-se despicienda, portanto, qualquer determinação relativa à revisão do Plano Brasileiro de Preparação para uma Pandemia de Influenza.

IV

34. Por fim, cumpre destacar que os procedimentos relativos ao combate e à prevenção da Gripe A (H1N1) vêm sofrendo, em razão da dinâmica da pandemia e das novas informações coletadas pelos especialistas em epidemiologia, ajustes diuturnos com vistas a aprimorar a efetividade das ações adotadas pelos órgãos competentes.

35. Além disso, o momento ora vivenciado demonstra que as ações empreendidas pelos órgãos envolvidos na tarefa de prevenção e controle da pandemia possuem foco diverso daquele identificado no início dos trabalhos desta Fiscalização, pois não se busca mais conter o ingresso do Vírus A (H1N1) no Brasil, mas, em razão de sua circulação em território nacional, tratá-lo por intermédio do atendimento médico-hospitalar.

36. Dessa maneira, considerando que as ações destinadas ao combate e à prevenção são alteradas com bastante velocidade, bem como sopesando que os valores envolvidos na prevenção e combate à pandemia são expressivos, é forçoso converter estes autos em monitoramento, para que este Tribunal possa acompanhar *pari passu* a efetividade e a evolução das ações adotadas pelos órgãos envolvidos e a adequação dos dispêndios realizados com esse objetivo.

Isso posto, manifestando-me, em parte, de acordo com o exame empreendido pela unidade técnica, VOTO por que o Tribunal adote o Acórdão que submeto à apreciação ceste Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 12 de agosto de 2009.

Assinou o original
JOSÉ JORGE
Relator

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, ofício da Presidenta e do Vice-Presidente de Governo da Caixa Econômica Federal que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício Caixa Nº 277/2009

Brasília, 29 de julho de 2009

A Sua Senhoria o Senhor

José Sarney

Presidente do Congresso Nacional

70.165-900 – Senado Federal

Brasília – DF

Assunto: Volume de Contratação da Linha de Crédito Capital de Giro

Senhor Presidente,

1. Atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei nº 11.922/2009, de 13 abril 2009, enviamos relatório sobre as opções contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 6 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 novembro 2008, para conhecimento desse Congresso Nacional.

2. Destarte, informamos que as contratações ocorridas no primeiro semestre de 2009, no âmbito das Linhas de Crédito de Capital de Giro com recursos do SBPE destinadas às empresas da Construção Civil, totalizaram R\$35.413.525,02 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e treze mil, quinhentos e vinte reais e dois centavos) concedidos a 6 (seis) construtoras para utilização em 9 (nove) empreendimentos.

3. Frente ao orçamento autorizado (R\$3bilhões), as contratações realizadas até então não são expressivas, contudo, para o segundo semestre de 2009, há a expectativa de aumento no ritmo das contratações, tendo em vista a alteração na regulamentação do Capital de Giro.

4. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente, **Jorge Fontes Hereda**, Vice-Presidente de Governo – **Maria Fernanda Ramos Coelho**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.299, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2009 (nº 405/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Peru, celebrado em Montevidéu, em 30 de novembro de 2005.

RELATOR: Senador INÁCIO ARRUDA

RELATOR “AD HOC”: Senador FLÁVIO TORRES

I – RELATÓRIO

Com fulcro no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 58, de 1º de fevereiro de 2007, portadora do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, assinado entre os Governos dos Países membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e o Governo da República do Peru, em 30 de novembro de 2005.

Tendo em vista a Resolução nº 1, de 2007, do Congresso Nacional, que criou e estruturou a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, a Mensagem Presidencial iniciou sua tramitação por essa comissão mista. Naquele colegiado, a mensagem foi apreciada e aprovada na forma do projeto de decreto legislativo em análise.

Em seguida, a proposição foi apreciada pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde foi aprovada.

Aprovada pelo Plenário da Câmara em 14 de maio de 2009, a proposição foi recebida no Senado Federal em 5 de junho subsequente e distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no último dia 9 de junho, tendo sido, em seguida, designado o Relator que subscreve este parecer, após prazo regimental, sem que tenha recebido emendas.

II – ANÁLISE

O instrumento internacional em pauta representa protocolo adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), entre o Mercosul e a República do Peru.

O Acordo de Complementação Econômica nº 58, ao qual o presente protocolo se agrega, já foi incorporado ao ordenamento jurídico nacional por meio do Decreto nº 5.651, de 29 de dezembro de 2005, e está em vigor entre o Brasil e o Peru desde o dia 1º de janeiro de 2006.

O atual protocolo, que ora se analisa, acresce-lhe um mecanismo de solução de controvérsias, peça de fundamental importância para o referido acordo, uma vez que todas as divergências que surjam em relação à interpretação, aplicação ou descumprimento de suas disposições deverão ser submetidas ao regime de solução de controvérsias estabelecido no presente protocolo.

O procedimento previsto no instrumento em apreço está descrito em 5 capítulos. O Capítulo I, abrangendo os Artigos 1 a 4, define as Partes Contratantes (que são o Mercosul e o Peru, sendo os países membros do Mercosul denominados Partes Signatárias) e o âmbito de sua aplicação, e preconiza que as controvérsias

que surgirem em relação ao disposto no Acordo nas matérias reguladas pela Organização Mundial do Comércio poderão ser resolvidas em outro foro, à escolha da parte reclamante. Além disso, determina que poderão ser partes na controvérsia ambas as Partes Contratantes, isto é, o Mercosul e a República do Peru, assim como um ou mais Estados Partes do Mercosul e o Peru, em sua qualidade de Partes Signatárias.

O Capítulo II, formado pelos Artigos 5 a 7, dispõe sobre as negociações diretas, concebidas como etapa preliminar na solução das controvérsias. Nesse sentido, determinam-se os prazos, as possibilidades de consultas mútuas e de intercâmbio de informações, bem como as autoridades responsáveis de cada Parte para a condução das negociações.

O Capítulo III, que vai dos Artigos 8 a 11, prevê que, caso se esgote o prazo da negociação direta sem solução, as partes poderão solicitar a atuação de uma Comissão Administradora para discutir a questão. O capítulo disciplina a atuação da Comissão Administradora, destacando-se os prazos, sua competência para emitir as recomendações que julgar pertinentes e a possibilidade de convocar equipe de assessoramento de especialistas.

O procedimento arbitral, realizado por um Tribunal Arbitral *ad hoc*, está abrangido no Capítulo IV, dos Artigos 12 ao 28. Aí se define que o tribunal decidirá sobre as controvérsias com base nas disposições do Acordo de Complementação Econômica nº 58 e seus protocolos adicionais, nos demais instrumentos assinados no âmbito do Acordo, nos princípios e disposições do direito internacional e nos fundamentos gerais de direito pertinentes.

O tribunal arbitral é composto por três árbitros, atuando a título pessoal, e não como representantes das partes ou de um governo. São provenientes de listas de indicação prévias de cada país. O laudo arbitral adotado por maioria entre os árbitros é inapelável e obrigatório para as partes, tendo valor de coisa julgada.

Por fim, o Capítulo V, comportando os Artigos 29 a 33, cuida das disposições gerais destinadas à interpretação e regulamentação do procedimento arbitral.

O sistema de solução de controvérsias em análise constitui-se em instrumento hábil, dotado dos requisitos necessários à consecução dos fins para os quais foi concebido, assemelhando-se aos demais procedimentos análogos existentes no direito internacional, inclusive ao Protocolo de Olivos, de solução de controvérsias no Mercosul.

Como se depreende, trata-se de importante instrumento internacional no conjunto de documentos destinados a incrementar a integração da América do Sul. Fortalecendo e proporcionando maior institucionalidade ao relacionamento comercial do Mercosul com países irmãos, como é o caso da República do Peru, este protocolo sobre solução de controvérsias certamente contribuirá para a ampliação concertada do Mercosul em direção aos demais vizinhos do continente.

De acordo com a Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha a Mensagem Presidencial, a importância histórica do presente acordo se avulta quando inserida no contexto da Declaração de Cuzco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações, de 8 de dezembro de 2004, que reiterou a determinação dos Estados sul-americanos de desenvolver um espaço “integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infra-estrutura, que fortaleça a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma perspectiva sub-regional e em articulação com outras experiências de integração regional, para o fortalecimento da América Latina e do Caribe e lhes outorgue uma maior gravitação e representação nos foros internacionais”.

III – VOTO

Ante o exposto, tendo em vista o impacto positivo na consolidação da integração continental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2009.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2009.

, Presidente

, Relator

, Relator "Ad Hoc"

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 432 DE 2009
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/08/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
RELATOR "AD HOC": SENADOR FLÁVIO TORRES	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRE)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTEELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>Presidente em exercício</i>	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMÉU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES <i>Relator "Ad Hoc"</i>	1 - CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

DECRETO Nº 5.651, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005.

Dispõe sobre a execução do Acordo de Complementação Econômica nº 58, bem como de seu Segundo Protocolo Adicional, entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL, e o Governo da República do Peru.

.....

PARECER

Nº 1.300, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2009 (nº 2.352/2006, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 16 de maio de 1991, celebrado em Valência, em 14 de maio de 2002.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

RELATOR “AD HOC”: Senador FLÁVIO ARNS

I – RELATÓRIO

O Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 335, de 6 de junho de 2005, pela qual submete à apreciação das duas Casas legislativas o texto do Acordo em epígrafe, em atenção ao disposto no art. 49, incisc I, da Constituição.

O texto convencional objeto da Mensagem foi aprovado, sob a forma de Projeto de Decreto Legislativo pela Câmara Baixa em 4 de junho de 2009, depois de tramitar pelas Comissões Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Constituição e Justiça e de Cidadania, de Finanças e Tributação e de Seguridade Social e Família.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e ao Relator signatário, após cumprir prazo regimental durante o qual não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Brasil e Espanha possuem um Convênio de Seguridade Social, celebrado em 16 de maio de 1991, e já em vigor.

O Convênio de 1991 fixa os procedimentos básicos para a concessão de benefícios em cada um dos países e determina que as autoridades competentes de cada uma das Partes deverão, entre outras providências, estabelecer o ajuste-administrativo necessário para o cumprimento do Acordo, bem como designar as respectivas instituições competentes e os órgãos de ligação, procedendo à divulgação das medidas adotadas quanto à legislação interna concernente ao cumprimento do Acordo.

Agora, aprecia-se o ato internacional denominado Convênio Complementar ao Convênio de 1991, assinado em 14 de maio de 2002, para estabelecer novas regras concernentes à aplicação dos mecanismos de previdência social entre as duas Partes Contratantes.

O presente acordo foi celebrado por troca de notas e não introduz matéria nova nem altera os dispositivos do Convênio original. Ele apenas se limita a incorporar dispositivos ao mesmo, tal qual uma emenda, perfazendo depois um instrumento único.

Este Convênio Complementar está configurado em três artigos que veiculam as seguintes alterações, uma de conteúdo e outra formal:

- Regras complementares para o Convênio de Seguridade Social no que diz respeito ao cálculo de quantias devidas em virtude de seguro voluntário, para beneficiar o segurado; e
- Inclusão dos nomes das autoridades firmantes, omitidos na versão original do Convênio.

A alteração de mérito está relacionada ao montante de pensão *pro rata* a ser pago ao beneficiário referente a período de seguro obrigatório para incluir período de seguro voluntário, quando ambos forem coincidentes e cumpridos posteriormente à entrada em vigor do Convênio de Seguridade Social. Tal montante *pro rata* seguirá critério disposto na legislação vigente da Parte na qual tenha sido cumprido o período de seguro voluntário. Efetuados os cálculos, cada Parte reconhecerá e abonará a pensão que seja mais favorável ao interessado.

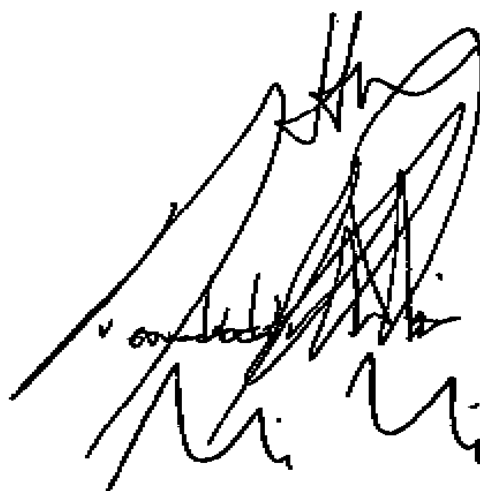
Essa emenda ao Convênio de Seguridade Social entre Brasil e Espanha aperfeiçoa o texto original, em consonância com os princípios e disposições do sistema brasileiro de Seguridade Social, proporcionando normas mais claras e mais benéficas aos cidadãos das Partes Signatárias.

A reciprocidade de sistemas previdenciários é fundamental para garantir o acesso a direitos básicos da seguridade social, especialmente em situações de risco involuntário, como o seguro-doença e o seguro-acidentário. O Brasil já mantém acordos semelhantes com inúmeros países, como Estados Unidos, China, Argentina, Uruguai, Portugal e Espanha.

III - VOTO

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2009.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2009.



, Presidente

, Relator

RELATOR "AD HOC":

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONALPROPOSIÇÃO: **PDS** Nº **476**, DE **2009**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE **13 / 08 / 2009**, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
RELATOR "AD HOC": SENADOR FLÁVIO ARNS	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLEY (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT) Relator "Ad Hoc"
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>Presidente em exercício</i>	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EPRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (DEM)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 - CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

**PARECER
Nº 1.301, DE 2009**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2009 (nº 495/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, adotado em Assunção, em 20 de junho de 2005.

RELATOR: Senador EFRAIM MORAIS

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2009, que resulta da Mensagem nº 897, de 13 de outubro de 2006, enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição. A proposição aprova o Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, em 20 de junho de 2005.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que elaborou e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo em análise, em 21 de fevereiro de 2008. A proposição passou, em seguida, pelo crivo das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Direitos Humanos e Minorias, e Constituição e Justiça e de Cidadania. O ato internacional foi finalmente aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 4 de junho de 2009.

A proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 23 de junho de 2009 e a este Relator em 2 de julho de 2009. Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O ato internacional em análise constitui-se, no dizer da Exposição de Motivos ministerial que acompanha a Mensagem, a "cláusula de direitos humanos do Mercosul", analogamente à cláusula democrática, representada pelo Protocolo de Ushuaia.

O protocolo foi o principal resultado da I Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados, criada em dezembro de 2004 por iniciativa brasileira.

O ato internacional que vai vincular os Estados Partes do Mercosul está lavrado em nove artigos e um extenso preâmbulo que, como sói acontecer em tratados de tal natureza, expressam princípios fundamentais, e mesmo comandos normativos, que serão cruciais na aplicação e interpretação futura do acordo.

O Artigo 1 preconiza que a vigência das instituições democráticas e o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais são condições essenciais para a vigência e evolução do processo de integração entre as Partes. A melhor hermenêutica para esse dispositivo demonstra um papel central do respeito aos direitos humanos na própria sobrevivência do bloco, assim como já é a manutenção do regime democrático na região. Entretanto, combinado com o Artigo 3, o âmbito de aplicação do protocolo serão os casos de violações graves e sistemáticas dos direitos humanos e liberdades fundamentais em uma das Partes em situações de crise institucional ou durante a vigência de estados de exceção previstos nos ordenamentos constitucionais respectivos e por meio de consultas pertinentes entre si das demais Partes e com a Parte afetada.

Se as consultas resultarem ineficazes, as demais Partes considerarão a natureza e o alcance das medidas a aplicar, tendo em vista a gravidade da situação observada, podendo as medidas abranger desde a suspensão do direito de participar do processo de integração até a suspensão dos direitos e obrigações da Parte, conforme o previsto no Artigo 4.

As medidas previstas no Artigo mencionado serão adotadas por consenso pelas Partes e informadas à Parte afetada, a qual não participará do processo decisório, entrando em vigor na data desta comunicação, tal como estabelecido no Artigo 5.

No Artigo 6, estipula-se que as medidas cessarão a partir da data em que a Parte afetada comunicar às demais Partes que as causas que motivaram as medidas foram sanadas.

O Artigo 2 determina que as Partes cooperarão para a promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais através dos mecanismos institucionais estabelecidos no Mercosul.

Os Artigos 7, 8 e 9 dispõem sobre os aspectos burocráticos do protocolo englobando adesão, prazo de vigência e depósito.

Assim, o Protocolo de Assunção fortalece o Mercosul político no que diz respeito à proteção dos direitos humanos, abordagem que estava incompleta no arcabouço institucional do bloco. Ao condicionar a integração ao compromisso de proteção dos direitos humanos, de certa forma, complementa o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile, de 1998. Os mecanismos de consulta aqui previstos são similares ao atualmente estabelecido no Protocolo de Ushuaia para casos de ruptura democrática.

III – VOTO

Por todo o exposto, e visto que estão observadas a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2009.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2009.



, Presidente



, Relator

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 496, DE 2009.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13 / 08 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
RELATOR: SENADOR EFRAIM MORAIS	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>Presidente em exercício</i>	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM) <i>Relator</i>	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 - CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

Seção II Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

.....

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.021, DE 2009

Tenho sido designado por Vossa Excelência para participar da Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos próximos dias 17 e 18 de agosto, na cidade de Montevideu, no Uruguai, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa naquele período.

Em cumprimento do que prescreve o art. 39 do mesmo Diploma, comunico que do dia 16 ao dia 18 de agosto estarei ausente do País.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2009. – Senadora **Marisa Serrano**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

O primeiro pode ser Mozarildo Cavalcanti.

Mozarildo, recebi uma série de *e-mails* que comentavam que eu ficava aqui igual ao Sílvio Santos: como um apresentador. Mas, ao mesmo tempo, os comentários eram agradáveis, porque realmente, Mozarildo Cavalcanti, saído lá de Roraima, muitos, lá do extremo sul, podiam não o conhecer, e hoje, de vez em quando, apresento-o com os traços biográficos.

Então, recebi, Geraldo Mesquita Júnior, do distante Acre - que já foi Bolívia, e apresento os seus traços biográficos –, realmente, centenas de *e-mails* que dizem que isso contrabalançou a campanha negativa que se faz contra o Senado. Foi um piauiense que mandou um *e-mail* dizendo que eu parecia um Sílvio Santos, mas que tinha este lado positivo: que o Brasil passou a conhecer os valores e que o Senado somos todos nós. E a Federação é isso, dá uma igualdade do Estado.

Então, está na tribuna Mozarildo Cavalcanti, que não se apequena a nenhum Senador de grandes Estados, São Paulo ou do Rio de Janeiro. E esta é uma das razões nítidas da existência do Senado: a Federação, porque, se houver só uma câmara unicameral, o País vai ficar na dependência só de três Estados grandiosos: São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Só esses três juntos têm maioria no Congresso, se for unicameral, e o bicameral dá essa igualdade.

E o fato, quer dizer, eu recebi muitos *e-mails* tocando nesse sentido, mas valorizando e agradecendo. Eu até gostei, porque o Sílvio Santos é uma figura agradável. Foi lá do Piauí, Dr. Paulo, e dizia: “Você parece o Sílvio Santos”. É uma figura agradável, porque

dava animação e apresentava como ele apresenta nos programas dele.

Então, eu agradeço os inúmeros *e-mails* nessa interpretação, mas dá esse sentido de igualdade.

Aí está Mozarildo Cavalcanti, que representa Roraima, distante, lá na selva amazônica. O Estado que surgiu agora, novo. Mas o País sabe que ele se iguala ou supera outros representantes de grandes Estados, pela sua origem, pelo amor às raízes, pelos conhecimentos dos problemas na cidade, pela sua profissão de Medicina. Além de ser Senador, é um líder de uma instituição secular e respeitosa na constituição da Independência do Brasil e da República, desde Gonçalves Ledo.

Então, Mozarildo, são essas palavras.

Eu quero agradecer os *e-mails*. Agora, também, teve negativo. Ele disse: “Olha, Senador Mão Santa”, aquele papo de *e-mail*, “gosto muito, mas noto que, quando está na tribuna, o senhor tem que ser mais severo. Ficam os outros...”. Foi de um radialista, que eu vou procurar agora. Perde a atenção, porque há conversas paralelas.

Com a palavra, na tribuna, esse líder do Brasil no Senado da República, Mozarildo. E eles acharam que isso contrabalançou, porque, aqui, expus currículos notáveis como o de V. Ex^a, que é a realidade e traduz. Se aqui tem joio, tem; mas tem muito mais trigo, e V. Ex^a é a melhor espécie de trigo da política brasileira.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, que, como sempre, preside esta sessão de forma muito descontraída e fraterna.

Quero cumprimentar os Srs. Senadores, as Sr^{as} Senadoras, os telespectadores da TV Senado e os ouvintes da Rádio Senado neste dia de hoje, Senador Mão Santa, sexta-feira, em que não existe deliberação. Portanto, a sessão é chamada de não deliberativa, isto é, não são colocadas matérias para votação, sejam medidas provisórias ou projetos de lei, enfim, qualquer matéria que precise de votação no Senado. É um dia realmente dedicado ao debate, à discussão dos problemas nacionais e regionais dos Estados.

Ontem, aqui, fiz, Senador Mão Santa, uma análise justamente do meu trabalho legislativo, focando só quatro pontos de matérias desta fase em que sou Senador da República. Ressaltei, antes, como Deputado Federal, minha crença na atividade parlamentar, porque foi exatamente na atividade parlamentar que meu Estado de Roraima mudou muito. Primeiramente, era um território federal – quando fui Deputado Federal – tanto no período de 82 a 86, como no de 86 a 90,

quando tive oportunidade de ser também constituinte – de 86 a 88.

Então, profundas mudanças aconteceram lá justamente pela atividade parlamentar: a criação da Universidade Federal de Roraima; a criação da Escola Técnica Federal, que depois se transformou num Cefet, e que hoje é o Instituto Federal de Ensino Tecnológico; a própria criação do Estado, porque éramos um território federal, e só foi possível essa transformação de território em Estado pela ação parlamentar. Na época, eu era Deputado Constituinte e comigo estavam colegas do porte do ex-governador, já falecido, Ottomar Pinto, da sua esposa, Marluce Pinto, e do ex-Deputado federal Chagas Duarte. Nós quatro fizemos o trabalho, irmãos, e tendo como objetivo número um, na Constituinte, a transformação do território em Estado.

Precisamos inclusive convencer, Senador Mão Santa, até os Deputados do Amapá, porque, na época, os Deputados do Amapá achavam que não era um bom negócio deixar de ser território federal, já que todo o dinheiro era dado pelo Governo Federal e, portanto, mantinha os funcionários públicos, mantinha as obras – num ritmo muito lento, mas mantinha.

Agora, o preço que pagávamos por isso era muito grande, era o preço de não termos liberdade para escolher os nossos governadores, de não termos liberdade para ter Senadores da República representando a unidade da Federação que nós éramos, porque território nem sequer elegia o Governador, imagine os Senadores da República, porque os Senadores justamente representam os Estados.

Como nós éramos territórios, não éramos uma unidade membro da Federação. Éramos muito mais uma espécie de autarquia do então Ministério do Interior do que uma unidade da Federação. Costumava dizer – e tenho essa convicção de maneira muito plena – que éramos cidadãos e cidadãs de terceira categoria. Diferentemente dos outros brasileiros, não elegíamos o Governador, não tínhamos representação no Senado. Nossa representação na Câmara era a metade do menor Estado da Federação, quatro Deputados apenas. Mesmo assim, isso já na fase final, porque durante muito tempo o território elegia um Deputado Federal, depois passou para dois. Só já no finalzinho passou para quatro Deputados Federais. Então, era uma subrepresentação, uma desigualdade terrível na parte política.

A transformação em Estado, que se deu com a promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 88, foi uma verdadeira carta de alforria para os cidadãos e cidadãs de Roraima. Em 90, já elegemos o primeiro Governador, que foi evidentemente o ex-Governador do Território. Foi um batalhador para a transformação

de Roraima em Estado. Tanto que, como Governador do Território, já trabalhou com olhar voltado para transformar Roraima em Estado. Fazendo o quê? Primeiramente, fazendo a interiorização da atividade econômica por meio da colonização, de assentamentos. No seu Governo surgiram os Municípios do interior mais prósperos do Estado. É o caso de Rorainópolis, São Luiz, Caroebe, Baliza, Cantá e tantos outros. Na verdade, a redistribuição, a nova feição política do Estado de Roraima se deu na gestão Ottomar de Sousa Pinto.

Isso realmente preparou, vamos dizer assim, a infraestrutura necessária para que pudéssemos, quando transformados em Estado, realmente dar um arranque melhor no desenvolvimento do Estado.

E ele foi o primeiro governador do Estado, portanto, teve a missão também de fazer a institucionalização do Estado. Foi ele que instalou o Tribunal de Justiça, a Assembléia Legislativa, teve, assim, a primeira Constituinte estadual, o Tribunal de Contas do Estado. Hoje, realmente, embora sejamos o Estado menos populoso do Brasil, temos feição de um Estado. Lá temos uma universidade federal, como citei aqui, funcionando, que já formou várias turmas. Estou fazendo um levantamento para depois aqui apresentar, esse quadro de transformação pela educação que o meu Estado experimentou nesse período, com a formação de várias gerações, inclusive com uma demanda acumulada que existia, porque, na época do Território, eu mesmo fui um dos que quis sair de lá, na época do antigo ginásio, Senador Geraldo Mesquita, que correspondia hoje ao ensino fundamental, porque não tinha o ensino médio, não tinha o 2º Grau. Então, saí para estudar, terminei me formando em medicina, em Belém do Pará; fui o primeiro roraimense a se formar em medicina, voltei para o meu Estado, trabalhei. E, assim, uma geração de jovens saiu, mas outros tantos, talvez a maior parte, não puderam sair porque os pais não tinham como pagar os seus estudos fora, porque, por mais que todos estudássemos, naquela época, em colégios públicos, tinha a despesa com a pensão, quer dizer, com a hospedagem, a alimentação, os livros, o que realmente era um sacrifício enorme para as famílias.

Mas, felizmente, formou-se uma geração que hoje já é até sexagenária e que voltou para lá para trabalhar. Eu poderia citar aqui inúmeros, como o caso do ex-Governador Neudo Campos, atual Deputado Federal; poderia citar o caso do ex-vice-Governador Salomão Cruz, que também foi Deputado Federal; o Dr. Robério Araújo, que também foi Deputado Federal; o Dr. Rodolfo Pereira, que também foi Deputado Federal. Enfim, uma geração muito ampla de pessoas formaram, voltaram, participaram ativamente nas suas atividades profissionais e depois enveredaram pela vida pública.

Eu queria concitar inclusive os jovens de Roraima para aproveitarem a oportunidade de fazer uma mudança neste País, participando da vida política do País. Não adianta criar aquela imagem de que a política é alguma coisa suja; a política não é suja. Podem existir pessoas sujas que entram para a política, contaminando, portanto, a atividade política. Mas essas pessoas já eram sujas ou vieram e depois se corromperam por causa de algumas benesses, mas isso não pode desestimular os jovens a participarem da vida política porque, quando não há política, nós temos uma ditadura. E, numa ditadura, realmente não há como fazer política porque uma pessoa ou um grupo de pessoas comandam tudo no País, interferem no Judiciário, no Poder Legislativo, quando não os fecham definitivamente. E, portanto, nem sequer as pessoas podem se expressar.

Tudo na vida da gente depende da atividade política: o estabelecimento do valor do salário de cada um, dos impostos; das decisões como foi a do caso da transformação do território de Roraima em Estado, que foi uma decisão política da Assembléia Nacional Constituinte de 1988.

Senador Mão Santa, eu quero colocar isso para dizer que eu acredito firmemente na atividade parlamentar como acredito na atividade política de um modo geral. E a atividade parlamentar vai desde a ação de um vereador de um municípioinho, como costumam dizer os grandes articulistas do sul do País, Rio, São Paulo, Minas, enfim, dos grotões, como se referem com certo desdém a quem mora em um Município pobre do interior da Amazônia ou do interior do Nordeste. Mas lá é que estão os cidadãos mesmo, nos pequenos, nos médios e nos grandes Municípios.

Nós temos visto que o modelo que a Constituinte previu, de uma República Federativa, em que existisse de fato uma Federação, não consegue ser implantado, porque, no fundo, embora nós tenhamos uma Constituição que foi elaborada para um sistema parlamentarista – daí, por exemplo, a existência de medidas provisórias –, na prática, após o plebiscito, manteve-se o presidencialismo. Mas já que nós gostamos de copiar tantas coisas dos Estados Unidos, poderíamos copiar, por exemplo, o modelo do presidencialismo dos Estados Unidos, em que o presidente é forte, mas o congresso é igualmente forte. O presidente não faz nada sem que o Congresso, de fato, aprove, examine, discuta.

Eventualmente o presidente, logicamente, se tem ou se constroi uma maioria, ele a convence a votar a favor dos temas que interessam à nação, a todos, e não a eventual grupo que está no poder. Isso realmente nos leva a refletir sobre alguns temas.

Eu falei aqui de educação, citando o caso do meu Estado. Embora a minha formação seja de médico e hoje esteja licenciado da minha função de Professor da Universidade Federal de Roraima, para a qual fui nomeado por concurso público, entendo que essa locomotiva que é a educação não funciona se as pessoas que dela participam estiverem doentes. Então a saúde tem que estar colada na educação. Uma pessoa doente não pode estudar; uma pessoa doente nem sequer pode ensinar. Um professor doente não vai ter condições de ensinar adequadamente. Este é o tema de um pronunciamento que quero fazer, acerca dos professores.

Recebi um *e-mail* de um professor aposentado. A gente fala muito aqui que os professores ganham mal, e é isso mesmo. Os professores não são estimulados a se reciclarem, a se aperfeiçoarem. Agora o Governo Lula está lançando um programa de capacitação dos professores. Agora. No penúltimo ano de oito anos de mandato.

Quero hoje entrar mais propriamente o problema da saúde. Como disse, não pode uma pessoa estudar, atividade que é fundamental para as transformações, se não houver saúde. Como está a saúde do Brasil? Nós sabemos – não é, Senador Mão Santa? –, acho que todo brasileiro sabe que está um caos. Está um caos porque realmente não existe interesse em uma política nacional de saúde séria.

Eu até tenho ouvido e lido algumas análises sobre o currículo do atual Ministro da Saúde, que é um homem realmente preparado como sanitário, é um homem que tem conhecimentos da área que ele está administrando, conhecimentos com base na parte sanitária, mas creio que ele não conseguiu (se é que tem, ele próprio) não conseguiu formar uma equipe que administre a saúde de maneira competente.

Porque uma coisa é exercer, por exemplo, a medicina, é exercer qualquer atividade da área de saúde; outra é administrar recursos, é administrar um posto de saúde, um hospital, é traçar planos de combate efetivo às doenças, é ter uma noção profunda e estratégica das doenças que atacam o País em cada região ou no País como um todo.

Estamos vivendo agora um momento em que toda a população está receosa, amedrontada com essa onda de gripe que é a *Influenza A*, e aí se coloca entre parênteses (H1N1) para identificar o tipo de vírus, e que foi batizada, lá nos Estados Unidos, de gripe suína, numa verdadeira injustiça aos suínos e aos suinocultores. Na verdade, esta é uma gripe da humanidade, e é preciso que a gente encare esse problema com muita seriedade e não manipulando dados, não escondendo da população a realidade da doença.

Está havendo, mas acho ainda tímida a campanha de esclarecimento, a campanha epidemiológica, a campanha de prevenção de fato.

É muito forte, neste Governo – aliás, li hoje nos jornais –, a questão da publicidade. O Presidente Lula vetou a limitação que o Congresso queria impor aos gastos com publicidade e com diárias no ano que vem. Por quê? Porque ele quer fazer propaganda e viajar muito; todo o seu time viajar muito. Então, deveria economizar em publicidade, deveria economizar em viagens desnecessárias de Ministros para lá e para cá, de assessores de Ministros para lá e para cá. Esse dinheiro poderia ser investido na saúde de um modo geral; desde a formação dos profissionais de saúde, na remuneração de todos os profissionais, desde os técnicos administrativos até os que exercem, de fato, a ponta do trabalho com a saúde, investir, por exemplo, no controle de qualidade dos medicamentos. E aqui eu trouxe Senador Mão Santa, a última reportagem de uma série que o *Correio Braziliense* está publicando, desde o domingo passado, sobre a pirataria na área da medicina: a falsificação de remédios, o roubo de medicamentos, a falsificação desses medicamentos, o número de mortes causadas por esses medicamentos, inclusive contrastes para fazer Raios X, o uso de próteses de fêmur, de pinos para coluna, tudo falsificado.

E, pior: quem são as vítimas dessa situação? São os pacientes, as pessoas que procuram os serviços de saúde. E aí atinge toda a comunidade. Mas o Governo é muito tímido numa ação global de saúde. E olhe que dispõe de um plano ou de um modelo, o Sistema Único de Saúde (SUS), que, se fosse seriamente executado, seria perfeito. Aliás, a filosofia do SUS é copiada por alguns países. Infelizmente, a aplicação desse modelo está vencida, vencida mesmo, porque precisa haver uma atualização, já que ela foi feita há vinte e poucos anos, e não tem sido aplicada adequadamente.

Vejam bem: aqui, já denunciei várias vezes o roubo na área de saúde. A Funasa realmente é um antro de roubalheira. Para onde se vira, no Brasil, há uma denúncia contra a atuação da Funasa. É em tudo. Lá em Roraima, recebi uma denúncia esta semana, que várias dezenas daqueles “fumacês” para o combate à dengue estão quebrados, guardados lá no depósito. E, daqui a pouco, quando as chuvas pararem na região, novo surto de dengue teremos.

Voltando ao tema gripe A, os dados que levantei ontem mostraram que tivemos 192 mortes no Brasil, até ontem. Se houvesse morrido só um já seria grave, imaginem 192! É muito grave. Mas aí, perguntamos: quantos morrem de dengue, por ano, no Brasil por ano? Várias centenas. Quantos morrem de febre amarela? Quantos morrem de malária? Vimos, recentemente,

alguns casos. Matéria publicada no jornal *Folha de Boa Vista* e também no *site* do Cimi, mostra um surto de malária entre os índios ianomâmi, um surto de malária gravíssimo. E aí, cadê a política de saúde para as áreas indígenas? Tudo está nas mãos de ONGs, que pegam o dinheiro, botam-no no bolso e deixam os índios morrerem. Então, é isso. Por um aspecto, o Governo terceiriza a ação de saúde ou a privatiza, porque coloca na mão de ONGs desqualificadas, despreparadas, sem condições técnicas de exercer, e, por outro lado, na parte estatal, é um caos a administração da saúde no País.

Há um projeto, está na Câmara, para melhorar o Sistema Único de Saúde, o SUS, através de fundações públicas, mais ou menos no modelo do que é a rede Sarah, um exemplo de administração de saúde para o Brasil.

Quero dizer, Senador Mão Santa, que, se de um lado temos a pirataria – e eu estou pasmo, e já o disse aqui –, agora, com o fechamento dessa reportagem do *Correio Braziliense* junto com o jornal *O Estado de Minas*, vamos convocar as pessoas para explicarem à Subcomissão de Saúde da Comissão de Assuntos Sociais essa questão. É grave demais para ficarmos somente na leitura ou na denúncia feita da tribuna. Precisamos, realmente, nos aprofundar.

Essa questão está atemorizando os brasileiros hoje, e com razão. Quero dizer aqui, como médico, que realmente todos têm de estar muito atentos a essa doença, a Influenza A (H1N1) para falar cientificamente, popularmente chamada gripe suína. Tenho prestado atenção às entrevistas, às que posso assistir, do Ministro da Saúde. Ele começou com um discurso, mas foi mudando esse discurso. É uma flutuação que, para mim, como médico, é difícil de entender, imaginem para a população de um modo geral. Então, já que o Governo gasta tanto com publicidade, por que não gastar com uma publicidade que chegue aos ouvidos da população de maneira mais simples? Por que não gastar agora em uma grande mobilização, por exemplo, usando instituições sérias como são as Forças Armadas, que estão distribuídas por este Brasil todo, para, de fato, fazer um trabalho honesto no combate à gripe suína? Não, mas aí é um “auê”, é uma ação descoordenada; um prefeito toma a uma atitude A, um outro, uma atitude B, e uma terceira atitude é tomada pelo Ministério, então, realmente não tem muito rumo. Lamento dizer isso de um Ministério que devia merecer o nome de Ministério da Saúde.

Penso que este Ministério deveria mudar o nome para “ministério da doença”. Porque, na verdade, não faz o que é importante em medicina, que é prevenção, que é evitar que as pessoas adoçam. Se houvesse,

realmente, um trabalho no sentido de mostrar que ações do Governo estão evitando que pessoas adoçam, mereceria, aí, sim, ser chamado de Ministério da Saúde. Mas não. É um Ministério que só cuida dos doentes. Então, deveria ter o nome de “ministério da doença”. E, mesmo assim, estaria mal, Senador Geraldo Mesquita, porque, até no cuidar da doença, o Ministério da Saúde é mau: concentra os recursos, não os repassa, os repassa desigualmente. Neste País, aliás, tudo é repassado desigualmente.

Na semana que vem farei um pronunciamento para mostrar, Senador Geraldo Mesquita, Senador Mão Santa, como a distribuição dos recursos federais é um estímulo para o aprofundamento das desigualdades regionais. Aqui cabe muito bem a letra daquela música: “os ricos ficam cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres”. Realmente, com esse modelo em que se dá proporcionalmente, sempre menos para os mais fracos e sempre mais para os mais fortes, como vamos cumprir o princípio constitucional de eliminar desigualdades regionais? E aí se aprofundam as desigualdades na saúde, na educação, na segurança. Aliás, a segurança é outro item deste Governo que é um caos.

Eu tenho de reconhecer o aspecto, para usar um jargão já carimbado, “aspecto social”, isto é, o combate à fome. Um item só do aspecto social é o combate à fome. Até porque, na definição dada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre o que é saúde temos que: saúde é um estado de bem-estar físico, mental, psíquico e social. Social significa o quê? Se você está passando fome, você não tem recursos para as atividades básicas da sua família, então, você também adocece. Não tendo o bem-estar social, quer dizer, as condições de vida adequada, como higiene, alimentação, moradia, você não pode ser considerada uma pessoa sadia.

Então, espero que essas denúncias do *Correio Braziliense*, esses dados, como, por exemplo, este que eu aqui debati a respeito do órgão da Secretaria de Comunicação do Governo que disse que houve uma redução de tantos por cento na dengue. Cotejamos a estatística e vimos o quê? Que durante o Governo Lula aumentaram em 22% os casos da dengue em relação ao Governo Fernando Henrique. Ele gosta muito de dizer: “Nunca dantes, nunca antes neste País...”! Nunca antes neste País houve tantos casos de dengue como agora neste Governo. E por quê? É uma coisa elementar: não se combatem os mosquitos transmissores. Só por isso. Quando há um surto no Rio de Janeiro, aí a gritaria é grande. Mas se houver um surto lá no seu Estado, Senador Geraldo Mesquita, ou lá no Estado do Acre ou no Estado de Roraima, nem... Mal vai para

a estatística. Até porque, nessa estatística aqui, eu também não confio. São subnotificações, são manipulações, como essa do caso da dengue.

Quem leu aquele jornalzinho, Senador Mão Santa, ficou com a sensação de que realmente o Governo Lula está avançando. Diminuíram não sei quantos por cento, 40%, os casos de dengue. Por que não falam a verdade? Apenas está ficando menos pior. Menos pior não é bom, não. Menos pior é menos pior.

Senador Geraldo Mesquita, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Mozarildo, tem me preocupado bastante nos últimos tempos a evolução do quadro, aqui no nosso País, da chamada gripe suína. Vamos recordar aqui, V. Ex^a e o Senador Mão Santa, que, há cerca de dois meses, se não me falha a memória, esse assunto começou com a grave crise que se abateu no México. Ali, naquela ocasião, as estatísticas apontaram algumas dezenas de mortes. E a explicação que recebíamos, então, era de que aquelas pessoas haviam morrido porque não se tinha ainda fixado uma política de prevenção e de combate eficaz para a gripe suína naquele país. Portanto, a partir do momento em que isso foi fixado, as mortes cessaram – pelo menos, era isso que era divulgado. Naquela ocasião, Senador Mozarildo, a incidência da gripe suína no nosso País era inexpressiva: um ou dois casos, tal. A coisa tomou vulto e uma proporção, no nosso País, de lá para cá – e olhe que estou falando aqui de dois, três meses, talvez menos –, assustadora. E o que me deixa pasmo, Senador Mozarildo... Por exemplo, V. Ex^a fez agora a declaração de que V. Ex^a, como médico, se sente meio atordoado com esse desencontro de informações e de medidas eficazes de prevenção e de combate. E V. Ex^a se pergunta: “Que dirá a população?” Eu estou aí! Estou, realmente, começando a ficar assustado e impressionado com esse desencontro de informações. Esta semana, no noticiário da televisão, está lá o Secretário de Saúde, não sei se de um determinado Município do Paraná ou do Estado, dizendo que era uma palhaçada exigir-se dos torcedores que foram a determinado estádio lá que usassem máscaras, que os restaurantes paralisassem suas atividades. Quer dizer, eu fico observando esse tiroteio todo, esse desencontro de informações e a falta de informações precisas. Toda semana é uma coisa diferente. Vem um e diz que ninguém corre risco, mas as gestantes estão aí morrendo aos montes. Por que não se previu isso antes? Há determinada parcela da população que está mais sujeita a contrair essa doença. Que se dê um tratamento diferenciado a essas pessoas. Enfim, Senador Mozarildo, o seu discurso, se para mim significou muita coisa, eu acho que para

quem o ouviu no País inteiro deve ter significado muita coisa. Eu acho que esse significado deve ser traduzido numa cobrança de todos nós para que as autoridades brasileiras, enfim, informem claramente. V. Ex^a lembrou uma coisa muito importante. Este Governo gasta bilhões com publicidade oficial, que, muitas das vezes, se reveste em culto à personalidade neste País. Na verdade é isto: programas que não existem na prática, que não funcionam, e um culto à personalidade. O dinheiro da publicidade oficial, em regra, é gasto com isso. Por que não se utiliza esse dinheiro e se faz uma campanha decente neste País de esclarecimento à população? Do tipo: “Faça isto, não faça aquilo”. As coisas vêm assim em conta-gotas, desencontradas. Eu imagino: se a gente que tem aqui a possibilidade de estar bem informado está atordoada – e digo como V. Ex^a –, imagine a população como deve estar se sentindo numa situação desta: ameaçada e convivendo com a insegurança de não saber exatamente o que fazer para se proteger e tomar medidas que evitem que se contraia essa doença. Negando o que se dizia anteriormente, ela mata, e mata em grande quantidade. Mata mesmo. Está matando gente pelo País afora. Portanto, além de parabenizá-lo, quero agradecer o alerta que V. Ex^a está fazendo. Quem ouviu seu pronunciamento hoje deve mobilizar-se para cobrar do Governo Federal, do Poder Público de maneira geral, uma atitude mais coerente, firme e sólida com relação a isso que se pode constituir numa situação muito grave para o povo brasileiro. Meus parabéns e, se é que posso falar em nome da população brasileira, muito obrigado pelo alerta que V. Ex^a faz para que a saúde do povo brasileiro esteja em primeiro lugar em nosso País.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Aproveito um ponto que V. Ex^a expôs e quero acolhê-lo e destacá-lo no meu pronunciamento.

Falei aqui que, quando a dengue tem um surto no Rio ou em São Paulo, há uma mobilização fortíssima. No caso dessa gripe atual, só está havendo esse destaque porque começou no México e nos Estados Unidos ao mesmo tempo. Na verdade, começou no país mais rico do mundo e no vizinho do país mais rico do mundo e se alastrou para a Europa, para a parte rica do mundo.

Se fosse uma doença que tivesse começado aqui no Brasil e que pudesse ficar só aqui no Brasil, o Ministério da Saúde não estaria fazendo nem o que está fazendo, nem isso, porque não faz com a dengue, não faz com a febre amarela, não faz com outras doenças como a hanseníase, que é – para traduzir para o popular – a doença conhecida antigamente como lepra. Na verdade, até a hanseníase... Um dia desses,

saiu outra estatística manipulada. Lá no seu Estado, na Amazônia como um todo, há ainda muitos casos de hanseníase.

Então, é preciso que o Governo deixe de manipular. Eu até li um dia desses um artigo que diz que nós estamos numa “manipulocracia”. Portanto, em vez de uma democracia, é uma “manipulocracia”. Quer dizer, é um Estado que manipula dados, que faz propaganda. Se nós prestarmos atenção na programação de uma estação só de televisão, ou se formos de uma para outra, até nas TVs a cabo, vamos ver que a propaganda do Governo é intensa. É propaganda do Presidente da República, dos Ministérios, da Petrobras, da Eletrobrás. Então, o Governo gasta uma fortuna – e o Presidente veta o limite que o Congresso botou para aumento de despesa com publicidade – é com viagens.

Mas só para também reforçar o que V. Ex^a disse: morreram cento e poucos já, 190; para ser exato, 192 pessoas, até ontem. Registradas, Senador Alvaro Dias. Registradas. Quantas mais devem estar morrendo por aí sem sequer ter tido chance de chegar perto – não falo nem de um médico – de um posto de saúde?

Agora, nessa matéria, Senador Alvaro Dias, a que eu estava me referindo, da pirataria na Medicina, eles listam aqui vinte e oito vítimas de remédios e substâncias medicamentosas falsificadas. Vejam aqui: Ana Carla de Souza Nascimento, 9 meses, morreu por causa de um antibiótico falsificado; Ricardo Diomedes, 57 anos, vítima de um contraste para raio X – falsificado por um laboratório aqui do Brasil que já foi fechado, mas que fez uma aliança com um laboratório lá do Uruguai e parece continua a mesma coisa. Júlio Gonçalves Corrêa Filho, 79 anos, vítima de remédio para câncer. O Glivec, um remédio contra o câncer, está sendo falsificado há muito tempo. Enéas Faria Souto, 84 anos, vítima de um remédio contra o câncer; Alvina Teixeira Clezar, vítima de prótese falsificada. São 28 casos, Senador. É um negócio muito sério que, como disse, vamos investigar lá na Subcomissão de Saúde da Comissão de Assuntos Sociais.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mozarildo, eu até pretendia abordar esse tema hoje, mas, com o discurso de V. Ex^a, é dispensável. Como médico e especialista no tema, V. Ex^a faz um diagnóstico próximo da realidade, ao menos, já que o Brasil tem diferenças regionais incríveis, e é impossível alguém alcançar todos os detalhes de determinada situação. Recebo do Paraná, diariamente, inúmeros *e-mails*, revelando uma preocupação jamais vista em termos de saúde pública. O descaso é muito grande. Veja – e V. Ex^a fez referência – o número de mortes no Brasil. Já estamos em primeiro lugar, porque estamos com o

mesmo percentual em relação às perdas mundiais que tem o México, 12%. Portanto, não podemos, evidentemente, ficar satisfeitos com a conquista deste título: o primeiro em mortes em razão de um gripe nova. Ou seja, falta prevenção, falta agilidade, organização, competência. O descaso com a saúde pública do Brasil não é de hoje. Fica a impressão de que, porque a saúde foi municipalizada, o Presidente da República acha que não fatura politicamente se resolver os problemas de saúde pública dos brasileiros. E segura, na Câmara dos Deputados, por exemplo, um projeto que iria assegurar, de forma oficial, permanente, automática, os recursos necessários para um bom serviço de saúde pública no Brasil. Por que a saúde foi municipalizada, o Presidente da República não tem mais responsabilidade? É claro que tem. É o principal responsável, é o chefe da Nação, tem o maior orçamento. Os recursos não foram repassados como contrapartida ao repasse das atribuições que cabem agora aos Municípios em relação à saúde pública dos brasileiros. Portanto, essa gripe nova, a gripe A – recuso-me a dizer que é gripe suína em respeito àqueles que produzem no País e que estão, inclusive, revoltados com esse apelido –, apenas ressaltou as deficiências do serviço de saúde pública no Brasil. E é evidente que há mortos que não estão nas estatísticas. No Paraná também, Senador Mozarildo, não é o que se anuncia. A realidade está escondida, é mais grave do que anunciam. É evidente que não se deseja alardear em excesso, criar problemas de pânico na população, mas é preciso sinceridade e, sobretudo, responsabilidade. Há poucos dias, fiz aqui um apelo ao Ministro da Saúde para que visite o Paraná também. Em razão do frio, lá a incidência foi maior; no Sul, a incidência foi maior certamente do que em outras partes do País, exatamente em razão do frio, que agora felizmente está indo embora. Mas fiz um apelo ao Ministro para que fosse ao Paraná, para tranquilizar a população, em primeiro lugar – se é que é possível tranquilizar com a visita –, mas tomar providências, verificar o que está acontecendo, o que pode ser feito, aprimorar esse atendimento, democratizar. Fica a impressão de que há discriminação. Quer dizer, o medicamento, por exemplo, é reservado para alguns setores só da sociedade. Então, aqui, o Congresso Nacional tem privilégio, aqui não faltará o medicamento, mas, em outras partes, o medicamento não chega. Então, essas são questões que só o Ministro da Saúde pode resolver, organizando-se, é claro, com uma interação com os secretários de saúde dos Estados, que, por sua vez, estabeleceriam essa mesma interação com os secretários municipais de saúde. É dessa forma que certamente nós teremos mais organização e eficiência. Parabéns a V. Ex^a pelo alerta.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Obrigado, Senador Alvaro Dias.

V. Ex^a fez um diagnóstico exatamente do que é preciso o Governo fazer. Eu diria até que, neste caso, é fato consumado em tese, mas a prevenção, como V. Ex^a colocou, ainda continua sendo muito importante, embora a doença esteja instalada. Quem não pegou a gripe tem que estar muito bem orientado com relação à prevenção, e tem que haver uma coordenação, como V. Ex^a colocou, com os secretários estaduais e municipais de saúde, de maneira que... Por exemplo, a realidade de um Município X no seu Estado não é a mesma do Município Y; ou a realidade do Município A no meu Estado é outra em relação ao Município B. O mesmo ocorre no Estado do Senador Geraldo Mesquita, no Piauí, do Senador Mão Santa.

Então, é preciso que haja prevenção, que haja agilidade, como V. Ex^a diz. Não pode haver muito discurso e pouca ação. Eu sugeri aqui que, inclusive, se envolvessem as Forças Armadas, que estão em todo este País, porque existe a área de saúde das Forças Armadas. Fora isso, rapidamente, pode-se treinar pessoas que não são da área de saúde para fazer esse trabalho.

A competência, como V. Ex^a colocou, é outro item que está faltando há muito na área de saúde deste País. Eu citei aqui a Funasa, mas poderia citar também a Anvisa, que até hoje eu não entendi para que veio essa agência reguladora, que é muito fraca. É muito fraca mesmo. E a gente precisa, inclusive, fazer uma análise melhor sobre essa Anvisa.

Finalmente, eu queria acrescentar aos expedientes que V. Ex^a colocou a falta de mais honestidade. V. Ex^a falou em sinceridade, que é sinônimo de honestidade, mas falta honestidade em tudo: na divulgação dos dados, na manipulação desses dados ao tentar passar uma... Como V. Ex^a colocou, não é passar nem o alarme, nem a idéia de que a coisa é banal. Não é banal. No meu Estado, por exemplo, Senador Alvaro Dias e Senador Mão Santa, há três casos confirmados. Dois deles são pessoas que foram fazer turismo na nossa Argentina, local a que o Senador Mão Santa gosta muito de ir. O outro eu não sei exatamente.

Olhem só: fazemos fronteira com a Venezuela, país que infelizmente não fala sinceramente, como informam nossos jornais todos os dias, porque os órgãos de imprensa lá estão sendo amordaçados. Imaginem se informam adequadamente quantos casos há lá. Não, porque os organismos internacionais não podem nem funcionar direito! E nós estamos dentro da Venezuela – Roraima fica encravada na Venezuela. Eu quero dizer aqui que fico muito doído de ver isso, porque nós dependemos muito da Venezuela para

prosperar, mas não podemos estar submissos a uma situação que nos prejudica.

V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, falou sobre a questão do medicamento,. E está passando que o Governo está dizendo: “Não coloque à disposição da população nas farmácias o medicamento; coloque em certos pontos difíceis, complicados”. Ora, é muito simples: coloquem nas farmácias e fiscalizem para que vendam apenas mediante receita médica, como acontece com vários medicamentos. Mas dizem: “Ah, não, porque as farmácias vão vender sem receita médica”. Isso quer dizer que o Ministério sabe que as farmácias vendem certos produtos que são controlados sem receita. Ora, se sabe, por que não fecha essas farmácias ou multa exemplarmente o estabelecimento e seus proprietários? Não pode é isto: o cidadão comum ter dificuldade de acesso ao medicamento porque só tem no lugar A, B, C, D ou no posto de saúde não sei onde. Tem que deixar à disposição da população em geral, mas mediante receita médica. E coloquem mais médicos, desviem de certas doenças menos graves um contingente maior de médicos, de agentes de saúde para atender aos casos de gripe.

Quero finalizar, Senador Mão Santa, pedindo a V. Ex^a a transcrição das matérias que aqui mencionei e dizer que fico muito triste: um País que prioriza a publicidade praticamente que pessoal de um Governo que está aqui hoje e amanhã não estará, mas que manipula essa publicidade justamente no sentido de

querer ficar mais tempo, e se descuida de uma coisa tão importante para cada um de nós, que é a saúde, é a vida.

Então, faço esse registro aqui como Senador, como médico, constrangido até, porque, repito, a doença só está tendo essa atenção porque atingiu primeiramente o país mais rico do mundo e seu vizinho. Então, na verdade, precisamos nos respeitar mais. Temos tudo, repito, todos os instrumentos possíveis. Falta, como foi dito aqui, botar essa questão para funcionar, ter agilidade e ter honestidade na execução. Por exemplo, no tocante ao Sistema Único de Saúde, modernizá-lo e, portanto, aplicá-lo bem.

Quero agradecer a tolerância de V. Ex^a. Sei que, por causa do tema, realmente V. Ex^a permitiu que eu ficasse mais do que o tempo regimental. E, embora nesta sexta-feira até se possa pensar de modo diferente, de modo geral, acho que a gente tem que se limitar mesmo ao tempo previsto no Regimento e deixar, digamos, a oportunidade para que os demais falem.

Eu quero, portanto, agradecer a V. Ex^a e aos colegas Senadores que me ouviram. Muito obrigado a V. Ex^a e a todos os brasileiros que me ouviram.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Notícias

Palavra-chave:

selecione a categoria

Escolha região

Escolha mês

Escolha ano

OK

12/08/2009 , às 10h52

NOTA À IMPRENSA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
GABINETE PERMANENTE DE EMERGÊNCIAS
NOTA À IMPRENSA

Terça-feira, 11/8/2009, às 20h30

Situação epidemiológica da nova Influenza A (H1N1) no Brasil

I - ÓBITOS, CASOS GRAVES E FATORES DE RISCO

Entre 25 de abril e 8 de agosto, foram informados pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde 192 óbitos por Influenza A (H1N1).

Distribuição de óbitos por Influenza A(H1N1) por Unidade Federada

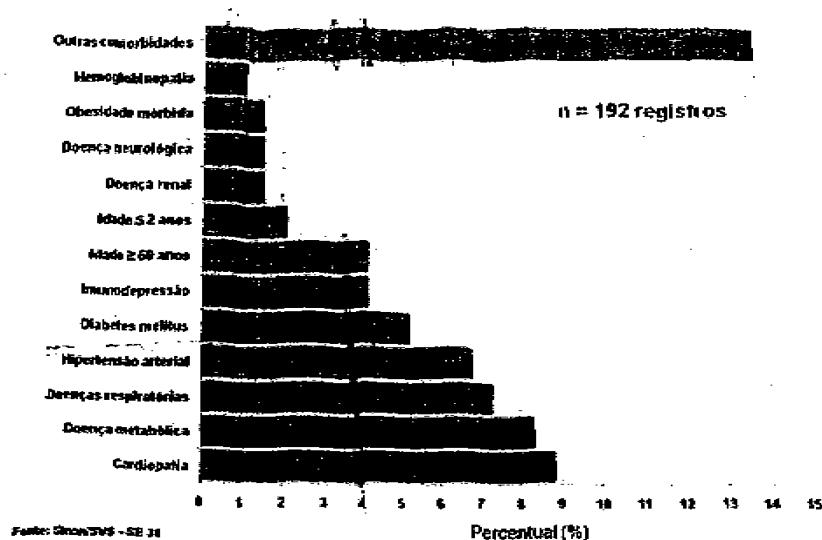
UF	Influenza A/H1N1		Taxa de mortalidade (100.000 hab.)
	n	%	
SP	75	39,1	0,18
RS	44	22,9	0,40
PR	42	21,9	0,39
RJ	24	12,5	0,15
SC	3	1,6	0,05
PB	1	0,5	0,03
PE	1	0,5	0,01
BA	1	0,5	0,01
MG	1	0,5	0,01
Brasil	192	100	0,09

Fonte: Sinan/SVS e População (www.datasus.gov.br)

Das 192 mortes, 106 (55,2%) tinham fator de risco, incluindo gestação. Entre os 1.348 casos que evoluíram para cura, 793 (58,8%) não tinham fator de risco.

Doenças cardíacas, metabólicas e respiratórias, além de hipertensão arterial, diabetes e gestação são os principais fatores de risco para morte, entre os casos graves pelo novo vírus.

Distribuição de óbitos de SRAG pela nova Influenza A (H1N1), segundo presença de fatores de risco. Brasil



Cabe destacar que, de acordo com o novo protocolo, o cálculo da taxa de letalidade em relação ao total de casos de influenza não é mais utilizado como parâmetro para monitorar o comportamento da doença, uma vez que os casos leves não são mais notificados, exceto em surtos – como ocorre em todo o mundo por orientação da Organização Mundial da Saúde. A taxa de mortalidade dos casos confirmados de SRAG pelo novo vírus Influenza A (H1N1) no Brasil é de 0,09/100.000 habitantes.

País	Óbitos	Taxa de mortalidade (100 mil habitantes)
Argentina	338	0,84
Chile	104	0,61
Canadá	64	0,19
EUA	436	0,14
Brasil	192	0,09
México	149	0,05

No período, foram registrados 11.927 casos de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) no país. Do total, 2.057 foram confirmados para algum tipo de vírus influenza, sendo 55% em mulheres.

Entre os casos positivos para influenza, 1.586 (77%) foram confirmados para o novo vírus e 471 (23%) para influenza comum.

Distribuição de casos de SRAG e Influenza A (H1N1) por unidade federada, Brasil,

UF	CONFIRMADO PARA INFLUENZA						TOTAL SRAG NOTIFICADO	
	A(H1N1)		SAZONAL		TOTAL (H1N1+SAZONAL)		n	%
	n	%	n	%	n	%		
SP	624	18,9	204	8,1	1.068	24,9	4.362	100
PR	279	8,0	89	2,5	368	10,5	3.491	100
RS	204	14,7	30	2,2	234	16,9	1.385	100
RJ	110	9,0	21	1,8	139	10,8	1.308	100
SC	41	8,0	24	4,7	65	12,6	514	100
MG	28	11,8	11	4,7	39	16,0	235	100
MS	9	9,8	0	0,0	9	10,0	94	100
PE	10	13,0	2	2,6	12	15,6	77	100
BA	4	8,0	4	8,0	8	16,0	67	100
PA	13	22,8	5	8,8	18	31,6	57	100
ES	1	1,9	5	9,3	6	11,1	54	100
CE	13	28,9	13	28,9	26	57,8	45	100
DF	6	14,6	0	0,0	6	14,6	41	100
GO	6	18,8	2	6,3	8	25,0	32	100
RN	5	18,1	0	0,0	5	18,1	31	100
PI	4	18,7	1	4,2	5	20,0	24	100
MA	5	27,8	2	11,1	7	38,9	18	100
AL	4	23,5	1	5,9	5	29,4	17	100
MT	3	20,0	0	0,0	3	20,0	15	100
AC	1	9,1	1	9,1	2	18,2	11	100
AM	2	20,0	0	0,0	2	20,0	10	100
PI	2	20,0	0	0,0	2	20,0	10	100
RR	0	0,0	1	11,1	1	11,1	9	100
AP	3	42,9	0	0,0	3	42,9	7	100
TO	1	18,7	0	0,0	1	18,7	8	100
SE	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	100
RO	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	100
TOTAL	1.636	13,3	471	3,9	2.057	17,2	11.927	100

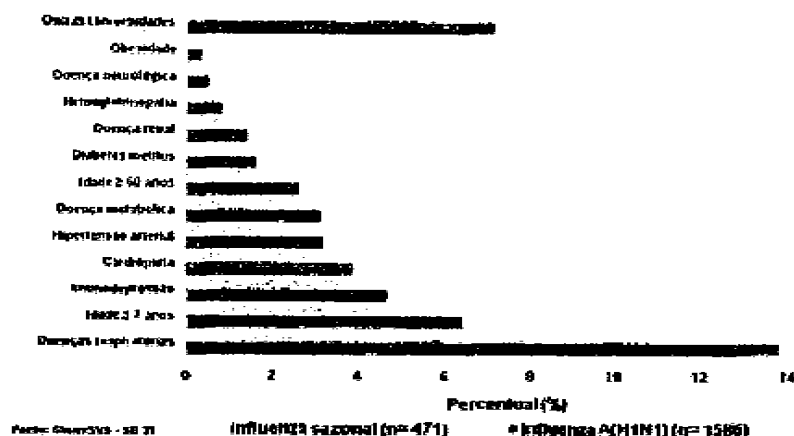
Os principais fatores de risco para desenvolver formas graves são doenças respiratórias, idade inferior a 2 anos, renais, debilitação

do sistema imunológico, gestação, doenças cardíacas e hipertensão arterial.

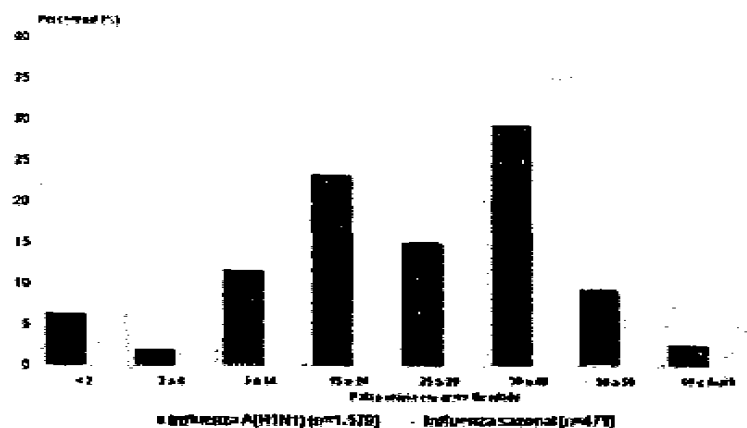
Entre os casos graves por influenza sazonal, os principais fatores foram outras doenças respiratórias, idade menor que 2 e maior que 60 anos, hipertensão arterial e debilitação do sistema imunológico.

Entre os casos de SRAG por Influenza pelo novo vírus A (H1N1), 43% (689) apresentaram pelo menos um fator de risco para complicação, incluindo a gestação. Nos casos confirmados para Influenza sazonal, a proporção foi de 38% (183).

Distribuição de casos de SRAG, pela nova Influenza A (H1N1) e pela influenza sazonal, segundo grupos e fatores de risco. Brasil



Segundo a faixa etária, a maior proporção de casos, tanto para influenza sazonal quanto para Influenza A (H1N1), é entre 15 a 49 anos.



II - MULHERES E GESTANTES

De todos os casos confirmados de Influenza A (H1N1) com SRAG, 135 são gestantes (8,5%).

Do total de mulheres em idade fértil com o novo vírus, 22,4% são gestantes, enquanto que para Influenza sazonal, 14,7% são gestantes.

Gestante	Influenza com SRAG total (n=723)				TOTAL
	A(H1N1)		Sazonal		
	N	%	N	%	
Sim	135	22,4	28	14,7	163
Não	408	77,6	162	55,3	570
Total	543	100	190	100	733

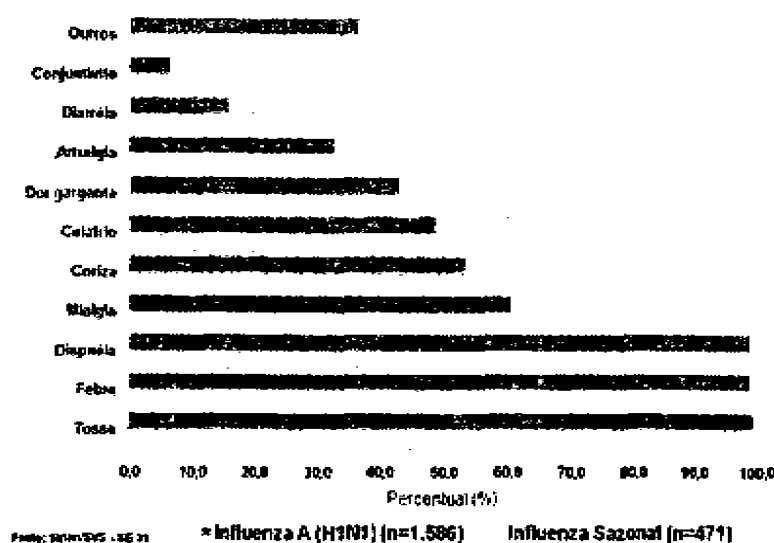
Do total de 192 óbitos no país, 28 eram gestantes (14,5%) e, entre as grávidas que morreram, 8 tinham pelo menos um outro fator de risco.

Gestante	Influenza com SRAG óbitos A(H1N1)	
	N	%
Sim	28	34,1
Não	54	65,9
Total	82	100

III - SINAIS E SINTOMAS

- Entre os casos graves, a influenza A(H1N1) e a influenza sazonal apresentam sinais e sintomas similares, com pequeno aumento da frequência em mialgia, calafrio e diarreia entre os casos da nova gripe.

Distribuição de casos confirmados de SRAG segundo classificação etiológica e sinais e sintomas, Brasil, até SE 31/2009.



IV - ANÁLISES LABORATORIAIS

- Os três laboratórios de referência do Ministério da Saúde analisaram 5.768 amostras de secreção respiratória positivas para influenza e outros vírus respiratórios.
- Do total, 3.642 (63,1%) foram confirmadas para o novo vírus influenza A (H1N1) e 1.643 (28,5%), para influenza A sazonal.
- Os laboratórios de referência são o Instituto Adolfo Lutz (IAL/SP), o Instituto Evandro Chagas (IEC/PA) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ).

V - MEDICAMENTOS

- O ministro José Gomes Temporão anunciou, na manhã desta terça-feira, em audiência na Câmara dos Deputados, que o Ministério da Saúde negocia a compra de 9 milhões de tratamentos prontos para consumo, do laboratório suíço Roche.
- Os medicamentos devem chegar ao Brasil até março de 2010, para preparar o país para o próximo inverno. A compra tem o objetivo de preservar o estoque estratégico de 8,79 milhões de tratamentos, que tem validade até 2016.
- Esse medicamento está armazenado na forma de matéria-prima bruta (pó estocado em toneis). Será transformado em cápsulas prontas para consumo, conforme a necessidade e com base em uma regulação estratégica do estoque.
- No fim de julho, o laboratório Farmanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz, entregou ao Ministério 210 mil tratamentos.
- De 25 de abril até o momento, o Ministério da Saúde distribuiu aproximadamente 400 mil tratamentos para os estados. Outros 800 mil tratamentos, comprados do laboratório Roche, chegam até o fim de agosto.

CORREIO BRAZILIENSE

Política/Brasil

13 ago. 09

GB18

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Frustração coletiva

Aposentados saem de reunião com o governo sem saber valor do reajuste nos benefícios do INSS e incomodados com pressão para engatar projetos de interesse da categoria.

FLÁVIA FÓRQUE

Centrals sindicais, aposentados e pensionistas saíram frustrados da reunião de ontem com o governo para discutir o reajuste dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para aposentados acima de um salário mínimo. Além de sair do encontro sem uma definição de valores — não há estimativa oficial, mas a equipe econômica projeta percentual entre 1% e 1,5% de ganho real — a categoria ainda ficou com um gosto amargo na garganta. A intenção do Palácio do Planalto é conceder o aumento caso os aposentados acatem a retirada da pauta do Congresso de quatro projetos que elevariam consideravelmente os gastos previdenciários. O governo propõe a apresentação de um substitutivo que englobe as propostas, mas o texto ainda não foi elaborado. O reajuste, previsto para ocorrer em janeiro de 2010, beneficiará cerca de 8 milhões de pessoas.

Cada um desses projetos tem uma anseio dos trabalhadores. Nos próximos dias, o governo faz uma proposta para cada um deles, como é que vai ficar o anhen-

to dos aposentados, a política do salário mínimo, qual é a proposta para o fim do fator previdenciário e como é que o governo recupera as aposentadorias", questionou o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho da Força, presidente da Força Sindical. O parlamentar definiu o encontro de ontem como "improdutivo".

As negociações com as centrais sindicais e representantes dos aposentados foram lideradas pelos ministros Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e José Plmentel, da Previdência Social. Segundo participantes do encontro, o governo preferiu não apresentar um número para que o dado não se torne oficial antes mesmo do acordo. Mas a estratégia provocou insatisfação. "Fora frustrante. Nós não vamos aceitar o pacote", antecipou Antônio Santo Graff, um dos diretores da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap). O grupo não abre mão da proposta que recompõe as perdas de benefícios dos aposentados e trata do índice de correção previdenciária. O projeto aguarda aprovação

de duas comissões da Câmara dos Deputados.

Congresso

Ainda na noite de ontem, a Cobap se reuniu com parlamentares para pressionar o Congresso a votar outra medida de interesse da categoria. A proposta, que estende o reajuste do salário mínimo a todos os beneficiários da Previdência Social, está pronta para ser votada pelo plenário da Câmara. E a previsão é de que a categoria continue as manifestações para a aprovação da medida. Há três meses, a categoria parou uma sessão da Casa com esse intuito.

"Quem tem pressa é o governo, pois 2010 é ano de eleição. Nós vamos pressionar os deputados para aprovar os projetos", afirmou o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique. "O governo sabe que se a gente não concordar (em retirar os projetos), nós vamos ficar lá fazendo pressão e os deputados em época de eleição votam (favoráveis às medidas)", avalia o deputado Paulinho da Força. Na próxima terça-feira, haverá um novo encontro para a discussão do reajuste da aposentadoria.

A REDE MILIONÁRIA DO TRÁFICO DE REMÉDIOS

LADRÕES DE CARGAS, FALSIFICADORES, SERVIDORES DA SAÚDE E FUNCIONÁRIOS DE EMPRESAS PRIVADAS TRABALHAM NUM ESQUEMA PIRATA ONDE 30 COMPRIMIDOS VALEM R\$ 4 MIL

ELIABIO HERÓY, ENVIADO ESPECIAL

Rio de Janeiro — A vertente informal do milionário mercado da saúde une falsificadores, ladrões de cargas de medicamentos e corruptores de funcionários de hospitais públicos em torno de um objetivo comum: conseguir lucro fácil a qualquer

custo. Para garantir o sucesso, fraudadores montam uma intrincada rede de empresas, a maioria de fachada e em nomes de laranjas, para dificultar as ações de repressão e facilitar a lavagem de dinheiro. Na quinta reportagem da série Guia Falsificado, o Correio Estado de Minas mostra que, antes de chegar às mãos do consumi-

CORREIO BRAZILIENSE

Política

13 ago. 09

CA

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e

o líder da bancada, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), queriam por pontos quentes no confronto entre os líderes do PMDB e do PSDB no Senado. Renan

Catharino (AL) e Arthur Virgílio Neto (AM),

respectivamente.

E presidiram a sessão do PT para jogar uma pá de cal na crise. Quanto ao apoio à candidatura de Dilma, a legenda prefere ficar na mota e esperar o que virá via acórdão.

Tribas O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, passou um aperto ontem, durante um café da manhã com a bancada do Nordeste na Câmara dos Deputados. Bernardo não foi avisado de que a pauta do encontro previa dar respostas sobre a liberação de cadeiras parlamentares e foi duramente cobrado pelo deputado Júlio César (DEM-PI). O ministro adotou o silêncio.

Veto! Apesar dos rumores sobre um iminente veto à indicação de Murilo Marques à presidência da Infraero, os funcionários da estatal permaneceram convidados a cerimônia de posse, prevista para hoje à tarde. O convite circulava na internet da Infraero enquanto os empregados corriam atrás de informações sobre a confusão.

Dose dupla A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou ontem um convite para que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, fale sobre se houve ou não ilegalidade na manobra tributária que rendeu R\$ 1,1 bilhão em créditos tributários à Petrobras. Nem as superintendências da Receita Federal se entendem se a iniciativa atendeu às normas tributárias.

EBC Empresário de Comunicação

Mudanças

Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes pretende intensificar os mutirões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para agilizar a tramitação de milhares de processos pendentes em todo o país. Um apelo emocionado de uma serventaria de Valparaíso (GO), onde o CNJ fez uma grande reunião de juízes e servidores do Judiciário do Entorno do Distrito Federal, na sexta-feira, deixou ainda mais motivado o presidente do STF. As comarcas da Justiça de Goiás na região funcionam precariamente.

COBERTURA

A Telefônica antecipou o programa de metas de expansão do Speedy definitivo, com o Ministério das Comunicações e a Anatel para 488 cidades de São Paulo, o que corresponde a 95% da população, e deve chegar a 594 municípios até o fim do ano. Até junho de 2010, a meta é completar a cobertura de banda larga das

622

CIDADES
paulistas.

Sertões

O Brasil meridional é mesmo o xis do problema da candidatura de oposição à Presidência da República, segundo pesquisas encomendadas pelos líderes tucanos. A Executiva do PSDB concluiu que o partido deve escolher seu candidato até dezembro e intensificar a ação no Nordeste, com a participação dos governadores Aécio Neves (MG) e José Serra (SP), tese defendida pelo presidente da legenda, senador Sérgio Guerra (PE). Um seminário sobre cidades e desenvolvimento será realizado na próxima semana, em Aracaju.

Nô cego

Líder do PT no Senado, Alcirio Mercadante (SP) dá nó em pingo d'água para explicar que não é fadado da permanência no cargo do presidente do Senado, José Sarney. Pressionado pelo presidente Lula a manter o apoio do PT a Sarney, Mercadante insiste na análise criteriosa das denúncias pelo Conselho de Ética. Porém, com o arquivamento da representação contra Arthur Virgílio por Paulo Dória (PMDB-RN), presidente do Conselho de Ética, contém, a bancada petista deve endossar o mesmo procedimento em relação ao cacique maranhense.

Municípios

Pesquisa Vox Populi divulgada ontem no Rio Grande do Sul pela revista Voto mostrou o resultado da crise do governo Vota Cristina (PSDB), que aparece com 7% das intenções de voto. A tucana está atrás de Inácio (sem partido), com 39%, de José Fogaça (PMDB), com 29%, e empatada com Beto Albuquerque (PSB), com 7%. O efeito colateral foi a pesquisa para presidente. Dilma Rousseff aparece com 26%, a frente de José Serra, que tem 25%. Ciro Gomes (PSB) tem 16% e Heloisa Helena (PSB), 10%.

COM GUILHERME QUEIROZ

CORREIO BRAZILIENSE

Brasil

13 ago. 09

8A

do, cabras de remédios percorrem um longo caminho até ganhar uma aparência legal, tanto os falsificados como os roubados. Apenas em um ano e meio, a Anvisa notificou o roubo de 80.330 medicamentos.

Quem observa o comércio longe do Quilombo entre lampadas, acessórios para pipas, balões e cestas em sua loja no segundo andar do Mercado de Madureira, no subúrbio do Rio de Janeiro, dificilmente imagina que do outro lado do balcão está um homem que vende, além de bugigangas, remédio para tratamento de leucemia. Mas os produtos que oferece na área de saúde não podem ser colocados na vitrine, por um motivo simples: são falsificados. O esquema de Otto, que já tem em sua ficha criminal um pedido de prisão preventiva de cerca de um milhão e quinhentos reais de cobrança por crime contra a saúde, foi descoberto em 2008 pelo Hospital São Lucas do Rio Grande do Sul em Porto Alegre. Ele se especializou nas 10 câmaras de Galvão, nome vendido a um médico pela distribuidora gaúcha Nova Vitória. A receita de um ano e meio.

As embalagens não tinham selo de segurança e os comprimidos recebidos para câncer — mas especialmente do tratamento da leucemia — não eram nacionais, diferindo das usadas no Hospital. O médico, o gaúcho João da Silva, de 34 anos, foi preso em 2008 e preso por receptação de medicamentos falsificados. Aqueles que eram comprados de um distribuidor, as câmaras tinham as impressões do cartão Jorge Otto, a quem conhecia como "o cara que trabalhava com Glivec". No mercado da morte, esse é um pouco respeitável, afinal, duas câmaras simples, com a nota comprada do medicamento, cada câmara mesmo que um caro popular (R\$ 22,8 mil). Para comprar, precisava muito dinheiro. Cláudio telefonou para sua primeira vítima dos representantes de Glivec, o Hospital São Lucas, para Otto, a quem ele conhecia e quem pediu para adquirir o produto da própria fabricante, o laboratório Novartis.

Mas chamado a depor na Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Otto admitiu a farsa. Disse ter comprado as câmaras alguns meses antes das mãos de um representante da Armazen Central de Medicamentos Ltda, empresa de Santos, no interior paulista. O comerciante contou ainda que, antes de serem enviados ao Sul, os remédios foram repassados ao empresário carioca Miguel Angelo dos Santos Jacob, dono da distribuidora Nova Vitória. Ele teria enviado os produtos a distribuidora gaúcha por R\$ 1 milhão e 400 mil, o equivalente a apenas 25% do preço de venda do remédio. Os outros 75% foram

destinados a Otto e Jacob, se somados, chegando a policiar o caso. Otto foi preso no Hospital São Lucas, em 2008, e Jacob, também, em 2008. O dono da loja no Mercado de Madureira admitiu ter forjado a venda de remédios à empresa do "amigo" por meio da emissão de notas fiscais falsas, para que o mesmo acertasse sua contabilidade. Conforme disse em depoimento, para isso, ele usava o nome da empresa distribuidora de medicamentos que conhecia, o gaúcho Carlos da Silva, da distribuidora Brochures Hospitalares, em São Carlos, em Minas Gerais. O dono da distribuidora, Carlos da Silva, foi preso em 2008 e preso por receptação de medicamentos falsificados. O dono da distribuidora, Carlos da Silva, foi preso em 2008 e preso por receptação de medicamentos falsificados.

A Polícia Federal acredita que Otto na verdade, o cara de farsa de Jacob, que atua no ramo de distribuição de medicamentos há quase 20 anos. O dono da loja no Mercado de Madureira admitiu ter forjado a venda de remédios à empresa do "amigo" por meio da emissão de notas fiscais falsas, para que o mesmo acertasse sua contabilidade. Conforme disse em depoimento, para isso, ele usava o nome da empresa distribuidora de medicamentos que conhecia, o gaúcho Carlos da Silva, da distribuidora Brochures Hospitalares, em São Carlos, em Minas Gerais. O dono da distribuidora, Carlos da Silva, foi preso em 2008 e preso por receptação de medicamentos falsificados. O dono da distribuidora, Carlos da Silva, foi preso em 2008 e preso por receptação de medicamentos falsificados.

Casos de polícia

O esquema de Otto e Jacob se soma com a venda de Glivec e outros, segundo documentos apreendidos pela polícia. Uma nota fiscal da Caixa, emitida por Jorge Otto em 2008, registra a venda de seis caixas do medicamento à Nova Vitória Comércio de Produtos Hospitalares, empresa de Jacob, mas de um ano antes das vendas ao Hospital do Rio Grande do Sul, a distribuidora carioca. Perguntada sobre a ocorrência de possíveis vítimas de uso do remédio falsificado, a assessoria do hospital gaúcho informou que não comentaria o episódio, sob a alegação de que todas as providências já teriam sido adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CORREIO BRAZILIENSE

Brasil

13 ago. 09

Agência Sanitária (Anvisa). Em depoimento a polícia, Miguel Jacob admitiu ter vendido o medicamento a outras distribuidoras em outras ocasiões, mas negou que fossem falsificados.

No fim do ano passado, o procurador Eduardo André Lopes Pinto, do Ministério Público Federal, informou em ofício estar convencido do envolvimento de Jacob e Otto no crime, mas pediu decisão da competência do MPF no processo, por entender que o caso deveria correr na Justiça estadual, por falta de questão de fundo de lei, não se achando lesado pela quadrilha a Justiça Federal. A Justiça estadual, por sua vez, alega que a Justiça Federal tem competência para julgar o caso.

de Jacob e Otto no processo. O processo corre em segredo de justiça. Jacob não nega o envolvimento de Otto no crime, mas diz que não fez qualquer coisa para impedir o comércio de falsificados. Ele repete a informação de que sua função era a Cibra- Rio para funcionar mais, e que sua vida agora se resume a cuidar da loja no mercado. Ele garante não ter nada a ver com a venda de Glicer falsificado e diz se até mesmo que poderia ter sido vítima desse tipo de medicamento. "O cara que faz isso (falsifica um remédio para cancelar a vida) morre. Ele mesmo injeta o remédio no próprio corpo e morre", afirma.



PIRATA LIVRE PARA GANHAR DINHEIRO

INTERDITADA PELA ANVISA EM 2007, DISTRIBUIDORA VENDEU R\$ 1,3 MILHÃO EM MEDICAMENTOS AO GOVERNO FEDERAL EM 2008 E NOS PRIMEIROS MESES DESTA ANO

Registrada em 1994, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi responsável por determinar a suspensão da venda de falsificados de Glicer por distribuidoras de produtos hospitalares, monitores e outros equipamentos. A Polícia Federal, em uma operação, apreendeu o produto de uma loja de produtos hospitalares, a Nova Vitória, localizada no bairro de São Francisco, no Rio de Janeiro. A loja, que é uma das principais distribuidoras de produtos hospitalares no Estado, foi interditada em 2007. A loja, que é uma das principais distribuidoras de produtos hospitalares no Estado, foi interditada em 2007. A loja, que é uma das principais distribuidoras de produtos hospitalares no Estado, foi interditada em 2007.

Agora, o endereço oficial da Nova Vitória é uma sala vazia no segundo andar de um pequeno prédio na Rua Pedro Al-

vares Cabral nº 184, em Nilópolis, município situado na divisa da capital fluminense. Eles apenas deixaram quando só para pagar a correspondência. A loja não possui mais um telefone. Acha que eles ainda vão trazer alguma coisa para cá", afirma a aposentada Maria do Carmo, que, além de consertar roupas, aluga um imóvel na Nova Vitória. Entretanto, o endereço modesto não representa milhas nos negócios de Jacob. O endereço, além de produtos hospitalares, também no local. Maria do Carmo orienta a entrar no prédio, em um andar, 10º andar do edifício de nº 42, no bairro de São Francisco, no Rio de Janeiro.

Relatando o episódio, o jornalista do jornal O Quadrante, o jornalista da Nova Vitória e passou 99% das ações da empresa para Daniel Cordeiro, segundo chefe da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. O endereço de cada um dos novos sócios é o bairro Bento Ribeiro, no subúrbio do Rio, o mesmo onde Jacob começou a vida como balconista de farmácia. Em abril do ano passado, o empresário Daniel também o que criou a empresa da sua nova empresa, a Daniel Cordeiro. Os novos donos são dois irmãos do empresário.

Contatado pelo telefone celular, Jacob se recusou a receber a reportagem. Disse que estava com problemas de saúde e que não tinha mais relação com as duas empresas. No entanto, três funcionários do edifício no Centro do Rio confirmaram que Jacob é o dono da firma situada

no de andar. Eles disseram ainda que ele apareceu para trabalhar em todos os dias inclusive na ocasião em que a equipe do Correio Estado de Minas esteve no local. Por intermédio do advogado do empresário, as acusações de envolvimento com empreiteira falsificada foram desmentidas. Já a Nova Yltona é arrematada por investigação da Polícia Federal por suspeita de lavagem de dinheiro, conforme inquérito em curso na Delegacia de Nova Iguaçu. O empresário ainda deve à Justiça Federal R\$ 631,9 mil referentes ao inadimplemento de imposto de Renda

mais multa. A União busca na Justiça para tentar receber a dívida. As dificuldades com a polícia e o fisco não impediram de empregar. Por muitos conjugais, já está separada da mulher. Ele, na poucos meses, logo com a venda amansa, não viveu até pouco tempo com a família, localizada no Condomínio Novo Leblon, na Barra da Tijuca. O imóvel com 15 mil metros² construído em três lotes é considerado o maior da região. O terreno tem quadra de tênis, piscina, salas de festas, uma casa com quatro suítes, outra com três quartos. Está avaliado em R\$ 8 milhões.

GRUPE SUÍÇA

Grávidas, já pra casa

GDF decide dar licença de 10 dias a servidoras públicas gestantes. Na Câmara dos Deputados, elas só voltam ao trabalho em setembro. Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas envia hoje recomendação no mesmo sentido e Febraban discute quais medidas deve adotar

RENATA MARC

O alto índice de mortalidade de gestantes pelo vírus A (H1N1) — cerca de 15% do total de vítimas no Brasil — levou o Governo do Distrito Federal a decretar 10 dias de dispensa do trabalho a todas as grávidas em atuação no serviço público local. A medida inclui servidoras, prestadoras de serviço, estagiárias e convênias que desempenham funções na administração direta ou indireta do GDF. Providência semelhante foi adotada também pela Câmara dos Deputados, que liberou até o dia 2 de setembro.

Mas não é só na esfera pública que o medo da gripe suína alterou a rotina. A Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) manda hoje a todas as entidades associadas — mais de 400 no país — uma recomendação para liberar as gestantes. A Comissão de Saúde da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) se reuniu ontem para decidir quais medidas preventivas deve adotar.

“Não temos força para determinar uma conduta, mas vamos recomendar às entidades no país, especialmente as do Sul, onde o problema parece ser mais intenso, que dispensem por 10 dias, prorrogáveis, se for o caso, as gestantes”, explica Ro-

que Pellizzari Junior, presidente da CNDL. O dirigente não acredita que os lojistas tenham resistência em adotar a medida. “Primeiro, porque não existem muitas grávidas em uma só operação. Além disso, nosso setor é formado principalmente por pequenas e médias empresas. E nesses locais a relação dos profissionais com a chefia é muito próxima e direta”, destaca. No caso dos bancos, a Febraban prevê a emissão de algum comunicado hoje com orientações sobre a prevenção da gripe, em que as grávidas devem receber uma atenção especial. Na Câmara dos Deputados, só ontem 19 gestantes se apresentaram para terem o direito de serem dispensadas. As funcionárias do GDF devem fazer o mesmo, comprovando a gestação com atestado médico.

Substituição

Na Secretaria de Educação, onde quase 80% dos 59.959 servidores ativos são mulheres, uma estratégia de substituição das gestantes já foi traçada. Segundo a assessoria de imprensa, estão prontos para ficar no lugar das grávidas cerca de 1.700 professores. Eles já trabalham nas escolas, mas como coordenadores pedagógicos

1-400 — e pedagogos, aproximadamente 300. Mesmo assim, se faltar professor em sala de aula, a determinação do secretário de Educação, José Luiz Valente, é que sejam convocados docentes temporários. A Secretaria não sabe precisar quantas professoras estão grávidas no momento.

A substituição, conforme comunicado da Secretaria de Educação, se dará automaticamente, assim que as coordenadoras regionais de ensino detectarem a carência. Em escolas com até 20 turmas, há um coordenador; com mais de 20, dois; com mais de 30, três; e acima de 30 classes, são quatro. Devido à presença desses profissionais, os dirigentes da secretaria não acreditam em problemas de falta de aulas. Atualmente, há dois servidores da Educação contaminados pela gripe suína, e dois com suspeita.

Outros estados

Em Minas Gerais, professoras e servidoras grávidas devem ser afastadas das escolas da rede estadual a partir de 17 de agosto, também como forma de prevenir a contaminação pela nova gripe.

LUXO E PRODUTOS DE BELEZA

CONDENADO POR COMERCIALIZAR REMÉDIOS FALSOS, DONO DE DISTRIBUIDORA VIRA REPRESENTANTE DE COSMÉTICOS

DIAGO HENRY

Belo Horizonte — Acusado pela Justiça de distribuir 27.740 caixas de remédio falsificado de controle ao câncer no processo, da marca Androcur, o empresário José Celso Machado da Costa não pagou indenizações e agora está respondendo em liberdade perante a Justiça de São Paulo que tramitou a 16 anos de prisão, e leva uma vida de luxo em Belo Horizonte.

Na mesma rua do Bairro Portão, na capital mineira, onde funciona a Look Distribuidora de Cosméticos e Equipamentos Ltda. A empresa é representante em Minas da marca de cosméticos alemã Schwarzkopf, mas não tem autorização para distribuição de produtos de beleza por parte da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), conforme determinação da 9.782/99. A informação foi transmitida pelo próprio órgão de vigilância.

A favor de processos de indenização por danos morais e materiais, José Celso não pagou o bulação de cobrar 35% das ações da nova empresa no nome da sogra, Iraci Nunes Bonas, 67 anos, que vive em Anápolis (GO). A Look foi registrada em 2007, conforme documentos da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. O endereço da Look estava em uma casa no bairro de Fátima, no município de Belo Horizonte. Em 2008, registrada em nome da empresa. O endereço atual é R. 90.5 mil, valor de 45 vezes maior que a pensão paga regularmente pelo INSS à viúva do empresário de Belo Horizonte, na Região do Vale do Açu, Antônio Dias Martins, de 62 anos. Umas compras recentes falsificadas para câncer na família relatada pelo empresário e a família com a mesma indenização do medicamento.

Na sede da Look, situada na Rua Maurício, 255, a distribuidora de cosméticos funciona do lado de salas onde são ministrados cursos de aperfeiçoamento para cabeleireiros. À frente da nova empresa, José Celso mantém o mesmo estilo deslumbrado da época em que comandava a Dinâmica Medicamentos e patrocinava eventos para os funcionários nos

principais hotéis de Belo Horizonte, como Alvorada e Minascentro. Em junho deste ano, ficou ainda mais evidente para seus clientes a transformação de beleza promovida por ele no Grande Hotel Anália, a 367 km.

O empresário divide a gestão da empresa com a mulher, Maria Hely Rosa da Costa, de 48 anos, que no passado também foi citada como réu em algumas das ações envolvendo a distribuição do Androcur, porque tinha betas em seu nome. O casal passa os fins de semana na fazenda propriedade que mantém em Quinta do Sumidouro, distrito de Pedro Leopoldo, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O terreno, de 5.900 m², delimita de ser um incidente sítio quando se recuperam beneditinos como jarlins, cascatas em estilo japonês, piscina e minicampo de futebol.

José Celso também é dono de outra propriedade na região, que abriga fazendas e fazendas rochosas, entre elas a Gruta do Boné. Segundo o Cartório de Registro de Imóveis de Pedro Leopoldo, as propriedades do casal na região não podem ser vendidas, porque estão bloqueadas pela Justiça. Mas, enquanto conseguirem postular as decisões judiciais envolvendo o Androcur, nada impede de continuar frequentando as propriedades.

A reportagem descobriu sete registros com a secretária da administração da Look desde o início da tarde de ontem, pedindo esclarecimentos sobre a falta de autorização da Anvisa para a comercialização de produtos falsificados. Maria Hely disse: "Não tenho ideia" que está muito desafiante falar sobre assuntos relacionados ao Androcur. "Se tivesse coisas boas para dizer, teria prazer em falar. Mas esse é um assunto difícil, os processos separam todos os dias. A gente vive com muito trabalho e falta de dinheiro", disse. Em abril deste ano, José Celso foi entrevistado por uma revista especializada em cosméticos e beleza, ocasião em que foi apresentado como um empresário visionário e vendedor do prêmio de distribuidor do ano da marca Schwarzkopf. Questionado sobre o segredo para fazer sucesso como distribuidor de produtos de beleza, respondeu: "Em primeiro lugar, é necessário ter muito respeito pelo cliente".

A Biotica do Vale do Duro e Laboratório Veefarm produziram placebo como se fossem Androcur, usado no tratamento de câncer. Quase 1 milhão de comprimidos foram fabricados. O medicamento foi enviado à distribuidora Ação Dinâmica Medicamentos, de Belo Horizonte, que os comprou por preços menores que os praticados pelo fabricante (Schering de Brasil). Os produtos foram revendidos a hospitais. Quando a polícia descobriu, a Anvisa interditou o lote 354 do medicamento. A Ação Medicamentos ignorou e continuou comercializando o lote.

empresário José Celso Machado de Castro não pagou indenizações às vítimas, recorre em liberdade da sentença da Justiça de São Paulo que o condenou a 16 anos de prisão, e leva uma vida de luxo em Belo Horizonte.

Na mesma rua do Bairro Flores-tal, na capital mineira, onde funcionava a Dinâmica Medicamentos, empresa de onde os falsificados saíram para ser entregues a pacientes de todo país —, ele abriu a Look Distribuidora de Cosméticos e Equipamentos Ltda. A empresa é representante em Minas da marca de cosméticos alemã Schwarzkopf, mas não tem autorização para distribuição de produtos de beleza por parte da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), conforme determina a Lei 9.782/99. A informação foi confirmada pelo próprio órgão de vigilância.

Além de processos de indenização por danos morais e materiais, José Celso tomou o cuidado de colocar 99% das ações da nova empresa no nome da sogra, Irene Nunes Rocha, 67 anos, que vive em Anápolis (GO). A Look foi registrada em 2007, conforme documentos da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. O empresário se tornou sócio em uma companhia de luxo importadora, modelo criada em São Paulo em 2004, registrada em nome da empresa. O registro custa R\$ 90,15 mil, valor 45 vezes maior que a pena imposta pelo juiz federal de Belo Horizonte. Ele também abriu a Look Distribuidora de Cosméticos e Equipamentos Ltda. em Belo Horizonte, na Rua do Comércio, 255, a distribuidora da cosmética funciona ao lado de lojas de produtos importados e cursos de estética para cabeleiros. A fonte da nova empresa, José Celso, também é mesmo estilo deslumbrado da época em que comandava a Dinâmica Medicamentos e patrocinava eventos para os funcionários até

empresa com a qual ele trabalhava. Rosa de Castro, de 48 anos, que no passado também foi criada como réu em algumas das ações envolvendo a distribuição do Androcur, porque tinha bens em seu nome. O casal passa os fins de semana na luxuosa propriedade que mantém em Quinta do Sunidouro, distrito de Pedro Leopoldo, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O terreno, de 5.900m², deixou de ser um modesto sítio quando recebeu benfeitorias como jardim, cascatas em estilo japonês, piscina e minicampo de futebol.

José Celso também é dono de outra propriedade da região, que abriga cavernas e formações rochosas, entre elas a Gruta do Bani. Segundo o Cartório de Registro de Imóveis de Pedro Leopoldo, as propriedades do casal na região não podem ser vendidas, porque estão bloqueadas pela Justiça. Mas, enquanto conseguirem protelar as decisões judiciais envolvendo o Androcur, nada o impede de continuar frequentando as propriedades.

A reportagem deixou sete recordes com a secretária da administração da Look, desde o início da queda de patama, pedindo explicações sobre o caso e sobre a atuação da Anvisa. Mas ninguém da empresa reconheceu. No início da semana, Maria Nely disse, pelo telefone, que seria muito desgastante falar sobre assuntos relacionados ao Androcur. "Se tivesse, colaria uma fita preta", teria prometido em falar. Mas esse é um assunto difícil, os processos renascem todos dias. "A gente vive com muito trabalho e falta de dinheiro", disse. Em abril deste ano, José Celso foi entrevistado por uma revista especializada em cosméticos e beleza, e foi o único que foi representado como um empresário visionário e vencedor do prêmio de distribuidor do ano da marca Schwarzkopf. Questionado sobre o segredo para fazer sucesso como distribuidor de produtos de beleza, respondeu: "Em primeiro lugar, é necessário ter muito respeito pelo cliente".

A Biotica do Vale do Ouro e laboratório VeaFarm produziram placebos como se fossem Androcur, usado no tratamento de câncer. Quase 1 milhão de comprimidos foram fabricados. O medicamento foi enviado à distribuidora Ação Dinâmica Medicamentos, de Belo Horizonte, que os comprou por preços menores que os praticados pelo fabricante (Schering do Brasil). Os produtos foram revendidos a hospitais. Quando a polícia descobriu, a Anvisa interditou o lote 351 do medicamento. A Ação Medicamentos ignorou e continuou comercializando o lote

FRAUDE DESCOBERTA PELA TV

Elida Dias, 42 anos, Timóteo (MG)

Naquela noite de 1998, Antônio assistiu à antecipação da notícia da própria morte no Jornal Nacional. Ouvindo com a mulher e a filha a chamada para uma reportagem sobre a falsificação de um lote de remédio usado contra o câncer. Escutou a referência ao lote 351. Conteriu-se era o mesmo que tomava havia dois meses, e estava guardado no armário. "Ele não falou nada. Olhou para mim e balançou a cabeça. Como quem diz: 'é o remédio que eu tomo'", lembra a filha, a cabeleleira Elida Dias, 42 anos.

Com pouco mais de 20 anos, Antônio saía de Acucena, no interior de Minas, para trabalhar na barbearia da Acesa, em Timóteo. Ganhou dinheiro suficiente para tirar o pai e os irmãos da roça. Fez a 5ª série quase aos 30 anos, formou-se em matemática. Virou professor e diretor da principal escola da cidade. Ganhou uma troca como coitador de imóveis, teve casa de seresta, foi vereador e até prefeito, período em que determinou a construção da rodovinha da cidade.

A casa onde morava com a mulher e os sete filhos estava sempre lotada para partidas de baralho, churrascos ou

as serestas. Mas, duas vezes na vida, reuniu a família para encontros sérios: no primeiro, contou que estava com câncer; no segundo, que o tratamento não surtira efeito, porque o remédio que comprara na Distribuidora Ação Dinâmica, em Belo Horizonte, era falsificado. Buscara o medicamento na capital porque não queria que as pessoas da cidade soubessem da doença do cidadão ilustre. Na reunião, disse que não queria ver ninguém triste.

Morreu em 18 de maio, data que o filho Marcelo Dias, 38 anos, não esquece, afinal, seu casamento estava marcado para cinco dias depois. O velório lotou o ginásio da cidade. A mãe teve que aprender a cutiprit tapetas como ir ao banco e pagar contas, ao lugar das serestas e viagens com o marido. A casa, antes cheia, permanece vazia, porque ninguém consegue chegar até o portão e não chutar de saúde. Os filhos desistiram de acompanhar o andamento das ações na Justiça contra os responsáveis pela falsificação. "Eles mataram dezenas de pessoas e usam recursos para se safar. Será que ainda vai dar tempo? Vão estar vivos para pagar?"

Para conferir a história da família Dias, sobre o celular e o leitor do QR Code que você vê acima. Entre em contato com a página QR para o número 30025. Em instantes, você receberá um SMS com link para fazer o download do software leitor do código. Depois, com o software, acesse a câmera do seu celular para o código e acesse o conteúdo da história. O custo do SMS é de R\$ 0,31 + impostos. Se é preciso baixar o software uma vez, o celular não precisa estar ligado, mas, cada vez que você o utilizar, estará navegando na Internet, e a sua operadora cobra pelo tráfego de dados.

Editor: Baptista C.
brasil@guianasc
3744-7104/1186/

Brasil

2. **CARIMIRO BASTOS** - Brasília, sexta-feira, 14 de agosto de 2009

PIRATARIA IMPUNE

**FAMILIARES DAS VÍTIMAS DA ADULTERAÇÃO DE MEDICAMENTOS
COBRAM PUNIÇÃO DE EMPRESÁRIOS ACUSADOS PELO CRIME**

THINGO HERON, BANDO ESPECIAL

Moço de bem - Não acreditava que o Brasil se tornaria como este. Já alertei para o risco de uma ditadura e de uma nova Censura, mas não me deu a importância de quem eu era. Hoje, sou um cidadão comum, mas não posso deixar de alertar para o risco de uma ditadura e de uma nova Censura.

fazendo a ocultação de bens do dono
o empresário carioca Múcio D'Almeida.
Comendado à prisão, nunca frequentou
uma cela, porque recorreu em liberdade.
Mesmo caso da empresário José Celso
Machado de Melo, responsável pela
falsificação das Andrekor falsas. Ele viveu
sempre em liberdade, mas, depois de
fugir, foi preso e levado à Anistia com
o nome de José Celso Machado de Melo.

JÚNIOR, MARIA DO AMPARO E ALESSANDRA: REVOLTA COM A MORTE DE RICARDO
DEPOIS DE TER INGERIDO CONTRASTE ADULTERADO PARA FAZER UMA PA

A elaboração do contraste para o anúncio da Omelete Celobor começou pela ideia: seria que um fabricante de produtos de higiene pessoal se interessaria por um produto de culinária? A resposta foi negativa de imediato, mas o grupo não desistiu. Foi preciso fazer uma pesquisa de mercado para avaliar o grau de aceitação do produto. Depois de algumas semanas, a equipe chegou a uma conclusão: a ideia era boa, mas precisava de um diferencial. Foi aí que surgiu a ideia de fazer um contraste entre a culinária e a higiene pessoal. A ideia foi aprovada e o grupo começou a trabalhar na elaboração do anúncio. O resultado foi um anúncio que chamou a atenção do público e gerou uma boa impressão da Omelete Celobor.

Como a fábrica do Laboratório Enla é fechada pouco tempo depois do escândalo envolvendo o Colômbio, vários acusados funcionários e vítimas do medicamento lutam pela apropriação dos bens imóveis que não foram vendidos, mas que ainda precisam ir à leilão. Este processo também se ainda não está depois que um antigo funcionário da empresa, Roberto Reis, decidiu se mudar para a velha fábrica de Aquiré para construí-lo com o pólo, o limão, e mais de 100 cães vadios que se recolhiam pela rua. "Se não vai lá, eles não pagam R\$ 350 mil de indenização", garante.

Advogado de duas das 22 vítimas do

Celebrar, Ricardo Bazzani, engenheiro, a nova estrutura para a empresa, garantindo a seus clientes, através da maior produtividade de seus produtos, a maior qualidade, sob a supervisão de sua empresa e o Laboratório Emla, na base, parte do mesmo grupo econômico da época do episódio investigado e Celso, a fim de garantir a sua linha, a sua fidelidade para a própria Glaxo, em proveito que transcorreu na 2ª Guerra Mundial, no período de 1942-1945, quando os irmãos, em razão do fechamento da fábrica de Propionato de Isobutilo (PIB) em decorrência a partir dos seus negócios pessoais que acabou se encerrando.

A história do Dettol é bem conhecida. O produto foi desenvolvido há mais de 60 anos e é utilizado em todo o mundo para a prevenção e tratamento de infecções. O Dettol é um desinfetante de amplo espectro de ação, eficaz contra bactérias, vírus e fungos. É utilizado em hospitais, escolas, indústrias e em casa. O Dettol é um produto seguro e eficaz, que pode ser utilizado de várias maneiras. Pode ser usado para lavar as mãos, para desinfetar superfícies e para tratar feridas. O Dettol é um produto que pode ajudar a prevenir a propagação de doenças e a manter a saúde e o bem-estar de todos.

Em janeiro deste ano, o diretor-presidente do **Comitê de Defesa da Memória D'Acary**, foi condenado pela 3ª Vara Criminal do Rio a 28 anos de reclusão em regime fechado. Na mesma sentença, o fundador da empresa, Antônio Carlos da Fonseca Silva, responsável pela fabricação da substituição, foi condenado a 22 anos. Mas os dois reverteram da sentença e estão em liberdade, o que motiva parentes e amigos das vítimas. D'Acary não vive mais no hábitus pródigo em que viveu na Barra da Tijuca. O Tribunal de Justiça do Rio teve dificuldades para encontrá-lo. Ele foge de oficiais de justiça, por isso é citada apenas por edital nos processos em que figura como réu.

[illegible]

A CARA DA MORTE

1. ANA CARLA DE SOUZA NASCIMENTO, 9 MESES, ANTIBIÓTICO FALSI
2. RICARDO DIOMEDES, 57 ANOS, CONTRASTE PARA RAO-X
3. JULO GONÇALVES CORRÊA FILHO, 70 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
4. ENÉAS FARIA SOUTO, 84 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
5. ALVINA TEIXEIRA CLEZAR, PRÓTESE FALSIFICADA
6. GERALDO FERREIRA, 70 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
7. BELARMINO MOURA, 73 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
8. THEODORO DE LIMA, 77 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
9. CYRO AMARÃO DOS SANTOS, 77 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
10. ALMIR LOPES FILHO, 60 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
11. AGOSTO DIAS MARTINS, 62 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
12. ACENOR GOMES DO NASCIMENTO, 68 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
13. JOSÉ SUMARÊS HORTA, 61 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
14. ANTÔNIO AUGUSTO DE PAULA, 60 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
15. OTÁVIO ASSIS MARTINS, 63 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
16. RAMUNDO NONATO DE SOUZA, 63 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
17. REJANE LAPOLLI AZEVEDO, 61 ANOS, CONTRASTE PARA RAO-X
18. ALENDRA ISAÍAS DA SILVA, 60 ANOS, CONTRASTE PARA RAO-X

CONTRASTE FATAL

Ricardo Diomedes, 57 anos, Rio de Janeiro

Imagina inversión de contraste para radiografía

...a falta de impunidade
...a falta de famílias das
...a falta de famílias das
...a falta de famílias das

Machado de Melo, responsável pela
distribuição do Androcur falso. Ele abriu
uma empresa de cosméticos, que
também são tratados pela Anvisa como
produtos de saúde. José Celso anda em
carro de R\$ 90 mil e divide os dias de
seu tempo entre o sílio e a gruta que
construiu no rio de São Francisco.

A falsificação do contraste para radiografia de tórax Celobar comprou há anos sem que as famílias das 22 vítimas do medicamento tenham recebido a indenização de R\$ 1 milhão. A empresa, que é controlada por Ricardo Diomedes, não pagou a indenização de R\$ 1 milhão por causa da falta de recursos financeiros.

...a falta de impunidade
...a falta de famílias das
...a falta de famílias das
...a falta de famílias das

Celobar, Ricardo Dezzani, aponta para uma nova estratégia para garantir o pagamento a seus clientes: cobrar a conta da multinacional de medicamentos, a Sanofi-Sintelabo, sob a alegação de que a empresa e o laboratório Eutis fazem parte do mesmo grupo econômico. A ligação entre as duas firmas é feita pela própria Glaxo, em parceria com a que transmitiu na 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em março do ano passado, a nota de propriedade da Sanofi-Sintelabo.

A Sanofi-Sintelabo, por sua vez, não quer pagar a indenização de R\$ 1 milhão por causa da falta de recursos financeiros. A empresa, que é controlada por Ricardo Diomedes, não pagou a indenização de R\$ 1 milhão por causa da falta de recursos financeiros.

...a falta de impunidade
...a falta de famílias das
...a falta de famílias das
...a falta de famílias das

...a falta de impunidade
...a falta de famílias das
...a falta de famílias das
...a falta de famílias das

CONTRASTE FATAL

Ricardo Diomedes, 57 anos, Rio de Janeiro

Na década de 60, Maria do Amparo Diomedes tinha 18 anos quando trabalhava como empregada doméstica e se apaixonou pelo rapaz que passava a noite no quarto do lado da rua, em Copacabana. Coppi nasceu um menino em Anchieta, o primeiro filho de Ricardo Diomedes. O primeiro filho tinha três meses de idade quando se apaixonaram para o casamento de modinha. Construíram uma casa juntos. "Tudo o que eu fazia era para ajudar meu marido". Ela o viu pela última vez bem de saúde às 7h da manhã de uma sexta-feira, em 16 de março de 2003, quando ele saiu para fazer uma radiografia de tórax.

Despediu-se dele de forma de galateia, na rua de casa. Foi levado para o hospital. À noite, já não conseguia falar e precisava se mexer. Amparo ainda não sabia que o filho estava morrendo. Ela não sabia que o filho estava morrendo. Ela não sabia que o filho estava morrendo.

havia ingerido contraste para radiografia adulterado. A verdadeira causa da morte foi descoberta assim. Amparo pensou o "exato da casa", "sup. No Natal, em 1999, quando eu estava com 18 anos, ele me levou para a casa dele. Ele me levou para a casa dele. Ele me levou para a casa dele.

Alexandra, filha de Ricardo, trabalhava em um quiosque de shopping quando, na véspera de Natal, viu Márcio Diomedes, o responsável pelo laboratório fabricante do líquido que matou Ricardo, passeando pelos corredores. O reconhecimento por causa das fotografias de jornal. Apresentou-se como a filha de uma das vítimas do contraste que o empresário produziu, que não tinha mais a quem produzir, que não tinha mais a quem produzir, que não tinha mais a quem produzir.

...a falta de impunidade
...a falta de famílias das
...a falta de famílias das
...a falta de famílias das

Falsificação no quiosque

Em fevereiro de 2002, o laboratório Eutis, filial da Sanofi-Sintelabo, recebeu 6 toneladas de solução de bário do laboratório de Anchieta. A solução de bário é usada para radiografias de tórax. A solução de bário é usada para radiografias de tórax. A solução de bário é usada para radiografias de tórax.

A CARA DA MORTE

1. ANA CARLA DE SOUZA NASCIMENTO, 9 MESES, ANTIBIÓTICO FALSIFICADO
2. EDUARDO COMEDES, 57 ANOS, CONTRASTE PARA RADIO-X
3. JÓLIO GONÇALVES CORRÊA FILHO, 70 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
4. ENÉAS FARIA SOUTO, 84 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
5. ALVINA TEIXEIRA CLEZAR, PRÓTESE FALSIFICADA
6. GERALDO FERREIRA, 70 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
7. DELAMAR HORA, 70 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
8. THEODORO DE LIMA, 77 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
9. CYRO ALMEIDA DOS SANTOS, 77 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
10. ALIX LOPES FILHO, 60 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
11. ANTÔNIO DIAS MARTINS, 62 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
12. ALEXANDRE GOMES DO NASCIMENTO, 60 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
13. JOSÉ GUARARÊS MORTA, 61 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
14. ANTÔNIO AUGUSTO DE PAULA, 60 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
15. OTÁVIO ASSIS MARTINS, 66 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
16. RAFAEL MONTATO DE SOUZA, 63 ANOS, REMÉDIO PARA CÂNCER
17. REJANE LAPOLI AZEVEDO, 61 ANOS, CONTRASTE PARA RADIO-X
18. ALDENORA ISAIAS DA SILVA, 60 ANOS, CONTRASTE PARA RADIO-X
19. MARIA RUFFINO DE OLIVEIRA, 76 ANOS, CONTRASTE PARA RADIO-X
20. OTÁVIO GONÇALVES DE LIMA, 69 ANOS, CONTRASTE PARA RADIO-X
21. JOSÉ PEDRO MATEUS, 68 ANOS, CONTRASTE PARA RADIO-X
22. EDUARDO NASCIMENTO, 68 ANOS, CONTRASTE PARA RADIO-X
23. ANTÔNIO DE OLIVEIRA SILVA, 67 ANOS, CONTRASTE PARA RADIO-X
24. JOSÉ FERREIRA RODRIGUES, 66 ANOS, CONTRASTE PARA RADIO-X
25. ALDENORA DA SILVA, 60 ANOS, CONTRASTE PARA RADIO-X
26. IGVALDO FRANCISCO DELCHOR, 64 ANOS, CONTRASTE PARA RADIO-X
27. MARIA PERCELA GOMES DE MORAIS, CONTRASTE PARA RADIO-X
28. ADÉLIA GONÇALVES QUEIROZ, CONTRASTE PARA RADIO-X

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, só uma informação: gostaria que V. Ex^a me dissesse minha ordem de inscrição, por obséquio, Presidente Mão Santa,...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...grande Líder do Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Opa, pois não. V. Ex^a está no art. 17. Isso é um prêmio, significa dizer que V. Ex^a atuou inúmeras vezes em defesa do povo do Pará e do Brasil.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Então, eu tenho que esperar, logicamente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O povo brasileiro é que vai esperar para ouvi-lo. E está atentamente aguardando.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado. Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas eu queria dizer a V. Ex^a, e eu me adapto aqui, Senador Maciel, que este Senado é muito importante. Eu recebi inúmeros *e-mails*. Agora mesmo nós ouvimos o Mozarildo, que mostrou as suas preocupações com todos os aspectos do Brasil, principalmente com a saúde, e enalteceu o Exército. Eu quero dizer que me sinto orgulhoso e engrandeço este Senado quando eu vou receber a maior comenda, no dia 25 de agosto, representando o Senado da República. Há poucos dias, tive a honra de receber a maior comenda da Marinha. E agora, o Exército. Então, nós somos o Senado.

Mas eu queria ler um *e-mail* desse, naquele significado, para você ver como o Brasil todo está atento. Ele é de Aristides dos Santos, de Guararema, São Paulo, de ontem, 13 de agosto.

Senador Mão Santa, venho, mais uma vez, até V. Ex^a admirando a sua grande competência que presta neste Senado Federal do Brasil. Parabéns! Mão Santa, eu, como um radialista, estou notando uma falha no plenário, grave: quando o Parlamentar está falando no microfone, outros discutem ao lado, atrapalhando que o mesmo se concentre na pauta discutida pelo Senador.

Senador Mão Santa, gostaria muito que esta chegasse até o plenário, às mãos do Presidente José Sarney, para que o mesmo tomasse medidas cabíveis ao assunto, para

que tenhamos nítidas as palavras ditas pelos Senadores discutindo a pauta.

Então, para você ver: um radialista atento mostrando que, quando um orador está na tribuna, temos que nos concentrar.

Mão Santa, desculpe meu atrevimento neste. Obrigado. Que Deus abençoe V. Ex^a e toda a sua família. Que Deus proteja nosso querido Piauí. Abraço forte.

Aristides dos Santos.

Então é isso.

Cadê o Alvaro Dias? Alvaro Dias, V. Ex^a poderia ser o primeiro Presidente da República do Paraná. O Paraná nunca deu um Presidente da República. E esse negócio aí de São Paulo e Minas, a virtude está no meio. Mas V. Ex^a tem que ser justo. Atentai bem, olhe para cá, desligue aí esse computador.

Olha aqui o *Jornal do Senado*. Um quadro vale por dez mil palavras.

Charles de Gaulle, no imbróglio da Segunda Guerra Mundial, em que foi a França atropelada, dinamitada, bombardeada por Hitler, Mussolini e Japão, ele teve que ir embora para Londres. E ele disse uma frase Mário Couto: "Os maiores inimigos da França estão em Paris". De Londres, ele conseguiu unir os franceses e fazer a resistência popular e a vitória.

Então, aqueles que ficam aqui só falando mal estão sendo enquadrados.

Aqui pode ter joio, mas o trigo é mais abundante e melhor.

Então, eu queria dizer: V. Ex^a, que é do PSDB, mas o PSDB tranquilo, o PSDB feliz, o PSDB da satisfação, o PSDB de Fernando Henrique Cardoso, que eu admiro, que é um grande estandarte.

Atentai bem, olha para cá. O Senado da República: ele nunca antes teve uma Mesa Diretora tão competente e que eu estou aqui representando. Acabei de receber um telefonema do Heráclito Fortes. Nunca antes este Senado se reuniu às sextas-feiras. Acabamos de ouvir um pronunciamento brilhante que consolida o Senado. Onde Roraima ia aparecer num regime unicameral? Não, o regime unicameral é o Parlamento de São Paulo, do Rio e de Minas e acabou.

A ignorância é audaciosa.

Mas olha aqui o Senado. A Mesa Diretora... Ô, Alvaro Dias, sei que você está no computador, mas isso é mais importante. Olha aqui: reunidos ontem o Presidente Sarney; do seu lado direito, um dos maiores valores do PSDB, Marconi Perillo, eficiente, capaz, competente; Serys, do PT; Heráclito Fortes e Mão Santa. A Patrícia saiu, convocamos o César Borges, viu, Mozarildo? Ele é uma experiência, um patrimônio

nio administrativo do País. Talvez tenha sido o melhor Governador da história. Industrializou, levou a Ford. O João Vicente não pôde comparecer, porque foi ser padrinho de casamento, aí convocamos, do PSDB, o nosso suplente Cícero Lucena, ex-Prefeito de João Pessoa, extraordinário vice-Governador. Então, essa é a Mesa Diretora. O Presidente Sarney funciona assim como um Dunga. Ontem, Mário Couto, nós avançamos muito. E o Heráclito Fortes, com quem me comuniquei agora, irritado, com indignação. É como dizia o Che Guevara: “Se és capaz de tremer por indignação por uma injustiça que ocorra em qualquer lugar do mundo, és um companheiro”.

“Mesa manda investigar 468 atos secretos.” Esse negócio de ato secreto está desmoralizado. Não existe, eu sempre disse. Ô, Mário Couto, V. Ex^a há de ser Governador. Também andaram dizendo no Piauí: se existe uma empresa que imprime os contracheques – no Brasil é a Dataprev; lá no Piauí é a Prodepi –, se há um diretor, se esse diretor é administrada pelo Secretário de Administração, se passa pelo Secretário de governo, vai para a Secretaria de Fazenda para ver se tem fundo, manda para o banco pagar e recebe-se no banco, como pode ser secreto? Você entendeu o negócio? Eu conheço como funciona isso. Recebe no banco o dinheiro. E para receber no banco, existe a empresa onde todos os governos imprimem o contracheque. É a Dataprev no Brasil e o Prodepi no Piauí. Se há um diretor, que é fiscalizado pelo Secretário de Administração, que é fiscalizado pelo Secretário de Governo, que manda tudo para o Secretário de Fazenda ver se tem fundo, e o Secretário de Fazenda manda para o banco, como pode ser secreto? Isso é idiotice, ignorância, pouco conhecimento! A imprensa está aqui para aprender. Nós somos os pais da Pátria. Não existe, é pago no banco. Agora, foram desmoralizados. Toda essa campanha idiota, idiota, imbecilizada. Se é pago no banco, o que tem de secreto? Pode haver um erro administrativo de um funcionário que não publicou aquilo. Mas secreto? Fui Governador.

O Zezinho – eu vou pedir aqui para termos pelo menos um quadro, porque ele é simpático, olha aí – está como ato secreto. O Zezinho! Então, levou ao ridículo toda a imprensa, todos que fazem oposição com esse negócio. O Zezinho; não existe ato secreto. Ele não tem nenhum padrinho político. É o trabalho. Então, algum funcionário a quem competia, no dia, publicar o negócio dele não publicou. E daí? O fato é que faz a lei. Isso é elementar. Está aí o Zezinho. Ato secreto. O Zezinho não existe.

Olha, quando eu fiz o milésimo discurso ali, Mozarildo – vou escrever no meu livro –, ele chegou e

disse: “Mil discursos, e cinco mil cafés que eu sirvo para V. Ex^a. Então, é este o Zezinho.

E Heráclito Fortes reagiria assim: Mesa manda investigar. Agora, tudo que é frustrado, que caíram, que perderam eleição, ei, ei, ei, xingando. Foram atingir agora o finado Antonio Carlos Magalhães. É muito fácil. Ah, eu queria ele em vida aqui. Eu queria que alguém tivesse a coragem daquele homem que enriqueceu esse cenário político. Como administrador, foi dez; como legislador, ele que fez a lei do Fundo de Combate à Pobreza.

Se há esse dinheiro do Bolsa Família, foi Antonio Carlos Magalhães. E isso não conta! Diz-se que ele fez ato secreto. E vou dizer: ô homem de coragem!

Ô, Álvaro Dias, olha aí a CPI! Ele que fez a CPI do Judiciário; ele que nos mostrou o Lalau da vida. Mas, não! Agora, Antonio Carlos Magalhães fez ato secreto! Eu queria ver quem diria isso se ele estivesse aqui, em vida. Aí, sim! Aí teriam coragem os homens da imprensa!

O Heráclito, então, manda investigar. E, terminando, ele disse que isso é sabotagem e molecagem.

Zezinho, V. Ex^a acabou com essa história toda. Desmascarou! Zezinho existe e é o exemplo do servidor.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Depois, eu pediria para o Mozarildo vir assumir a Presidência e passar a palavra para mim, porque hoje é dia da minha cidade, Parnaíba. Se eu não falar, estou ruim.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, digno representante do grande Estado do Piauí; Srs. Senadores presentes, no último dia 6 do corrente mês, eu vim à tribuna, Senador Mozarildo, registrar os 107 anos do início da revolução acreana. Fiz também, com muito prazer, uma saudação especial ao povo boliviano. Esta data, 6 de agosto, é a data nacional da Bolívia.

Infelizmente, para conquistarmos, para fazermos do Acre um território brasileiro, pegamos em armas contra a Bolívia, contra o povo boliviano – digo infelizmente.

Fiz questão de fazê-lo em respeito ao povo boliviano, em respeito àquele grande país fronteiriço. Mas há fatos, Senador Mozarildo, que me vêm preocupando. Vou ilustrá-los com matéria produzida pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Uma delas, publicada no Folha Online de ontem: “Bolívia expulsará 20 famílias brasileira da fronteira, diz Vice-Ministro.”

A matéria é curta:

O Ministério de Terras da Bolívia anunciou nesta quinta-feira que irá despejar 20 famílias de brasileiros que moram no povoado de San Ignacio de Velasco, no departamento (Estado) de Santa Cruz, no leste do país. Conforme o governo boliviano, elas se assentaram ilegalmente em território boliviano [...].

“Os assentamentos de brasileiros em Velasco, Santa Cruz serão despejados muito em breve. Em uma ou duas semanas, será pela força”, declarou o vice-ministro de Terras boliviano, Alejandro Almaraz, em entrevista a rádio boliviana Erbol.

Não sei se tem procedência essa afirmação da autoridade boliviana, mas, se tiver, pergunto: por que tanta truculência, Senador Mozarildo? Por que essa truculência? Por que essa disposição para a truculência, para a violência?

No Brasil, abrigamos milhares e milhares de bolivianos; com muito prazer, com muita satisfação. São homens e mulheres, crianças, jovens, velhos, que estão aqui, vivendo, trabalhando e merecendo o respeito do Governo brasileiro e do povo brasileiro. Milhares e milhares.

Portanto, já começo a me preocupar e ressalto aqui a possibilidade de a autoridade não ter dito isso, não ter se expressado dessa forma, porque, às vezes, a imprensa colhe manifestação e se equivoca na tradução dessa manifestação. Mas, se ela for procedente, pergunto daqui: por que a manifestação de truculência? Vinte famílias serão despejadas, e a autoridade boliviana está dizendo que pela força.

Senador Mozarildo, quando falamos em brasileiros na Bolívia, alguém pode dizer: “É gente que está lá há um mês, há um ano.” Não! Há brasileiro hoje, Senador Mozarildo, que é mais boliviano do que brasileiro. São milhares de pessoas e de famílias que estão lá há 30, 40, 50 anos. E até mais. Fixaram-se por ali, nas franjas da fronteira. Alguns adentraram mais um pouco e estão vivendo, tentando contribuir, inclusive, com a Bolívia, produzindo alimentos, colhendo seringa, colhendo castanha, enfim, envolvidos em atividades produtivas.

A notícia da *Folha* vai mais além, no sentido de esclarecer o que está se passando na Bolívia.

Diz o *Folha Online*:

Há uma semana, Brasil e Bolívia coordenam com a Organização Internacional de Migrações (OIM) a mudança de outras cerca de 1.500 famílias brasileiras que vivem perto da fronteira entre ambos os países na região de Pando, na Amazônia boliviana, fronteira com o Brasil. O plano prevê o assentamento

destas famílias em terras no interior da Bolívia ou no Brasil e será executado entre outubro e dezembro próximos.

A medida responde ao novo texto constitucional boliviano promulgado em fevereiro passado, segundo o qual nenhum estrangeiro pode adquirir ou ter propriedades em território nacional sob usufruto em uma faixa de 50 km a partir da fronteira.

Digo logo, aqui, com a maior tranquilidade: é um direito do povo boliviano estabelecer, na sua Constituição, aquilo que acha adequado do ponto de vista da ocupação territorial, inclusive em faixa de fronteira. Agora, que preocupa, preocupa, Senador Mozarildo, a forma como as coisas podem vir a acontecer. Temos notícias preocupantes. Pessoas que ocupam pequenas propriedades na Bolívia têm recorrido a autoridades estaduais em meu Estado e federais também no sentido de buscar amparo, para que isso tudo ocorra sem traumas, sem violência, sem truculência.

O povo boliviano tem todo o direito de fixar o que entende acerca da ocupação do seu espaço territorial, mas precisamos sempre estar em sintonia com o princípio da reciprocidade, com o princípio da convivência pacífica. Repito aqui, para que as pessoas saibam do que estamos falando: não se trata de 1,5 mil famílias que estão ali há 1 mês, há 6 meses, há 1 ano. São 1,5 mil famílias que estão ali, Senador Mão Santa, há 30, 40, 50 e até mais anos, produzindo inclusive, contribuindo para o progresso e o desenvolvimento da Bolívia. São pessoas que, hoje, são mais bolivianas do que brasileiras. Então, toda a sua vida naquele espaço territorial.

Senador Mozarildo, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a traz aqui uma denúncia, posso chamar assim, porque, embora diga que não acredita na afirmação da autoridade boliviana, é uma coisa gravíssima. Aliás, estamos assistindo, com complacência do nosso Governo, a episódios de xenofobia ao nosso redor que vão se agravando. Eu me lembro, alguns anos atrás, quando era vivo ainda o Governador Ottomar Pinto, que fomos à Venezuela. O Governador levou uma pauta para fazer uma abertura de diálogo com o Presidente Chávez. Ele nos recebeu muito bem, cortês, chamando o Governador de “meu general”, porque nosso Governador era Brigadeiro do Ar, da Aeronáutica; e ele, coronel. Mas foi muito cortês com todo mundo. Fui acompanhando; foram deputados estaduais, e o Governador foi levar essa pauta de reivindicações. E ele fez uma observação, no meio de muitas aulas que ele deu de História e de Geografia, disse para o Governador: “Sei que V. Ex^a é de um parti-

do contrário ao de Lula, mas fale para Lula se esforçar para mudar a imagem do Brasil junto aos seus vizinhos, que veem o Brasil como um império. Aliás”, disse Chávez, “o Brasil já foi um império mesmo, não é?” Para amenizar e dizer que foi um império no sentido de ter tido um regime imperial, no período de D. Pedro I e de D. Pedro II. Mas esses casos estão, devagarzinho, ao nosso redor, agravando-se. Recentemente, foi com os “brasiguaios”, lá no Paraguai. Com pessoas que estavam lá há várias gerações. Agora, é na Bolívia. Como é que se chamam lá os brasileiros? “Brasilivianos”? É uma mistura de brasileiros e bolivianos. Essas pessoas que foram para lá não foram como bandidos, foram para lá para se instalarem e produzirem. Como vi, no caso do Paraguai – e não sei se é exatamente a mesma coisa lá –, foram primeiramente do Rio Grande do Sul, do Paraná, levaram suas máquinas e começaram a produzir. Como disse V. Ex^a, de repente, o país pode mudar de idéia, mas uma Constituição, qualquer lei, aliás, não pode retroagir para prejudicar uma situação de fato, de direito, que já existia. Então, tem de haver um tratamento de respeito. Como não tem havido, por parte do Governo brasileiro, que se inspira na cabeça do Sr. Marco Aurélio, que é o assessor e que substitui o Itamaraty, na verdade, para assuntos internacionais, e que nós sabemos, inclusive...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É o Itamaraty do b, não é?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Eu diria que é até o Itamaraty do a, porque fala primeiro do que o Itamaraty. Quando há um problema, o Lula o manda falar sobre os assuntos, depois é que vem o Ministro Celso Amorim. Então, queria sugerir a V. Ex^a que convidássemos o Embaixador da Bolívia para vir à Comissão de Relações Exteriores, da qual V. Ex^a é Vice-Presidente e de que tenho a honra de ser membro, para nos explicar uma coisa que diz de perto ao Estado de V. Ex^a, mas que tem uma importância muito grande para o Brasil. O Governo do Brasil tem sido muito condescendente. Quando a própria Bolívia resolveu invadir... Com a Petrobras, aqui, eles fazem um auê, uma coisa que ninguém pode tocar, ninguém pode investigar. Quando Evo Morales invadiu a base da Petrobras na Bolívia, o Governo brasileiro não fez nada, absolutamente nada. Aumentou o preço do gás, e o Governo brasileiro aceitou. Está importando gás liquefeito para transformar em gás de consumo, para continuar comprando gás caro da Bolívia. Então, acho que temos uma responsabilidade, aqui, como representantes da Federação de fato, de não deixar esses casos passarem em branco. De repente, a atitude de um aqui, de outro acolá: “Ah, é com a Colômbia, não tem nada a ver com a gente”; “Ah, é com a Venezuela,

não tem nada a ver com a gente”; “É com Honduras, não tem nada a ver com a gente”. Daqui a pouco, isso causa um efeito dominó. O Governo brasileiro aceitando transgressões quando são de companheiros deles, mas condenando quando não é feita por companheiros deles. Então, quero, como brasileiro, como Senador da República, dizer a V. Ex^a que gostaria de me colocar à disposição de V. Ex^a para que convidássemos o Embaixador da Bolívia para vir explicar esse fato. Porque não fizemos isso com o Embaixador do Paraguai. Precisamos ter um diálogo. Espero que o Embaixador não tenha a mesma atitude que teve o Embaixador da Venezuela, que mandou uma carta malcriada para a Comissão de Relações Exteriores, que resultou num protesto nosso de devolver a carta para o Embaixador. Então, espero que o Embaixador da Bolívia seja uma pessoa preparada, educada e venha à Comissão prestar esclarecimentos. Nós não estamos intimando o Embaixador, mas convidando-o para que ele venha prestar esclarecimentos à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Mozarildo, agradeço muito o seu aparte e V. Ex^a me deixa muito confortável, numa situação muito confortável, porque, ao final da minha fala, eu ia anunciar exatamente o meu propósito de protocolar, na nossa Comissão de Relações Exteriores, um requerimento para que o Embaixador boliviano seja convidado a comparecer à nossa Comissão e prestar esclarecimentos, civilizadamente. E quero aqui dizer, Senador Mozarildo, que a minha fala, a expressão da minha preocupação aqui, de forma alguma, deve significar tentativa de ingerência nos assuntos internos da Bolívia. Não se trata disso. Agora, nós temos o dever de olhar para os nossos concidadãos brasileiros que estão em território brasileiro e fora dele. Nós temos o dever de zelar pela integridade deles em qualquer parte, onde eles estejam. No caso aqui, existem milhares de brasileiros na Bolívia numa situação que começa a preocupar, com ameaças inclusive de uso da força para desalojar pessoas que estão há dezenas de anos produzindo em território boliviano. Essa é a minha preocupação, Senador Mão Santa. De forma alguma, advogo aqui a necessidade de ingerência nos assuntos internos da Bolívia. Pelo contrário, respeito muito o povo boliviano, nosso vizinho na fronteira com o Acre. Institucionalmente, temos também a necessidade de olhar com respeito para o Governo boliviano, que foi eleito pelo povo boliviano.

Agora, não podemos, de forma nenhuma, admitir que fatos dessa natureza tomem vulto, tomem corpo, sem que haja uma providência de parte do Governo brasileiro, do Poder Público brasileiro, no sentido de res-

guardar a integridade de cidadãos e cidadãs que estão em território boliviano, como eu disse, não traficando, não exercendo atividade bandida, mas produzindo, Senador Mão Santa. E são pequenos produtores. Aliás, fico de orelha em pé quando se trata de pequenos produtores, seja na Bolívia, seja em nosso País. São pessoas que, ultimamente, são tratadas até com certo preconceito. Até com certo preconceito!

Portanto, aproveitando a sugestão que deixa aqui o Senador Mozarildo, Senador Mão Santa, eu quero anunciar à Casa que, semana que vem, vou protocolar um requerimento, na Comissão de Relações Exteriores, para que o Embaixador da Bolívia seja convidado a vir a essa Comissão, a esta Casa, prestar esclarecimentos sobre o que está acontecendo. Tenho notícia, de parte do Itamaraty, de que o Governo brasileiro destinou recursos para que a movimentação, o reassentamento de brasileiros, seja na Bolívia, seja no Brasil, seja feito de forma a não traumatizar, de forma a não causar maiores problemas a essas famílias; se for o caso até com indenizações pelos serviços prestados, pelo trabalho já realizado.

O que não pode é pessoas que trabalham e lutam no dia a dia, brasileiros que estão em território boliviano, serem tratados como se fossem o quê? Ora, não é possível. Temos de ter grandeza, temos de ter consideração com pessoas.

A Constituição boliviana estabeleceu novos parâmetros, estabeleceu a necessidade de reocupação de forma distinta da sua faixa de fronteira? Que seja. Mas isso não pode resultar em agressão ou em violência contra famílias de brasileiros que estão lá preocupadas com o seu futuro, com a sua sorte. Os Governos do Brasil e da Bolívia precisam se entender no sentido de resguardar, primeiro, a integridade dessas pessoas e, segundo, levar em consideração o que elas fizeram nestas últimas dezenas de anos.

Não é possível jogar fora, Senador Alvaro Dias, uma vida inteira de trabalho e de labuta ladeira afora. Essas pessoas precisam, no trato dessa questão, levar em consideração isso. Não são pessoas que estão traficando lá na Bolívia. São pessoas que estão trabalhando, dando duro, inclusive contribuindo para o progresso e o desenvolvimento daquele país.

Portanto, quero anunciar aqui o propósito de, na semana que vem, protocolar um requerimento na Comissão de Relações Exteriores para que o Embaixador da Bolívia seja convidado e, talvez seja o caso também de representantes do Itamaraty, a fim de que possamos, no âmbito da Comissão, esclarecer essa questão e, quem sabe, contribuir para que esse processo seja o mais cristalino, o mais tranquilo possível, sem trau-

mas, sem confusão e sem agressão aos brasileiros e brasileiras que estão em território boliviano.

Senador Mão Santa, era o que eu tinha a dizer e trazer a esta Casa no dia hoje. Agradeço a consideração de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Passo a Presidência ao Mozarildo Cavalcanti, porque vou querer saudar minha cidade e anuncio já, de antemão, os oradores...

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira de Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra o Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros, aqui e que nos assistem pelo fabuloso sistema de comunicação do Senado.

Hoje, 14 de agosto, é o dia mais importante para mim. Sêneca, Sêneca, Sêneca, aquele, Senador Geraldo Mesquita, que disse: “se você não sabe para que porto vai, vento nenhum lhe ajudará”. Aquele que educou muitos reis. Sêneca disse o seguinte, ele não era nem de Atenas – de Sófocles, de Hipócrates, de Aristóteles, de Platão, e nem de Esparta, daqueles 300 que defenderam a Grécia. Ele disse o seguinte – ele não era nem da grande Atenas nem da belicosa Esparta, era de uma cidade –: “não é uma cidade pequena, é a minha cidade, é a nossa cidade”.

Hoje é o aniversário da cidade de Parnaíba e, dia 16, de Teresina. Parnaíba é mais velha que Teresina oito anos, porque Teresina foi a primeira capital planejada deste País. Olhai o mapa. Todos do Nordeste são na praia. Teresina é no meio do Estado, como o coração é no meio do corpo. A inteligência do povo piauiense, com o apoio do interventor, na época, Saraiva, que já vinha de Sergipe, tirou a capital de Oeiras para Teresina, planejada, e depois foi Primeiro Ministro na Guerra do Paraguai. Saraiva, o baiano que fundou Teresina. Mas Parnaíba antes. Ela faz 165 anos hoje.

Eu adorei o grandioso Pará, naquela festa de amor que foi o casamento de Mário Couto, adorei a gente, adorei a natureza, momento de felicidade. Mas também em Parnaíba Deus nos privilegiou: verdes mares bravios, brancas dunas, ventos que nos acariciam, sol que nos tosta, rio que nos abraça, muitas lagoas. É o aniversário. Mas como Sófocles dizia: Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é a gente.

Atentai bem! Ali está Rui Barbosa. Se tiver um brasileiro – Geraldo Mesquita, V. Ex^a está em vida, não podemos fazer isso – mas que se bote um busto lá de Rui Barbosa. Esse homem nasceu lá na Parnaíba. O jurista, que foi Presidente do Supremo Tribunal Federal na época mais difícil, a ditadura.

Aqui também de lá saiu um homem extraordinário que foi Ministro do Planejamento no período revolucionário. Foi a luz, foi o farol e trouxe o desenvolvimento.

O primeiro PND e o segundo PND.

Então, os seus filhos ilustres aí estão a inspirar. Queríamos devotar a toda aquela gente parnaibana, agradecermos a Deus por ter nascido lá, ter casado com uma mulher da Parnaíba e ter os filhos todos parnaibanos. E ter minha vida devotada lá. Os anos de infância, só saí para buscar ciência, para, com ciência e consciência, servimos àquela gente, como médico, como cirurgião, como deputado que fomos e como prefeito.

Fé sem obra já nasce morta. Quando prefeito, eu fiz uma pavimentação poliédrica, que eu quero crer, Mozarildo, e eu lhe estímulo a governar o seu Estado, porque Tiago, o apóstolo, disse: Fé sem obra já nasce morta. A metade do calçamento de Parnaíba foi feita na minha administração como prefeito, tão eficaz, tão eficiente, que saí de lá, voltei para o consultório e, Geraldo Mesquita, dois anos depois eu era eleito governador do Estado do Piauí. Tive na minha cidade 93,84% dos votos. Essa é a gratidão, e aqui estamos, não é? E, dois anos depois de prefeito, estávamos, com a força do povo do Piauí, governador do Estado do Piauí. Transformamos aquele Estado, Deus nos permitiu criar 78 novas cidades, 78, Geraldo Mesquita. Povoados transformados em cidades.

Além disso, tudo o que se vê numa cidade, avenidas, praças para se namorar, mercado para comercializar, além do que se vê, escolas para educar, hospitais para promover saúde, cadeia para ordem, o essencial é invisível aos olhos. O mais importante quando se transforma povoado em cidade, Mário Couto – vai ser o próximo governador do Pará – é transformar homens do campo em líderes, vereadores, prefeitos, vice-prefeitos. Há o exemplo de Campo Maior, que é a nossa cidade histórica da Batalha do Jenipapo, a batalha da unidade do Brasil. Joãozinho Félix foi prefeito de uma dessas cidades, Jatobá. Eu me lembro quando a criei, só havia capim, jumentinho, e ele a transformou e foi reconhecido. E hoje é um extraordinário prefeito de Campo Maior, pela quarta vez, foi duas de Jatobá e duas de Campo Maior, e é líder do PPS, um extraordinário líder com perspectivas invejáveis na política, ele e seu irmão.

Então, são essas coisas. Implantei no Piauí, em Teresina principalmente, em Parnaíba, que são as maiores cidades, a semente mais importante, a do saber. Geraldo Mesquita, criamos quatrocentas faculdades no Piauí. Criamos trinta e seis campos universitários.

No último vestibular que eu presidi, 65 mil brasileiros foram tentar o vestibular. Treze mil vagas para o filho do pobre ser doutor. Hoje, a desgraceira. Ô Mário Couto, no Piauí, bem pior do que essa ventania que já passou no Pará – atentai bem –, de treze mil vagas, hoje só tem três mil na Universidade do Estado do Piauí, a UESPI.

Então, é isso. Nós queremos homenagear essas duas civilizações. Parnaíba, esse amor todo, e a transformamos em uma cidade universitária, levamos a energia que era de 69 KW para 138, a exemplo dos seus ilustres filhos Evandro Lins e Silva, o extraordinário homem do Direito, do Piauí, e João Paulo Reis Veloso; Chagas Rodrigues, na Parnaíba; Alberto Silva, que está com noventa e tantos anos e ainda preside o PMDB, embora eu ache que ele devia ter tirado licença e ter dado o lugar para mim, não é?

Mas são gentes do Piauí e de Teresina, e o melhor dos jornalistas da história deste Brasil: Carlos Castelo Branco. No período mais difícil, ele, fechada esta tribuna, usava a sua pena para ressuscitar a democracia.

Então, essas são as qualidades ligeiras. E quero lhe dizer o seguinte, atentai bem, ô Alvaro Dias! Aprenda aqui, agora. Eu me lembro quando Fernando Henrique Cardoso visitou o Piauí. Eu era Governador. Naquele tempo, esse PT foi para o palácio. Fora FHC! Fora! E eu, Governador. E o PT me votou até no segundo turno, não é? Foi contra o DEM. Eu fui para o segundo turno, e eles votaram em mim, não é? E eu sempre fui aberto.

Mas olha essa. Eu me lembro que no palácio... Fora, FHC! O Presidente da República. E eu ali, naquele, vamos dizer, traduzindo a alegria do povo do Piauí e rejeitando aquela manifestação contra o Presidente da República.

Aí eu contei: Presidente Fernando Henrique Cardoso, houve um Embaixador muito importante do Brasil, Sr. Frederick Clark. Ele morreu de câncer. Ele, por ter sido amigo de Osvaldo Aranha, naquele tempo, reconheceu Charles de Gaulle, ele só foi embaixador de grandes cidades. Da Itália, lá do Papa; de Paris, Londres e Buenos Aires. Ele teve um câncer, foi morrer na Parnaíba. E ele escreveu um livro. As duas melhores cidades do mundo começam com a letra “p”. Olha aí, Jerônimo! Ele é que disse, o Embaixador. Paris e Parnaíba.

E houve aquela manifestação hostil do PT a Fernando Henrique Cardoso, que visitava o Piauí, e eu o

recepcionava no Palácio. Havia faixas, havia gritarias, e aí falei lá, no terraço do Palácio, diante dos manifestantes: enquanto o Embaixador dizia que as duas cidades melhores do mundo começavam com a letra pê, Parnaíba e Paris, eu me confesso, como Governador do Estado, em desacordo. Eu me confessava ali, diante do Presidente da República, que era do PSDB, eu me confessava que era PT: que, para mim, as duas melhores cidades do mundo eram Parnaíba e Teresina. Então, eles ficaram...

Com a palavra o Geraldo Mesquita, que teve o privilégio de conhecer as duas cidades. Acompanhei-o com sua encantadora esposa por Parnaíba e por Teresina, e queremos convidá-los a voltar lá.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a tem razão: foi um privilégio para mim conhecer a cantada em prosa e verso Paranaíba, do Piauí, terra abençoada, terra bonita, terra gostosa. Associe-me a V. Ex^a e ao povo de Parnaíba por comemorar mais um ano de existência. Quero dizer, Senador Mão Santa, que, da Paranaíba, eu já tinha uma referência assim muito forte até mesmo antes de conhecer V. Ex^a, do saudoso ex-Governador Chagas Rodrigues, Senador, ex-Senador, uma pessoa de caráter sólido, uma referência na política brasileira. E o tempo tende a fazer com que as pessoas esqueçam, mas não devemos esquecer pessoas como Chagas Rodrigues, que veio da Parnaíba, tornou-se Senador, Governador do seu Estado. E agora mesmo, contemporaneamente, tive o privilégio também e o prazer de conhecer V. Ex^a, um Parlamentar, um homem público da maior simplicidade como é o povo do Piauí, como é o povo brasileiro. Por isso é que V. Ex^a é uma pessoa tão popular, tão festejada nos quatro cantos do País. No meu Estado, no Estado do Senador Alvaro Dias, no Pará do Senador Mário Couto, em qualquer lugar, V. Ex^a é uma pessoa festejada. Há pessoas que o criticam por uma coisa ou outra. Ninguém tem a unanimidade, é verdade. Mas eu tenho certeza absoluta de que a grande maioria do povo brasileiro tem por V. Ex^a muita admiração, muito apreço pelo que V. Ex^a fez pelo Piauí, pelo que V. Ex^a faz aqui no Senado Federal. Quanto à referência que V. Ex^a fez, confesso que eu desconhecia esse aspecto muito peculiar da escolha da capital do Piauí. Teresina, de fato, talvez seja a única capital que não está...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ela que foi inspiração para Goiânia, inspiração para Brasília, para Belo Horizonte e Palmas.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Mas, o fato de ela não estar à beira-mar, como as outras capitais nordestinas, é uma coisa muito interessante de fato, é um sentimento de integração que talvez tenha grassado mais no Piauí do que nos de-

mais Estados, e eu parabeno o povo do Piauí por isso. A iniciativa que V. Ex^a mencionou da criação da universidade estadual é uma coisa interessantíssima. Estive conversando, há poucos dias, com o Deputado Estadual Chagas Romão, do meu Estado, do nosso Partido. Ele sonha há muitos anos com a instalação de uma universidade estadual em nosso Estado. Temos uma universidade federal, que supre boa parte da demanda, e também escolas privadas de ensino superior. Mas há uma grande parcela de jovens da população, Senador Mão Santa, que ainda anseiam pela instalação de uma universidade estadual. V. Ex^a tomou essa iniciativa quando Governador. O Deputado Chagas Romão, uma pessoa muito diligente, anda em busca de fazer com que nosso candidato ao Governo do Estado, o Vereador Rodrigo Pinto, encampe a ideia de, sendo eleito, trabalhar pela instalação de uma universidade estadual em nosso Estado, que – tenho certeza absoluta – viria suprir grande parte da demanda e do anseio do jovem e da jovem acreana por um ensino superior de qualidade. O Vereador Rodrigo Pinto, nosso candidato ao Governo do Estado, é muito sensível à questão. Atualmente, ele realiza uma maratona pelo interior do Estado. Saiu ontem de Rio Branco de motocicleta – imagine –, numa caravana com muita gente, percorrendo o interior do Estado. Tenho certeza absoluta de que ele está discutindo com a população temas como esse, de fundamental importância para aqueles que estão, inclusive, no interior do nosso Estado, muitas vezes querendo frequentar uma escola superior sem poder. O Vereador Edmundo Pinto, nosso candidato ao Governo pelo PMDB, Senador Mão Santa, deve ter pernoitado em Manoel Urbano, às margens do Purus, de ontem para hoje. Hoje prossegue a viagem até Feijó, onde se realiza, lá no nosso Estado, o Festival do Açaí, e, em seguida, vai até Cruzeiro do Sul. De motocicleta! São 600 quilômetros aí de estradas, grande parte delas de terra ainda, não pavimentadas, na busca de fixar idéias, de colher idéias para o planejamento do seu possível Governo. Quero aqui registrar, com muita satisfação, que V. Ex^a, quando dedica o seu Governo a promover educação no seu Estado, como fez, eu tenho impressão de que isso, em grande parte, se resolve na admiração que o povo do Piauí tem por V. Ex^a. Portanto, associe-me a V. Ex^a nas congratulações ao povo de Parnaíba, do Piauí, festejando com a população de lá, com a população do Piauí, com V. Ex^a, mais uma passagem, mais um ano de existência daquele grande Município.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, essas são... E os presentes eu os dei, quando fui Prefeito de Parnaíba e Governador do Piauí: a energia, a luz...

Mas eu queria ressaltar: Teresina só tinha cinco edifícios. Sanear possibilitou, além da melhoria da saúde, da mortalidade infantil... Mas só um quadro para estimular V. Ex^a, que será o próximo Governador do Pará. V. Ex^a devia ser também do Acre. E está ali o nosso candidato a Presidente da República, do PSDB. Nem São Paulo nem Minas: vamos entrar com o Paraná.

Mas vou dizer só um quadro, para encerrar. Eu sou orgulhoso de ter plantado no Piauí a semente mais importante: a do saber. São 400 faculdades e 36 *campi* avançados. Uma me foi mais cara: a segunda faculdade de Medicina do Piauí. Tinha a federal, e fiz a estadual. Hoje são quatro. São duas privadas, que vieram em seguida. Fiz questão de acompanhar o vestibular, porque era Medicina, e anunciar do palácio lá do Estado. Do salão nobre do Karnak, comecei a anunciar. Atentai para este quadro para motivá-lo, Mário Couto, sobre a universidade do Estado. Comecei. Seriam 20 em um semestre, e 20 no outro. Eram 40 os primeiros estudantes da Uespi, o que nos possibilitou, também, colocar o Piauí na era dos transplantes. No Piauí hoje se faz transplante de coração, de fígado, de rim. Quando eu estava anunciando, lá no palácio... As outras todas são importantes, como a Enfermagem, mas Medicina é a minha cara. Então, comecei a anunciar, Mozarildo, e, quando vi, foi uma zorra, uma gritaria. “Meu filho vai ser doutor igual ao Governador. Meu filho vai ser doutor igual ao Governador”. E eu anunciando, no salão nobre, aquela emoção dos primeiros vestibulandos de Medicina. Embora eu reconhecesse todos os cursos, tinha esse lado afetivo com a Medicina, por ser médico – tá ouvindo, Mozarildo? –, e fiz questão de acompanhar. “Meu filho vai ser doutor.” E baldeou o negócio, e aquela confusão. Acabou-se o protocolo. E a mulher: “Meu filho vai ser doutor igual ao Governador.” Ela explicou: “Meu filho aí, que o senhor acaba de anunciar.” Eu digo: “Ótimo”. “Vai ser doutor igual...” Perguntei: “E por que ele não veio?” Ela: “Ele não veio porque ele não teve coragem. Eu sou lavadeira, mas acreditei, lavo as roupas, ganhava o meu filho. Então, ele não veio, não está aqui, com medo”. Todos nós sabemos esse anúncio de vestibular, todos nós já fizemos. “Então, minha senhora, ótimo, que prazer. Vamos aqui no meu gabinete para a senhora dar a notícia”. Aí ela disse: “Eu não tenho telefone; sou pobre, lavadeira”. Eu digo: “Mas telefone para a vizinha”. “Não, eu moro num bairro muito pobre, não tem telefone”.

Então, quer dizer, a Uespi dava possibilidade de um filho de pobre ser doutor. Eu sei que surgiram outros, mas uma faculdade privada de Medicina custa R\$3 mil ao mês. Um pobre não pode estudar lá.

Então, essas são as minhas homenagens a essas duas cidades importantes do Piauí: Parnaíba, em que nasci, e Teresina, que escolhi como cidade encantadora da minha vida. É um caso de amor: Mão Santa e Teresina. Tenho que agradecer as extraordinárias votações que sempre colhi do povo de Teresina.

E lá sempre fui vitorioso porque sempre tive o apoio do PSDB – viu, Mário Couto? –, Wall Ferraz, três vezes Prefeito, que me convidara para ser seu vice, mas, na última hora, achou que não devia deixar a Prefeitura; peguei aquela bandeira, e o povo me fez Governador do Estado. E o mesmo povo me mandou para cá.

Então, ó Deus, ó Deus, agradecemos pelas belezas de Parnaíba e Teresina, mas abençoei cada vez mais essas grandiosas cidades do meu Brasil.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Mão Santa, representante do Estado do Piauí, que mostrou a todos nós o seu carinho e o seu amor por aquela terra, chamamos para fazer uso da palavra o Senador do PSDB do Paraná, Alvaro Dias.

Passamos o comando da Mesa Diretora ao eminente Senador Mão Santa. (*Pausa.*)

O Sr. Mário Couto deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele passou ligeiro a Presidência do Senado; ele quer mesmo é o Governo do Estado do Pará.

Com a palavra esse Líder do Paraná e do Brasil, Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Senador Mário Couto e Srs. Senadores, na terça-feira última, tivemos a primeira reunião da CPI da Petrobras, para colher depoimento do atual Secretário da Receita Federal, Dr. Cartaxo. Começamos com uma inversão em relação àquilo que é conveniente para o trabalho de investigação numa Comissão Parlamentar de Inquérito: em vez de ouvirmos antes quem pode denunciar, ouvimos quem queria a responsabilidade da defesa. Essa inversão tem um propósito: dificultar as investigações. Essa é a primeira conclusão que podemos tirar dos primeiros momentos da CPI da Petrobras.

Em que pese o pessimismo que antecedia a reunião, não foi uma reunião perdida. É verdade que houve quem divulgasse ter o Secretário, até então interino, da Receita declarado ter sido correta a mágica contábil efetuada pela Direção da Petrobrás no final do ano passado. Mas não foi o que entendi dele. Considerei o depoimento dele honesto. Quando dele indaguei se atestava como correto o procedimento adotado pela Direção da Petrobras, respondeu que não há ainda uma posição oficial da Receita Federal a respeito, que há posições contraditórias, que algumas Regionais defendem, e outras se posicionam de forma diferente.

Não há, portanto, uma posição oficial da Receita Federal; por consequência, não há do Ministério da Fazenda e nem mesmo da Presidência da República.

A conclusão que retiro do depoimento do Secretário da Receita é que o Governo ainda não deliberou. Cerca de oito meses após a operação efetuada, não há deliberação do Governo sobre a licitude ou ilicitude dos procedimentos adotados na direção da Petrobras, porque não há ainda o posicionamento técnico que deve ter origem na Receita Federal.

No dia 11 de maio, a Receita publicava e expunha no seu portal uma nota em que admitia ser ilegal a operação contábil realizada pela empresa. No dia 21 de maio, exatamente em função do desdobramento e da repercussão negativa, a Receita Federal retirou do seu portal aquela nota e publicou outra sem um posicionamento claro a respeito do que fizera a direção da Petrobras.

A indagação é simples: qual Receita vale? Qual Receita Federal? Qual instituição vale: a de 11 de maio ou a de 21 de maio? O que vale para os empresários brasileiros e para as empresas brasileiras: a posição de 11 de maio ou a de 21 de maio?

O Governo precisa decidir; afinal, nós não estamos nos referindo a um fato insignificante; nós não estamos falando de centavos ou de migalhas. Estamos falando de bilhões que não foram recolhidos aos cofres públicos e que significaram prejuízo enorme a Estados e Municípios que tiveram queda de receita.

Os Municípios arrecadaram menos, os Estados arrecadaram menos. Há uma contabilidade que varia de Estado para Estado. Determinado Estado alega que perdeu, só com a CID, mais de R\$40 milhões, outro fala em R\$70 milhões, outro fala em R\$120 milhões. Não há como admitir que um ato oriundo de uma empresa administrada pelo Governo do País possa provocar prejuízos às administrações em todas as Unidades da Federação e, por consequência, prejuízos à população.

De outro lado, se a Petrobras pode, por que só ela haverá de poder? Isso é privilégio de um lado e

discriminação de outro. As empresas de outros segmentos da economia estarão sendo discriminadas. Se o grande contribuinte que é a Petrobras pode, por que o pequeno contribuinte não haverá de poder? Portanto, temos que estabelecer o princípio de que todos são iguais perante a lei e que a isonomia é o caminho a ser caminhado por quem governa o País, especialmente, dando exemplo a partir dos atos públicos que são celebrados e devem ser celebrados com absoluta transparência.

Nós estamos vivendo no Senado uma crise exatamente por falta de transparência em determinados momentos. A ausência de transparência de um lado e o desrespeito à legislação do outro nos conduziu a uma crise ética sem precedentes na história desta Instituição. E, se nós atravessarmos a rua e chegarmos ao Executivo, veremos que lá os desvios são infinitamente superiores àqueles que ocorreram aqui, no Senado Federal. É por isso mesmo – não é por outra razão – que, desde o primeiro momento, o Governo procurou blindar a atual gestão da Petrobras em razão da CPI que quer investigá-la.

Ainda, Sr. Presidente, por que não admitir, na CPI, que fale a Sr^a Lina Vieira, ex-Secretária da Receita, que manifestou num plano de maior repercussão o seu inconformismo com aquela atitude da direção da Petrobras no final do ano passado? Por que não ouvi-la? Até aquele momento, era uma profissional extremamente qualificada, técnica competente, respeitada e acreditada pelo seu Partido, o PT, e pelo Governo Lula. A partir daquele momento, caiu em desgraça e acabou demitida. Ela não teria agido com elevado espírito público? Eu creio que sim. Qual o erro teria ela cometido? Eu creio que nenhum. Caberia a demissão por incompetência? Não. Por que foi demitida? Não sei. Ou sei. Foi demitida porque discordou? Porque não avalizou algo que considerava ilegal, incorreto?

Essas são questões relevantes agora. Mas por que não ouvi-la? Qual o mal em ouvi-la? O que pode ocorrer com o seu depoimento? A República sofrerá consequências? Cairá o Governo? O Presidente Lula será deposto? Qual a razão? Por que não querem ouvir Lina Vieira na Comissão Parlamentar de Inquérito? Por que ela mete tanto medo, Senador Mão Santa? Por que esse pânico? Uma mulher aparentemente frágil atemoriza todo o Governo. Eu espero que ela venha agora na Comissão de Constituição e Justiça. Foi convidada, que venha com elevado espírito público e diga o que tem que dizer. Nada mais além do que precisa dizer, a verdade. Essa discussão que se estabeleceu chega a ser surrealista, mas não é nova, a discussão entre Lina Vieira e Dilma Rousseff.

A Dilma interferiu ou não interferiu? A Ministra pediu ou não pediu? A Sr^a Lina Vieira foi ao Palácio do Planalto, à Chefia da Casa Civil ou não foi? Ora, mais uma vez, a palavra de uma senhora contra a palavra de outra senhora no Governo Lula. Já vivemos esse episódio. O episódio do dossiê, por exemplo, foi uma seleção de mentiras para blindar o Governo diante de um ato criminoso, celebrado no Palácio do Planalto. A confecção de um dossiê para intimidar a oposição. E a blindagem teve como arma, naquela oportunidade, a mentira. Novamente, lança-se mão da mentira como arma para a blindagem. É o império da mentira.

Nós estamos vivendo neste paraíso da mentira. Brasília se transforma numa Disneylândia adulta do mal diante da celebração da mentira e da sua consagração como método permanente para assegurar absolvição diante de fatos que são denunciados. A mentira como sentença de absolvição. Ora, Sr. Presidente, mentira não pode ser sentença de absolvição. É na esteira do modelo adotado nos últimos anos: pode existir o crime. O crime é colocado à luz do dia, mas o criminoso fica nos subterrâneos da clandestinidade, na escuridão da impunidade e não aparece diante da sociedade brasileira para o seu julgamento.

A escuridão da impunidade acobertou os verdadeiros responsáveis pela confecção do dossiê. E, neste momento, mais uma vez, tenta-se fazer prevalecer a impunidade. Esperamos que a Sr^a Lina Vieira venha na próxima semana para colocar um pouco de luz, a fim de que possamos continuar respirando, acreditando e vivendo com o mínimo de dignidade no Parlamento brasileiro.

Sr. Presidente, é o que eu tinha a dizer nesta manhã de sexta-feira. Porém, antes de encerrar, quero dizer ainda que estamos prestes a discutir, na CPI da Petrobras, mais um fato determinado.

Na próxima terça-feira, ouviremos os representantes da Agência Nacional do Petróleo sobre duas questões: *royalties* – há uma operação da Polícia Federal – Operação *Royalties* –, que investigou supostas irregularidades; e a questão que o Ministério Público denunciou: o pagamento irregular ou o pagamento indevido a usineiros, também no final do ano passado, da ordem de R\$178 milhões. São dois fatos, já do conhecimento público, que serão discutidos na próxima terça-feira na CPI da Petrobras.

E, mais uma vez, o procedimento é equivocados.

Primeiramente, ouviremos os responsáveis pela Agência Nacional do Petróleo, ao invés de se requerer documentos, informações, contratos; ao invés de se requerer os questionamentos do Ministério Público; ao invés de se ouvir quem está denunciando, para

depois ouvir os responsáveis pelo ato. Ao fazermos assim, nós não agimos corretamente. Se procedermos dessa forma, sinalizaremos que não queremos investigar nada, que não queremos revelar nada, que o que desejamos é acobertar tudo, para que tudo permaneça como está.

Vamos fazer o possível para superar essas dificuldades e oferecer respostas às cobranças da sociedade brasileira.

Muito obrigado Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Mesa é quem agradece, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e Senador Alvaro Dias, venho a esta tribuna, na manhã desta sexta-feira, inicialmente, para falar aos aposentados do meu País; em seguida, falarei sobre um grave acontecimento no meu Estado, no oeste do meu Estado, na cidade de Santarém, sobre a operação Arco de Fogo.

Presidente, sei eu que, nesta semana, que está se findando, houve várias reuniões com o Governo, em função de tentarmos avançar para uma solução no caso dos sofridos aposentados deste País.

Olhe, V. Ex^a sabe, assim como o Senador Alvaro Dias, que é um defensor dessa causa e a da Aeros também, que envolvem todos os aposentados e pensionistas deste País, e nós pensávamos que estávamos chegando a uma solução definitiva para acabar, ou pelo menos amenizar, o sofrimento dos aposentados deste País. Mas como é difícil, como é terrível sentar para negociar com este Governo!

Acabou V. Ex^a de dizer que não se pode ter consistência na palavra deste Governo; a maioria delas é mentirosa. V. Ex^a tem absoluta razão! Absoluta razão! No curso das discussões com o Líder Henrique Fontana, a quem elogiei na semana passada, na sexta-feira passada, desta tribuna, o rapaz, o jovem rapaz, estava consciente que os aposentados realmente sofrem muito neste País. E que o Presidente da República – e eu já disse isso por várias e várias vezes aqui –, Presidente Lula, criticou os governos anteriores dizendo que ele, quando fosse Presidente da República, iria resolver esse grave problema, tanto o do maldito fator previdenciário como o do percentual de aumento, o

ganho dos aposentados deste País. Parece até que, aqui, estamos questionando algo que não envolva homens e mulheres, filhos deste País. Parece até que estamos tentando resolver uma situação dramática de estrangeiros – aliás, questões relativas a estrangeiros são resolvidas com mais facilidade do que a dos brasileiros; é só perceberem o quanto o Brasil já emprestou para outros países. Já mostrei aqui como é terrível a gente perceber que o Presidente Lula vê, por exemplo, a situação da pobreza do Brasil – observou o sentimento do Fernando Henrique Cardoso – e aumentou o Programa Bolsa-Família. Está certo que é muito pouco para o povo brasileiro. Está certo que – sei disso, Senador Geraldo Mesquita – o que dão para essas famílias pobres do Brasil são as migalhas que caem da mesa farta do Governo.

É a sobra, é a migalha que cai da mesa farta do Governo Federal, e aí abandonam totalmente esses seres humanos, homens e mulheres, que são os aposentados deste País. Por que, Presidente Lula? Já lhe perguntei várias vezes. Eu não entendo. Explique-me. Mande o seu Ministro incompetente me explicar. Era isto que eu queria falar: estávamos chegando a um entendimento, Senador Geraldo Mesquita, quando este peste, chamado Pimentel, entrou no assunto – e eu não me sento mais à mesa com este Ministro; me nego a participar das reuniões, me nego a participar de reuniões em que este Ministro sentar. Ele foi lá e destruiu toda aquela parte inicial que já estava sendo contornada. Um homem mal. Ó cearenses! Ó cearenses! Pelo amor de Deus! Por Nossa Senhora de Nazaré, como é que me elegem um homem desse para Deputado Federal desse Estado querido e honrado como é o Ceará? Um homem que não tem a menor sensibilidade, Senador Geraldo Mesquita! Sentou à mesa de reunião e destruiu tudo. Acabou tudo. Não se chegou mais a canto nenhum. derrubou todo o tempo em que estivemos, ordeiramente, tentando resolver a questão.

O que acho, Senador, é que, sinceramente, agora, dificilmente este Senador sentará mais com o Governo. Eu me nego a isso. Daqui para frente, vou levar essa questão ao conhecimento do meu grande coordenador, o honrado e respeitado Senador Paulo Paim. Não consigo mais conversar com este Governo. Este Governo, na realidade, não está interessado em resolver o problema.

Não é o Líder da Câmara o Fontana, é o Ministro, é a incompetência, é a maldade, é a irresponsabilidade desse Ministro. Ele ganha bem. Hoje, ele deve estar no Ceará, na casa dele, na mansão dele, geladeira farta, remédios, carro na porta – se não é um, são dois, são três –, salário expressivo... E aqueles que estão lá sofrendo a fome, a falta de remédio, de hospitais, de uma

geladeira farta, vendo às vezes o neto, o filho sofrer? E aqueles que trabalharam tanto na sua vida, que dedicaram sua vida inteira a este País e que pensavam que, no final da sua vida, teriam uma vida tranquila, meu Deus, e agora estão a sofrer?

Senador Geraldo Mesquita, sinceramente, eu acho que esta semana vou sentar com o Senador Paim e vou oferecer o meu suor, nessa luta, ao Senador e aos aposentados do Brasil. Mas o meu suor de ir para as ruas, o meu suor de ir para a rampa do Planalto... Se esse Planalto em que o Presidente Lula está despachando não tem rampa, nós vamos para a porta. Nós vamos para a porta com os aposentados.

Nós temos que mostrar ao Presidente Lula que basta! Chega de enganação, chega de tortura, Presidente! Não torture mais esses homens e essas mulheres deste País! Isso é uma tortura, Presidente!

Geraldo Mesquita, querem dar um por cento de ganho, Geraldo Mesquita. Um por cento de ganho! Isso é uma estupidez, isso é uma irresponsabilidade, isso é brincar com o sentimento humano, isso é brincar com a família, isso é brincar com os filhos, isso é brincar com a dignidade, isso é brincar com alguém que dedicou a sua vida inteira a este País, a este Brasil querido!

Vou conversar, Geraldo Mesquita, vou tentar esta semana convencer os Senadores a nos reunirmos e dar um basta nessa conversa com esse incompetente, desastroso... Aliás, o Governo tem um time de Ministros que são exemplo de incompetência neste País. Aquele Carlos Minc, minha Nossa Senhora de Nazaré! Onde foram buscar aquele homem? Como é que me tiram uma Marina para colocar um Carlos Minc, meu Deus do Céu!? Carlos Minc está mais para Tio Patinhas do que para Ministro, com aquele suspensório e aquele bico que faz para se exibir na frente das câmeras de televisão. Ele adora uma câmera de televisão. Mostra um foco para ele! Ele puxa o suspensório, põe aquele bico a aí se exhibe à vontade. Ô Ministro irresponsável e incompetente! É uma turma, uma meia-dúzia de Ministros que o Lula selecionou para brincar com o povo do Pará e com o povo do Brasil. Este, ontem, mandou novamente a operação Arco de Fogo fechar as empresas de Santarém. Santarém é uma cidade pacata, maravilhosa, de uma população trabalhadora, de uma população ordeira. Chegou lá a Polícia Federal. Nada aqui contra a Polícia Federal.

Lógico que a Polícia Federal recebe ordem. E recebeu ordem para fechar as empresas de Santarém, como se não bastasse a quantidade de empresas produtoras regulares, regulares, que foram fechadas no sul e sudeste do Pará: Tailândia (no oeste), Altamira, Paragominas. Como se não bastasse isso, agora, o Ministro, com a sua irresponsabilidade... Aliás, vamos até

mais longe, sinceramente, olho para aquele Ministro, veja as suas entrevistas na televisão, olho para suas atitudes na televisão, e ele me parece um louco, ele me parece um maluco. Um Ministro que diz que foi ao movimento pró-maconha, o que ele é? Que exemplo ele está dando à Nação brasileira, que exemplo está dando aos jovens brasileiros? É um louco. Como é que o Lula pode ter em seu Ministério um louco.

Ontem fecharam indústrias em Santarém com mais de 28 anos de funcionamento, mais de 28 anos, mais de cem empregados. Já estamos na faixa de Santarém com mais de mil empregados demitidos. Se não bastassem as enchentes, se não bastasse a crise econômica, vai o louco do Minc e manda a Polícia Federal destruir a economia de Santarém. Parece que é contra o meu Estado. Não vejo em outros Estados, eu só vejo no Pará. A agressão é a meu Estado. Onde está a Governadora Ana Júlia Carepa? Onde está a nossa Governadora Ana Júlia Carepa, que foi muito bem votada na cidade de Santarém? Onde está ela? Eu sei onde está. Não vou dizer, senão vão crivar-me de denúncias.

Governadora, vá lá, Governadora, e impeça isso. Mostre o seu pulso, mostre o seu amor a seu Estado, Governadora. Mostre a eles que não é fechar para depois conversar; é o inverso, Governadora: conversar para depois fechar.

Eles não querem saber quem está regular ou irregular, chegam lá fechando tudo, destruindo tudo, prendendo os empresários. Um empresário, em Altamira, foi preso duas vezes num dia só. E o doido, o maluco do Carlos Minc não quer nem saber. Dói, dói ver aquilo que se criou durante um tempo, aquilo que se construiu no meu Estado durante um tempo ser destruído com o aceite, com o "concordo" da Governadora.

Presidente, nesses momentos é que eu tenho inveja desse cargo. Se eu estivesse à frente de um Poder de um Estado como o Pará e me acontecesse isso, Senador Cristovam, eu faria o maior barulho desta Nação. Eu estaria à frente, eu queria ver fecharem as empresas regulares do meu Estado. Se se sentassem para conversar, se se sentassem para fiscalizar e verificassem que estava errado, eu aplaudiria; mas, na marra, fechar tudo, regulares e irregulares, colocar tudo dentro do mesmo saco, propositalmente, para acabar com a economia do Estado, porque Santarém é a maior cidade do Estado do Pará e uma das que mais produzem, uma das que mais crescem no meu Estado... Proposital! Direcionado! E a nossa Governadora cruza os braços.

É por isso que eu venho aqui a todo momento, é por isso que eu luto, é por isso que eu falo, é por isso que eu mostro à Nação, é por isso que eu mostro ao

meu Estado o meu dever, a minha obrigação de estar aqui defendendo esse Estado querido, porque eu estou vendo a desgraça que está acontecendo com o meu Estado a cada dia. Ninguém respeita mais o Estado do Pará. E o Estado morre lentamente, Senador Cristovam Buarque, na sua economia.

Senador como eu, que nasci, me criei e aprendi a amar e a respeitar o meu Estado, poderia ficar calado? Como querem que eu me cale, Senador? Como querem que eu me cale? Como querem que esta voz não venha a esta tribuna denunciar, falar, e não só falar, mas tomar providências?

Na segunda-feira, vou entrar com um ofício, junto à Mesa Diretora, pedindo a presença do Carlos Minc. Quero olhar na cara dele aqui no Senado! Eu quero olhar! Eu quero dizer-lhe algumas boas! Eu vou lhe dizer, na sua cara, Ministro! Espere o momento!

Vou trazer o Ministro aqui e quero falar a ele da desgraça que ele está fazendo contra o meu Estado. Falei! E eu gostaria de que o povo do meu Estado estivesse nessa reunião. Vou dizer aqui o dia, vou dizer aqui o momento, vou dizer aqui a hora. Vocês verão o que eu vou dizer ao Carlos Minc.

Na segunda-feira, Sr. Presidente, entrarei com um ofício junto à Mesa Diretora pedindo a presença do Carlos Minc aqui neste plenário, não em comissão. É muito sério, é muito grave. Ele está destruindo um Estado, ele está transformando um Estado num mundo de desempregados, ele está transformando um Estado num mundo de violência porque o desemprego gera violência.

Eu quero perguntar ao Ministro porque ele apoia os fumadores de maconha. Eu quero perguntar ao Ministro o que ele tem contra o meu Estado. Eu quero perguntar para o Ministro qual é o acordo que a Governadora tem com ele para a destruição do meu Estado. Eu quero perguntar a ele.

Quero que V. Ex^a comunique ao Presidente Sarney a minha providência de trazer o Ministro ao plenário, não à comissão, para ser arguido pelos Senadores e quero ter a oportunidade de questionar o Ministro Carlos Minc porque o Ministro só mete o bedelho no meu Estado, porque o Ministro tem ódio mortal do meu Estado e porque a minha Governadora não toma nenhuma providência.

Meu Pará, meu Estado querido, pode ter certeza de que eu sei que o meu debate, que as minhas críticas aqui nesta tribuna me custam caro, me custam perseguição, mas jamais me arredarei dos meus direitos e dos direitos do paraense. Jamais! Custe-me o que me custar, jamais me arredarei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vim aqui disposto a fazer um cuidadoso discurso sobre o futuro do Brasil.

Aproveitando o lançamento da candidatura – tudo indica – da Senadora Marina Silva, aproveitando o provável lançamento do Deputado Ciro Gomes para a Presidência da República, vim fazer um discurso sobre o que eu gostaria de dizer a eles, sobre qual seria o programa que eu gostaria de vê-los levar para o Brasil. A Senadora Marina, além disso, traz, com a sua candidatura, algo muito importante para o Senado: a possibilidade de o Senado debater os grandes temas nacionais e não debater apenas o próprio Senado, como a gente vem fazendo.

Por isso, venho cobrando dos Senadores que sejam todos eles, se possível, pré-candidatos a Presidente. Mas o tempo já passou. Felizmente, temos uma candidata. Na outra vez, tivemos pelo menos dois candidatos: a Senadora Heloísa Helena e eu próprio.

Eu vinha dizer aqui – vou ter que deixar para outro dia esse discurso –, eu vinha propor a eles um programa chamado Brasil Limpo, um programa que mostrasse que não basta este País ser rico: a riqueza tem que ser limpa. A riqueza limpa é a riqueza bem distribuída, é a riqueza que não vem do roubo, nem da destruição da natureza, nem da concentração de renda. Eu vinha propor a ela e também ao Deputado Ciro, à distância, a ideia de que um Brasil limpo é um Brasil em que a gente possa andar pelas ruas sem medo de assalto e em que as ruas sejam socialmente limpas do ponto de vista da riqueza, do riso, da alegria e da pacificação da população.

Eu queria falar para eles de um Brasil limpo, Senador Mário Couto, do ponto de vista das nossas escolas. Eu vinha falar para eles sobre como fazer um Brasil limpo do ponto de vista da saúde.

O que a gente vê hoje nos nossos hospitais não é uma saúde limpa. Eu vinha falar disso. Eu vinha falar para eles das diversas formas de limpeza que a gente precisa ter neste País, inclusive a limpeza de uma indústria do conhecimento, e não apenas da velha indústria mecânica. A economia do conhecimento como sendo a economia limpa.

Mas, lamentavelmente, Sr. Presidente, não posso falar isso, porque estamos, hoje, sob a maldição do presente, que nos impede de discutir o futuro do País, que é a principal razão de ser desta Casa. Venho falar, dentro da maldição do presente, sobre a prisão, ontem,

aqui, dentro desta Casa, de nove estudantes; dois dos quais menores de idade.

Ontem, passei mais de três horas com os rapazes, apesar da simpatia dos policiais, da competência dos policiais para discutir o assunto, da compreensão dos policiais, da segurança interna do Senado. Apesar de tudo isso, passei três horas junto com esses rapazes, que estavam presos, porque não deixavam que eles saíssem até que eles fizessem um depoimento e, portanto, ficassem, de certa maneira, enquadrados. Estavam o Senador Suplicy, eu próprio, o Senador Nery e o Senador Valter Pereira, que teve papel fundamental nisso, até pela sua posição e profissão de advogado e pelo seu conhecimento de jurista. Ficamos horas e horas negociando, para conseguirmos que esses rapazes saíssem sem necessidade de dar mais do que o nome e o número da Carteira de Identidade; que não ficassem, de certa forma, com o registro de um documento que podia ser a abertura de um processo.

E por que esta Casa, hoje, precisa ter uma espécie de cadeia, mesmo que seja uma simples sala, mesmo que haja água, mesmo que haja cafezinho? Mas onde você está sem poder sair, o nome certo disso é cadeia.

Por que eles ficaram aquele tempo todo ali? Porque estavam protestando aqui dentro do Senado, mas longe deste plenário. Aqui, neste recinto, não se pode tolerar protesto, não se pode tolerar nada que impeça o trabalho dos Senadores. Estou absolutamente de acordo que qualquer manifestação, mesmo na tribuna de honra, que impeça, dificulte os trabalhos – e às vezes simples palmas já afetam; e vaias também –, não é viável. Estou de acordo de que aqui tem que se manter um ambiente livre de qualquer mínima algazarra.

Agora, esses jovens estavam nos corredores. Esses jovens não estavam depredando absolutamente nada, nem lixo eles estavam deixando, se olhássemos imediatamente depois. Mas, pior, Senador Mário Couto: quando chegaram os seguranças e disseram que eles tinham que sair, eles começaram a sair; só que, como dizem os próprios seguranças, eles saíram gritando *slogans*, eles saíram manifestando a opinião deles em alta voz. Por isso, em vez de deixar que eles saíssem, eles os levaram para o “escritório” – o nome certo é esse, não é cadeia, embora funcione como tal, quando pessoas ficam ali, impedidas de sair –, onde funciona o serviço de segurança. E ficaram horas! Eu fiquei três horas; eles devem ter ficado quatro ou cinco. Ficaram essas horas ali, negociando se iam depor ou se iam apenas se identificar. E isso faz uma grande diferença, porque, segundo eles – isto eu não ouvi, eu próprio –, no primeiro momento em que ali chegaram, houve ameaça de que os que fossem funcionários

públicos iam perder o emprego. Creio que havia algo negativo na ideia de que eles teriam de sair dali, em um veículo da própria segurança, para serem levados onde eles trabalhavam; e os dois menores, para onde moram seus pais.

A gente não pode trabalhar desse jeito. Tem de descobrir uma forma de manter a ordem, claro, mas manter a ordem sem precisar impedir o livre trânsito de pessoas que querem fazer protestos contra qualquer um de nós, Senadores. E, diga-se de passagem, eu moro em Brasília. Eu seria o mais vulnerável a isso e estou falando que é preciso deixar que haja manifestações. Não manifestações que deixem os corredores sujos, com pedaços de *pizza*, por exemplo, que quebrem vidros, por exemplo, que destruam móveis, mas que venham aqui, pacificamente, dizer o que pensam de nós, Senadores, de toda a Casa e do seu Presidente também. E isso a gente não está vendo.

A Câmara está aberta. O Senado está fechado para o ingresso de pessoas. Em nome da gripe suína, não se deixa entrar aqui nem turistas. A Câmara está aberta. Quem está errado? A Câmara, sendo tolerante demais com a doença, ou o Senado, sendo intolerante demais com os protestos? Creio que estamos sendo intolerantes com os protestos, porque, se a gripe suína, de fato, fosse uma ameaça, pela presença de pessoas, teríamos de suspender as sessões, porque se tem um lugar onde essa gripe pode se propagar muito mais facilmente do que em qualquer outro é aqui nesta sala: fria, fechada e cheia de tapetes. Mas estamos trabalhando. Por que turistas não podem vir aqui? Será que é por que eles trarão doença? E nós não vamos aos nossos Estados? Ou algum de nós está ficando trancado em casa, por causa dessa ameaça?

Há, hoje, uma intolerância dentro do Senado com a possibilidade de manifestações ordeiras. Ordeira dificilmente é silenciosa. Mas imaginem que um grupo queira vir aqui fazer uma manifestação silenciosa; pura e simplesmente silenciosa. Aí dizem: "Não pode sentar no chão." Mas aqui os jornalistas ficam sentados no chão. Não tem nenhum banquinho pra eles. Aí dizem: "Mas eles estão trabalhando." E protestar é menos digno do que trabalhar? E se essa regra que vale para o Senado hoje, valer nas fábricas, onde fique proibido trabalhador fazer greve e assembléias dentro da fábrica? E se os reitores das universidades decidirem que estudante não pode se manifestar na porta da reitoria? E se a gente começar a dizer que ninguém mais pode protestar, porque isso ameaça a instituição? Acabou a democracia!

Lamento que, em vez de estar falando aqui do futuro, como eu tinha preparado, um discurso sobre um Brasil limpo, para servir de apoio aos candidatos

à Presidência da República, estou sendo obrigado a cair, mais uma vez, na maldição do presente, impedido de falar do futuro, porque uma coisa tão grave como a restrição de liberdade de nove jovens, entre os quais dois menores, dentro do recinto da Casa do povo, quando eles já estavam saindo de uma manifestação legítima que eles têm direito de fazer, obriga-me não apenas a ficar lá dentro com eles, juntamente com outros Senadores, mas me obriga também a vir aqui manifestar meu descontentamento.

Ao mesmo tempo, Sr. Senador, como de quase toda tragédia, disso aí tirei algo que me deixou entusiasmado: ver esses jovens, inconformados, não ficarem restritos apenas a mandarem *e-mails*, mas a saírem de suas casas para virem se manifestar aqui dentro.

Há um artigo hoje, creio que do Clóvis Rossi, na *Folha de S.Paulo*, que diz com a maior clareza: a gente tem que ir pra a rua; não basta, na comodidade da casa, ficar fazendo *e-mails*. Os *e-mails* são bons para a gente marcar o lugar onde se encontra, para definir o trajeto de uma caminhada, para escolher os *slogans* das faixas, mas o verdadeiro protesto é nas ruas. O protesto virtual pode até surtir efeito, mas dependendo de quem recebe. Se quem recebe tem o que se chama por aí de cara-de-pau, não adianta mandar *e-mails*; *e-mails* para quem simplesmente ri da crítica e rasga – e a gente sabe que tem pessoas com esse cinismo –, perdoe-me quem está mandando esses *e-mails*, mas está perdendo seu tempo, está fazendo com que algumas pessoas riem. E digo, sem falar em nome: todos aqueles que dizem "eu me lixo para a opinião pública", estão dizendo "rasgarei os *e-mails* críticos que me chegarem." E você está mandando *e-mails* apenas. Mande os *e-mails*, mas aprenda o exemplo desses meninos que vieram, que deixaram seus lazers, que deixaram seu comodismo e que vieram aqui dentro; e ainda mais: resistiram durante aquelas horas a não aceitarem o depoimento.

Quero elogiar também aqui o papel do Senador Heráclito Fortes. Foi o Senador Heráclito Fortes que aceitou conversar, sobretudo com o Senador Nery – comigo também –, e, graças a ele, conversando com o Presidente Sarney... Mas eu diria, pelo que eu soube ali, graças, sobretudo, ao Senador Heráclito Fortes, no final, aí, já quase 9 horas da noite, nós pudemos sair daqui com esses meninos livres para irem para casa, sem nenhuma marca no passado deles, salvo a marca positiva de dizerem ao Brasil que os caras-pintadas não acabaram, que os que protestam não morreram, que os com indignação na alma não ficam deitados, isso eles mostraram.

Tive também o prazer de ver o pai de uma menina menor de idade que foi chamado para levá-la dizer

nas televisões, não mais nas televisões, porque já era muito tarde e não havia televisões no plural, a única televisão presente era a do Senado, que eu não sei se vai divulgar isso, não sei. Aqui fica não uma insinuação, aqui fica uma dúvida. A TV Senado, que gravou dele dizendo que tinha orgulho da filha. Acho até que, quando eles saíram, porque saíram os menores antes dos outros, ainda havia imprensa lá e não só a TV Senado quando eu saí. Ele disse que tinha orgulho da sua filha e eu, como brasileiro – e brasiliense por opção – orgulhei-me de que jovens de Brasília não estão mais ficando em casa, não estão mais ficando passivos, eles estão hoje em plena atividade, manifestando a indignação, a raiva, o descontentamento, a frustração que sentem por nós, Senadores.

Lamento que não tenha podido falar do futuro. Lamento que não tenha podido falar dos candidatos a Presidente. Lamento, mas, ao mesmo tempo, me alegro por saber que há pessoas ainda jovens – nove, apenas nove – capazes de se manifestarem. Fiquei triste com a maneira como eles foram impedidos de sair durante tantas horas. Eles já estavam saindo no momento em que foram – desculpem a expressão, se muitos não gostarem – presos, retidos. Na hora em que eles estavam saindo. Pelo menos uma jovem nem na manifestação estava. Ela viu um garoto, de certa maneira, sendo – não vou usar a palavra “agredido” – tirado dali à força, um amigo seu. Ela gritou o nome, correu para ajudá-lo e terminou também ficando todas aquelas horas retida.

Lamento tudo isso, mas me alegro também. É contraditório, como a vida, que certas razões de tristeza sejam razões de alegria – a tristeza de ver que esta Casa não permite mais manifestações, está fechada para o público e aqui só entra quem se identifica, mostra quem é e quase diz o que vem fazer. Esta Casa permitiu que alguns jovens se manifestassem.

É isso, Sr. Presidente, que tenho a falar. Espero que, de hoje até segunda-feira, não aconteça nada dessa maldição do presente para me impedir de fazer um discurso olhando para o futuro. Mas, se outra vez, neste fim de semana, eu sentir que a maldição do presente é mais forte do que a atração pelo futuro, ficarei cumprindo meu papel de falar do presente.

Do presente de um Senado hoje fechado a visitação, hoje assustado com qualquer gesto de descontentamento.

Quantas vezes entraram aqui índios, operários? E quantos lobistas não entram aqui sem nenhuma preocupação nossa? Por que não entrarem, de maneira ordeira, aqueles que querem protestar contra a situação que nós vivemos?

Eu espero que, segunda-feira, de hoje até segunda, seja possível, Senador Efraim, que eu venha falar do futuro, sem tocar nesses pontos do presente. Mas, se for preciso, eu continuarei cumprindo a minha responsabilidade de falar do presente.

Obrigado, Senador, pela concessão do tempo, e espero que segunda-feira possamos nos ver aqui e ver se a gente fala do futuro, ou, como o senhor próprio tem sido obrigado pela maldição do presente, se V. Ex^a defende o seu Estado no presente, quando seria tão bom se a gente pudesse falar da Paraíba, do Pará, do Distrito Federal, olhando o futuro distante que nos espera.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA)
– Senador Efraim, V. Ex^a vai falar?

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. *Fora do microfone.*) – Se V. Ex^a permitir...

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA)
– Com certeza.

Convido para usar da palavra o representante da Paraíba, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mário Couto, Sr^{as} e Srs. Senadores, minha preocupação é com o futuro, já que o País vive o pesadelo da chamada Gripe Suína.

Tive a oportunidade de ver e ouvir o pronunciamento do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito dessa matéria, mas entendo que é um pesadelo estranho, pontuado por informações contraditórias. De um lado, diz-se que não há motivos para alarde, que tudo está sob controle. De outro, o próprio Governo recomenda às escolas que suspendam as aulas e aguardem momento mais seguro para retomá-las.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se não há o que temer, segundo as autoridades sanitárias do Governo, por que suspender as aulas? São informações que não fazem sentido. Se as aulas devem continuar suspensas é porque alguma coisa de anormal ocorre.

Informa-se também que nos aeroportos internacionais do País já há um plantão médico equipado com ambulâncias para o pronto atendimento a quem chega de áreas externas de risco, com ordens para conduzir os que apresentam sintomas da gripe diretamente aos hospitais. Ora, que normalidade é essa?

Hoje mesmo, Sr. Presidente, os jornais informam que a Federação Brasileira de Bancos, Febraban, re-

comendou que mulheres grávidas sejam afastadas imediatamente do trabalho e só retornem se os seus médicos particulares autorizarem. A medida, segundo a entidade, é preventiva, já que as gestantes são mais vulneráveis ao vírus H1N1.

Os dados concretos, no entanto, são de que o Brasil é hoje o terceiro País em incidência de mortes pelo vírus *Influenza*, à frente inclusive do México, país em que se originou a doença. Está atrás apenas dos Estados Unidos e da Argentina, contabilizando já, até ontem, oficialmente, pelo menos 227 mortes, sendo 111 só no Estado de São Paulo.

Portanto, Sr. Presidente, haveremos de considerar que em tal contexto fica claro o comportamento tíbio do Ministério da Saúde, de quem se espera atitude mais afirmativa e esclarecedora, revelando a exata dimensão da moléstia em curso. Não basta ir à televisão garantir que tem o controle de tudo e, na sequência, impor ações que revelam a anormalidade do quadro. Não contando com os esclarecimentos das autoridades públicas, o cidadão procura interpretar a palavra dos especialistas ou, pior ainda, dos palpiteiros. Mas esta também é contraditória: uns dizem que a epidemia já teria chegado a seu pico; outros, que ainda é cedo para pensar assim.

Nesse ambiente, Sr. Presidente, prosperam teorias conspiratórias, segundo as quais a doença teria sido provocada artificialmente por laboratórios interessados em vender o medicamento contra a gripe, o Tamiflu, esgotado em quase todas as farmácias e vendido em camelôs nas diversas capitais do País. Já há até um mercado negro desse medicamento em plena função em diversas cidades.

Srs. Senadores, a agência de notícias Agência Brasil procurou o remédio em 15 farmácias do Rio de Janeiro e em todas a caixa com dez comprimidos pode custar de R\$71,00 até R\$156,00. E o pior: está esgotado.

O fabricante do remédio no Brasil, o Laboratório Roche, informou que recebe os pedidos de Tamiflu das farmácias, mas que a prioridade imposta pelo Governo é de disponibilizar o produto para o Ministério da Saúde, que pode distribuí-lo, caso julgue necessário. Vejam bem: “caso necessário”. E é aí que está o problema: é ou não necessário? Esta é a pergunta que toda a população brasileira está fazendo. Se o Governo monopoliza a posse do remédio, impedindo que o consumidor o encontre nas farmácias, deve esclarecer ou deve explicar, claramente, por que o faz; caso contrário, aprofundará o ambiente de mistério.

A única hipótese plausível, com esse estranho monopólio, é a de o estar usando em vista de um quadro epidêmico. Não havendo esse quadro, não poderia

monopolizar a posse do produto e contribuir com mais essa atitude para semear o pânico.

Enquanto isso, Sr. Presidente, pairam essas dúvidas.

A Organização Mundial de Saúde eleva o seu alerta em relação a essa gripe do nível 3 para o nível 4, caracterizado pela transmissão de humano a humano, espalhada em nível de comunidades.

Além do risco de epidemia, a Gripe Suína afeta os mercados. Por exemplo, a Bolsa de Valores de São Paulo, a Bovespa, começou a semana caindo para 46 mil pontos, expressando o temor de que a expansão da doença venha a afetar os balanços de certos tipos de empresa, como as companhias aéreas. Isso vem afetando os mercados americano e asiático, que registram quedas consideráveis.

Sr. Presidente, o silêncio governamental – lamentável em todos os sentidos – faz lembrar episódio análogo ao tempo do regime militar, que impediu que a imprensa noticiasse um surto de meningite no Rio de Janeiro. O resultado foi que a doença se propagou, com consequências graves para toda a cidade.

Fica aqui, Sr. Presidente, portanto, o nosso protesto e nossa perplexidade diante desse estranho comportamento governamental. Saúde depende de informação. E é ela que está sendo sonogada, neste momento tão delicado para a saúde pública no Brasil e para toda a sociedade.

Era esse o registro e o protesto que desejava fazer, Sr. Presidente.

E para não tomar mais tempo de V. Ex^a, eu quero apenas fazer um registro de matéria que, com certeza, ao se iniciar a próxima semana, terá prioridade no Congresso Nacional, em especial, no Senado Federal, que é a questão da convocação da Sr^a Lina Vieira.

Portanto, eu quero retratar essa questão, começando simplesmente por uma leitura e pedindo que seja registrada nos *Anais* da nossa Casa, se ainda não foi, da jornalista Eliane Cantanhêde, na *Folha de S. Paulo*, que faz um retrato daquilo que muitos deixam despercebido, tentando enxergar mais coisas dentro de nossa Casa enquanto não se vê em outras Casas.

Então, veja bem V. Ex^a algo que todo cidadão brasileiro conhece, que é a felicidade do título da matéria: “Mentira tem perna curta”. Diz a jornalista Eliane Cantanhêde no seu artigo de hoje, na *Folha de S. Paulo*, na página 2, no seguinte editorial:

A Casa Civil da Presidência é um local fantástico, onde tudo acontece, mas nada acontece. Fiquemos no governo Lula, com José Dirceu e Dilma Rousseff.

O braço direito de Dirceu, [que saudade, heim?] Waldomiro Diniz, saiu da oposição para

a situação e da condição de acusador para a de acusado ao pedir propina para banqueiro de bicho. Mas o chefe Dirceu não sabia de nada.

Quando estourou o mensalão, ele também disse que não sabia de nada. Até vir a público sua agenda no Planalto, mostrando reuniões curiosas de presidentes de empresas e de bancos com presidente e tesoureiro de partido político.

Agora, esse disse-que-disse entre Dilma e Lina Vieira, ex-chefe da Receita, sobre um encontro sigiloso das duas e um suposto pedido para a Receita “agilizar” [seria enterrar?] processos contra o filho de Sarney. Lina insiste que houve o encontro, e a sua então chefe de gabinete corrobora a versão. Mas Dilma diz que não sabe nada disso.

É a palavra de uma contra a outra, mas circunstâncias e precedentes favorecem a versão de Lina Vieira. Primeiro, porque ela diz que não aceitou a ordem, sugestão, ou seja lá o que for – o que, pelo menos, dá sentido à sua súbita demissão.

Segundo, porque Dilma já passou por isso. O primeiro presidente da Anac, Milton Zuanazzi, vivia no Planalto e não dava um passo sem consultar a ministra. O compadre de Lula, metido com aviação, também visitava bastante a Casa Civil. Mas Dilma jurou que não

tinha nada a ver com a salvação da “insalvável” Varig e não sabia de nada.

E, quando Erenice Guerra (de alguma forma a sua Waldomiro) [segundo diz a jornalista] se enroscou com o dossiê, ou “banco de dados”, contra FHC e sua mulher, Dilma também não sabia.

Diante de tantas crises de memória, só há uma solução: aos fatos! À agenda e às fitas do entra-e-sai do Planalto. Alguém está mentindo. E mentira, como a agenda de Dirceu confirmou, tem perna curta”.

Ah! Quem deu a agenda de Dirceu para a CPI foi sua sucessora, Dilma.

Esse é o editorial, ou melhor, o artigo, da brilhante jornalista Eliane Cantanhêde, que eu peço seja registrado nos Anais desta Casa.

Nós, Democratas, tucanos e outros Parlamentares fizemos, através da Comissão de Constituição e Justiça, a convocação da Dr^a Lina Vieira, ex-Chefe da Receita, para, na próxima terça-feira, trazer a sua versão. E aí não há outro caminho, a não ser, como disse a nossa jornalista: vamos aos fatos. Vamos saber quem está mentindo, sabendo que mentira tem perna curta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

Mentira tem perna curta

BRASÍLIA - A Casa Civil da Presidência é um local fantástico, onde tudo acontece, mas nada acontece. Fiquemos no governo Lula, com José Dirceu e Dilma Rousseff.

O braço direito de Dirceu, Waldomiro Diniz, saiu da oposição para a situação e da condição de acusador para a de acusado ao pedir propina para banqueiro de bicho. Mas o chefe Dirceu não sabia de nada.

Quando estourou o mensalão, ele também disse que não sabia de nada. Até vir a público sua agenda no Planalto, mostrando reuniões curiosas de presidentes de empresas e de bancos com presidente e tesoureiro de partido político.

Agora, esse disse-que-disse entre Dilma e Lina Vieira, ex-chefe da Receita, sobre um encontro sigiloso das duas e um suposto pedido para a Receita “agilizar” (seria enterrar?) processos contra o filho de Sarney. Lina insiste que houve o encontro, e a sua então chefe de gabinete corrobora a versão. Mas Dilma diz que não sabe nada disso.

É a palavra de uma contra outra, mas circunstâncias e precedentes

favorecem a versão de Lina Vieira. Primeiro, porque ela diz que não aceitou a ordem, sugestão, ou seja lá o que for – o que, pelo menos, dá sentido à sua súbita demissão.

Segundo, porque Dilma já passou por isso. O primeiro presidente da Anac, Milton Zuanazzi, vivia no Planalto e não dava um passo sem consultar a ministra. O compadre de Lula, metido com aviação, também visitava bastante a Casa Civil. Mas Dilma jurou que não tinha nada a ver com a salvação da “insalvável” Varig e não sabia de nada.

E, quando Erenice Guerra (de alguma forma a sua Waldomiro) se enroscou com o dossiê, ou “banco de dados”, contra FHC e sua mulher, Dilma também não sabia.

Diante de tantas crises de memória, só há uma solução: aos fatos! À agenda e às fitas do entra-e-sai do Planalto. Alguém está mentindo. E mentira, como a agenda de Dirceu confirmou, tem perna curta.

Ah! Quem deu a agenda de Dirceu para a CPI foi sua sucessora, Dilma.

elianec@uol.com.br

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno, Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA)

– Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 11 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Flávio Torres* (S)
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
RELATOR: Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL ⁽⁹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PT-PR)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.

2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).

3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 15/05/2009

Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽¹⁾
Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo final prorrogado: 31/08/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3511

Fax: 3303-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).

3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PT)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁾
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾**PTB**

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador César Borges (PR)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Mão Santa (PMDB) ⁽¹⁾	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽²⁾	
PTB	
Senador João Vicente Claudino	

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles**Instalação:** 03/03/2009**MEMBROS**

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone(s):** 3303.4638**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko

MEMBROS**Instalação:** 20/05/2009**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Tião Viana (PT)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senador Flávio Torres (1,2)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER FINAL: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁸⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁷⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽³⁶⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³³⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁰⁾	3. João Pedro (PT) ^(11,35)
Tião Viana (PT) ⁽⁴¹⁾	4. Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁹⁾
Marcelo Crivella (PRB) ⁽⁴⁰⁾	5. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(34,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽²⁹⁾	6. Expedito Júnior (PR) ^(4,28)
César Borges (PR) ⁽³²⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(60,66)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(62,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(59,64)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(58,61)
Gerson Camata (PMDB) ^(67,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ^(3,63)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁵⁵⁾	4. Leomar Quintanilha (PMDB) ^(1,63)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,54,56)	5. Lobão Filho (PMDB) ^(9,53,70)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,69)	6. Paulo Duque (PMDB) ^(2,63)
VAGO ⁽⁶⁸⁾	7. VAGO ⁽⁶⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁸⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(17,42)
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁴⁴⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁹⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁰⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,43)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁵⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,47)	6. José Agripino (DEM) ^(5,51)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²³⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁶⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁴⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,22,73)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(23,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁷⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²³⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(25,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁵²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,52)
Gim Argello ⁽⁵²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁵²⁾

PDT

Osmar Dias (20)

1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
Flávio Arns (PT) (3,17,26)	1. Fátima Cleide (PT) (33)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (34)
Paulo Paim (PT) (30)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (36)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (31)	5. Ideli Salvatti (PT) (29,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (28,59,61)	6. VAGO (28)
Renato Casagrande (PSB) (28,60,64)	7. José Nery (PSOL) (28,63,65)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (56,68)	1. Lobão Filho (PMDB) (52)
Gilvam Borges (PMDB) (9,51)	2. Romero Jucá (PMDB) (57)
Paulo Duque (PMDB) (6,49)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (50)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (53)
Mão Santa (PMDB) (48)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (41)	1. Heráclito Fortes (DEM) (37)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	2. Jayme Campos (DEM) (40)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,42)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,39)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Lúcia Vânia (PSDB) (24,44)	5. Marisa Serrano (PSDB) (20,67)
Eduardo Azeredo (PSDB) (23,66)	6. João Tenório (PSDB) (25)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (22,45)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (19,47)	1. Cristovam Buarque (18,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
29. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
37. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PT) (6)	1. Paulo Paim (PT) (7)
PMDB	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (10)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
4. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁶⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹¹⁾	2. João Tenório (PSDB) ^(2,9)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁵⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa ⁽⁸⁾	1. Paulo Duque ⁽³⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marina Silva (PT) (39,71)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,31)
Aloizio Mercadante (PT) (10,33)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (39)	3. Marcelo Crivella (PRB) (30)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,72)
Ideli Salvatti (PT) (39)	5. César Borges (PR) (35,52)
Exedito Júnior (PR) (37,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,32,77)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (62,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (57,66)
Almeida Lima (PMDB) (59,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (54,64)
Gilvam Borges (PMDB) (60,63)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (61,68,78)
Francisco Dornelles (PP) (55,63)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,65,76)
Valter Pereira (PMDB) (3,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,58,69)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,56,67)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (45)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) (27,70)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Sérgio Guerra (PSDB) (26,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (29,73)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,74)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
PDT	
Osmar Dias (11,13,22)	1. Flávio Torres (12,23,53,79,80)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
12. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
31. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
70. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).

71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO (73,74)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Flávio Arns (PT) (36)	1. João Pedro (PT) (1,34)
Augusto Botelho (PT) (36)	2. Ideli Salvatti (PT) (31)
Fátima Cleide (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,33)
Paulo Paim (PT) (36,48,66)	4. José Nery (PSOL) (37)
Inácio Arruda (PC DO B) (30)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (35,67)
Marina Silva (PT) (32)	6. João Ribeiro (PR) (35,71)
Exedito Júnior (PR) (38)	7. VAGO (35)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (57)	1. Romero Jucá (PMDB) (63)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,58,70,72)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (63)
Gilvam Borges (PMDB) (55)	3. Pedro Simon (PMDB) (63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)	4. Neuto De Conto (PMDB) (59)
Gerson Camata (PMDB) (61)	5. Valdir Raupp (PMDB) (56)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,62)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,64)
VAGO (54,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (60)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,50)	1. Gilberto Goellner (DEM) (44)
Marco Maciel (DEM) (39)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,45)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,51)	3. Jayme Campos (DEM) (42)
Heráclito Fortes (DEM) (46)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,40)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,41)
Adelmir Santana (DEM) (47)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,49)
Alvaro Dias (PSDB) (27)	7. VAGO (24,69,75)
Cícero Lucena (PSDB) (28)	8. Marconi Perillo (PSDB) (22)
Eduardo Azeredo (PSDB) (29,68,73,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (25)
Marisa Serrano (PSDB) (23)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,52)	1. João Vicente Claudino (52)
Romeu Tuma (52)	2. Mozarildo Cavalcanti (52)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
35. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.

39. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
48. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
49. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PT) (7,26)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽²⁰⁾	1. João Pedro (PT) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽²⁰⁾	2. Serys Shessarenko (PT) ⁽²³⁾
Paulo Paim (PT) ⁽²⁰⁾	3. Marcelo Crivella (PRB) ^(11,24,32)
Aloizio Mercadante (PT) ^(2,22,48,49)	4. Marina Silva (PT) ^(24,45)
José Nery (PSOL) ⁽²¹⁾	5. Magno Malta (PR) ^(24,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(37,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁶⁾	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁸⁾
VAGO ^(39,43)	3. Valter Pereira (PMDB) ⁽⁴¹⁾
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴²⁾	4. Mão Santa (PMDB) ⁽³⁴⁾
Paulo Duque (PMDB) ^(10,12,35)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ^(3,31)	1. Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁷⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁵⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾
Eliseu Resende (DEM) ^(4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁸⁾
VAGO ^(8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) ^(9,13,29)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. VAGO ^(16,47)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁸⁾	6. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁷⁾
VAGO ^(1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁸⁾
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque ⁽¹⁴⁾	1. Jefferson Praia ⁽¹⁵⁾

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shessarenko.
20. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
33. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (Of. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,9)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,4,7)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹⁰⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹²⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹³⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹¹⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shlessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Majoria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴¹⁾	1. Flávio Arns (PT) ^(38,68)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(43,75)	2. Marina Silva (PT) ⁽⁴⁶⁾
João Ribeiro (PR) ^(45,71)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(42,74)
João Pedro (PT) ⁽⁴⁷⁾	4. Magno Malta (PR) ⁽³⁹⁾
Tião Viana (PT) ^(44,54,69)	5. Augusto Botelho (PT) ^(22,40,49,67)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,63)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶²⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ^(6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽²⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,72,73)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,65)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Gilvam Borges (PMDB) ^(10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁵⁸⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,53)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁷⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,50)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,56)	3. José Agripino (DEM) ^(23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) ^(52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) ^(37,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³⁷⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,36,70)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁵⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁴⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁸⁾
PDT	
Flávio Torres ^(32,59,81,82)	1. Cristovam Buarque ^(20,31,60)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
37. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
40. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
43. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
44. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.

45. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
46. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
70. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
71. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
74. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. N° 094/09-GLDEM).

79. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. N° 165/2009/GLPTB).

80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).

81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PT) (16)
Delcídio Amaral (PT) (18,29,57)	2. Paulo Paim (PT) (19,29,58)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (20)
Inácio Arruda (PC DO B) (25)	4. Expedito Júnior (PR) (21)
Fátima Cleide (PT) (23)	5. Eduardo Suplicy (PT) (17)
João Ribeiro (PR) (24)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (44,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,47)
Gilvam Borges (PMDB) (50)	2. Lobão Filho (PMDB) (34,43)
Paulo Duque (PMDB) (53)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,54)
Mão Santa (PMDB) (5,9,45)	4. Valter Pereira (PMDB) (49)
Valdir Raupp (PMDB) (46,60)	5. VAGO (48,63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (52)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,59,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (31)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (33)
Eliseu Resende (DEM) (37)	2. Efraim Moraes (DEM) (32)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (30)
Jayme Campos (DEM) (28)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (36)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,26)
Arthur Virgílio (PSDB) (42,62,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (14,55,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Alvaro Dias (PSDB) (15,61)
Marconi Perillo (PSDB) (41)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (13)
PTB (4)	
Fernando Collor (38)	1. Gim Argello (38)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
21. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
26. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
33. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
42. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

43. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²⁴⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,27)
Serys Shessarenko (PT) ^(2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁶⁾	3. VAGO ⁽²³⁾
José Nery (PSOL) ⁽²⁵⁾	4. VAGO ⁽²³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁴⁾
Valter Pereira (PMDB) ^(1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁴⁷⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴²⁾
Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴³⁾	4. Gerson Camata (PMDB) ^(46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽³⁰⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽³⁶⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽³⁸⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁷⁾	3. Demóstenes Torres (DEM) ^(9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³¹⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ^(6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²²⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁹⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²¹⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁰⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello ⁽³⁵⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁵⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,15,40)	1. João Durval ^(16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽²²⁾
João Pedro (PT) ⁽²¹⁾	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,18)
Augusto Botelho (PT) ^(20,31,49)	3. Expedito Júnior (PR) ⁽¹⁹⁾
César Borges (PR) ^(17,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) ^(23,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,11,34,47)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(44,45)
Neuto De Conto (PMDB) ^(40,48)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(35,42)
Gerson Camata (PMDB) ^(36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(38,43)
Valter Pereira (PMDB) ^(41,50)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(37,39)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁷⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,30)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽²⁶⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³²⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁵⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,28)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,33)	4. José Agripino (DEM) ⁽²⁹⁾
Arthur Virgílio (PSDB) ^(16,53,55)	5. Mário Couto (PSDB) ^(15,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(12,56)	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹³⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹³⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁴⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,24)	1. Sérgio Zambiasi ^(24,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno da titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
15. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
46. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PT) (19)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,45)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (18,43)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (38)
Lobão Filho (PMDB) (36)	2. Romero Jucá (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,46,48)
Valdir Raupp (PMDB) (34,44)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (27)
Demóstenes Torres (DEM) (3,24)	2. Eliseu Resende (DEM) (25)
José Agripino (DEM) (6,12,31)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,42)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (23)	1. Fernando Collor (23)
PDT	
Flávio Torres (13,33,50,51)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
24. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).

43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).
45. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PMDB-PI)
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. Lobão Filho (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
Eliseu Resende (DEM-MG)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 05/08/2009

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.

2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽³⁾
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ⁽¹⁾
PDT
Flávio Torres (CE) ⁽⁴⁾
PR
Expedito Júnior (RO)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 07/08/2009**Notas:**

1. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.º088/2009/GLPTB.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.ºGLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

4. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II/Nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/II/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

ug – 00001
gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 188 PÁGINAS